

Companhia Usinas Nacionais

AÇÚCAR

"PÉROLA"

Saco azul

Cinta encarnada

Dacotes de 1 e 5

quilos

FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

SEDE :

RUA PEDRO ALVES, 319

TELEGRAMAS "USINAS"

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



BRASIL

AÇUCAREIRO

ANO XIII — VOL. XXVI NOVEMBRO — 1945 N.º 5

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas
Aos sábados : de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya
Antônio Corrêa Meyer
José Rufino Bezerra Cavalcanti } Representantes dos usineiros
José Carlos Pereira Pinto }

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguzeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel } Representantes dos fornecedores
Joaquim Alberto Brito Pinto }

S U P L E N T E S

Arnaldo Pereira de Oliveira
Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luis Dias Rollemberg } Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguzeiros

João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
José Pinheiro Brandão } Representantes dos fornecedores

Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Enderêço telegráfico: — COMDECAR

Fones { Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192;
Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e
23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos,
43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Ge-
rência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia,
23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249;
Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798;
Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Enderêço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió

BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador

MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte

PARAÍBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2.º and. — João Pessoa

PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife

RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos

SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and., sala 301/309 — São Paulo

SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

DISTILARIAS CENTRAIS

DO ESTADO DA BAHIA — Santo Amaro — End. telegráfico: DICENBA,
SANTO AMARO.

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa
postal, 60 — End. telegráfico: — DICENOVA, PONTE NOVA.

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo —
(E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico:
DICENPER, RECIFE.

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leo-
poldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO,
CAMPOS — Fone — Martins Lage, 5.

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria Ubirama — Ubirama — Fone, 35 —
End. telegráfico: DICENÇOIS, UBIRAMA.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGAO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos e no D. N. I.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — Miguel Costa Filho.

Redator principal — Joaquim de Melo.

Redatores — Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira de Melo e João Antônio Mesplé.

Assinatura (anual), para o Brasil Cr\$ 25,00

Assinatura (anual), para o exterior Cr\$ 35,00

Número avulso (do mês) Cr\$ 3,00

Vendem-se coleções a partir do 8.º volume, encadernadas, por semestre. Aham-se esgotados os números de janeiro e fevereiro de 1944. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.

We ask for exchange.

On demande l'échange.

Pidese permuta.

AGENTES :

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco
HEITOR PORTO & C.^a - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

NOVEMBRO — 1945

POLÍTICA AÇUCAREIRA	3
LEGISLAÇÃO	6
FERMENTO PARA ALIMENTAÇÃO À BASE DE MELAÇO E CALDO DE CANA	6
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.	8
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.	14
DECISÕES ADMINISTRATIVAS	17
A CURVA DOS PREÇOS DO AÇÚCAR — M. Lacerda de Melo	20
O AÇÚCAR PENAMBUCANO E O ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO ..	23
PERDA DE SACAROSE POR INVERSÃO DURANTE A FABRICAÇÃO ..	24
QUADROS DA SEÇÃO DE ESTATÍSTICA DO I. A. A.	26
CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL	30
O CONTRÔLE DO AÇÚCAR NOS ESTADOS-UNIDOS	36
MELAÇOS E CARVÃO VEGETAL	37
SAFRA ARGENTINA DE 1945	38
CENSO CANAVIEIRO ARGENTINO	40
VITAMINAS NA CANA E NO CALDO	42
PERSPECTIVAS AÇUCAREIRAS PARA 1946 — José Manuel Casanova ..	44
A CULTURA DA CANA E' A CRIADORA DA MAIOR RIQUEZA	45
EXPANSÃO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MEXICANA	47
MECANIZAÇÃO DA LAVOURA DE CANA	48
A CANA ENTREGUE À USINA DEVE SER BEM DESPONTADA — William E. Cross	50
PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ALCOOL NO MUNDO	51
COLOIDES E ADSORÇÃO — Jaci Botelho	52
NOTAS À LITERATURA BRASILEIRA SOBRE O AÇÚCAR NO SÉCULO XIX — José Honório Rodrigues	56
O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basilio de Magalhães	62
OS FAZEIWEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO — Alberto Lamego	66
O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL" — Jerônimo de Viveiros	68
ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES E LAVRADORES DE CANA DE SERTÃOZINHO	70
FOLKLORE DO AÇÚCAR — Joaquim Ribeiro	72
PEQUENA CONTRIBUIÇÃO AO FOLCLORE DA CANA — Raimundo Estrêla	76
4.º CAMPEONATO DE CORTADORES DE CANA DE PIRACICABA	77
DR. MIGUEL ARRAIS	78
CALDO DESIDRATADO	80
A ANCAP E O I. A. A.	82
AÇÚCAR LÍQUIDO	85
BIBLIOGRAFIA	86
BALANCETE DO I. A. A. (Mês de setembro de 1945)	88
ORÇAMENTO DO I. A. A. (Posição em 30 de setembro de 1945)	91

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIII — VOL. XXVI

NOVEMBRO — 1945

N.º 5

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Em números sucessivos de "Brasil Açucareiro" reunimos material de variada procedência sobre a situação do açúcar no mundo. O conhecimento desses informes terá permitido aos nossos leitores fazer uma idéia precisa da gravidade da presente crise açucareira internacional, que se faz sentir não somente nos países devastados pela guerra, mas também em muitos outros que ficaram de fora do conflito ou que a êle estiveram ligados apenas por compromissos de ordem política, sem haver, no entanto participado diretamente do choque das armas.

E' indiscutível que a produção mundial de açúcar é hoje inferior ao consumo e que esta situação se prolongará por mais alguns anos ainda, até que os antigos produtores, cuja capacidade de fabricação foi severamente reduzida pela guerra, voltem aos antigos níveis de produção. Várias são as razões determinantes dessa situação de desequilíbrio que, sob muitos aspectos, faz lembrar a grande crise sobrevinda logo após a primeira guerra mundial.

Há que considerar, desde logo, a destruição dos meios de produção de açúcar em vários dos principais fornecedores mundiais, tanto na Ásia como na Europa. Embora sendo o principal dos fatores de escassez não é êle, porém, o único. Efetivamente, fatores diversos, uns ainda relacionados com os esforços para mobilização do trabalho exigidos pela guerra, outros inteiramente fortuitos e decorrentes de fenômenos climatéricos, determinaram ou a queda apreciável do volume anteriormente produzido ou safras muito aquém das previstas, as quais, naturalmente, haviam sido calculadas para remediar pelo menos em parte a crise mundial.

Nos Estados-Unidos, por exemplo, houve escassez de mão de obra para as tarefas agrícolas e desvio dos trabalhadores disponíveis

para outras culturas mais rendosas. Em determinado momento foi encaminhada parte da matéria prima destinada à fabricação de açúcar para a produção do álcool exigido para o programa da borracha sintética. Na região das Antilhas uma sêca de excepcional intensidade reduziu a colheita de cana e não permitiu que a safra açucareira alcançasse os níveis previstos. Também se tem observado baixa na produção da Argentina, da Austrália, da União Sul Africana, etc. Praticamente todos os produtores lutam hoje com dificuldades ainda não sanadas de escassez de instrumental agrícola, de fertilizantes, de meios de transporte e de outros elementos ponderáveis no conjunto dos fatores que integram o esforço produtor.

De um modo geral pesam sobre a economia açucareira do Brasil êsses fatores de depressão de âmbito universal. Crise do trabalho agrícola, escassez de fertilizantes, redução dos transportes, desgaste das instalações industriais, sem possibilidades próximas de reparo, etc. Não obstante, é evidente que o nosso país ainda ocupa posição vantajosa no quadro internacional. De fato, o Brasil foi um dos raros países que conseguiu aumentar a sua produção no período da guerra, como se vê do quadro abaixo, em sacos de 60 quilos :

1938/39..	12.703.000
1939/40..	14.406.000
1940/41..	13.512.000
1941/42..	13.839.000
1942/43..	14.759.000
1943/44..	15.314.000
1944/45..	14.985.000

Pode-se alegar que a situação do merca-

do não dá idéia desse desenvolvimento, pois em várias regiões do país, mormente nas do interior, o açúcar continua escasso. Decorre o fato, no entanto, não da queda da produção e sim do aumento do consumo, que se tem feito sentir de forma constante, não só pelo crescimento absoluto da população como também pelo aumento do consumo individual, em setores cada vez mais amplos da nossa população.

Da sua parte o Instituto do Açúcar e do Alcool não tem descurado o trato destes problemas. O simples fato de haver conseguido em plena guerra elevar o volume produzido é a melhor prova de acerto em uma época de queda da produção em quase todos os países produtores. Além disso cabe não esquecer que o Instituto do Açúcar e do Alcool determinou, há tempos, a abertura de concorrência para a instalação de novas fábricas no país até o volume de 700.000 sacos anuais. Aprovou, mais recentemente, um plano de distribuição de fertilizantes no Nordeste, que terá como conseqüência elevar substancialmente o rendimento das lavouras regionais. É lícito, pois, ao órgão responsável pela economia açucareira no Brasil afirmar que, graças à ação vigilante, o fenômeno mundial, da queda da produção não se verificou entre nós onde, ao contrário, o volume do açúcar fabricado cresceu de forma marcante no período da guerra.

*
* *
*

O "Correio da Manhã", número de 10 do corrente, publicou o seguinte comunicado, que lhe foi enviado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool:

"Suelto dessa fôlha, publicado na edição de 2 de novembro, volta a fazer comentários sobre a situação da Caixa do Alcool. Não diz nada de novo sobre o que foi escrito nessa fôlha há um mês e respondido nesse mesmo jornal a 3 de outubro último. Há um ponto, apenas, que merece ser examinado. É aquêle em que se diz:

— "...a celeberrima Caixa suga do consumidor um cruzeiro por litro. A título de quê? Diz o Instituto que é defesa. Possível. Nunca, porém dos fabricantes e destiladores escorchados".

Escorchados por que o por quem? Não se esclarece no suelto. Em todo o caso, podemos afirmar que a arrecadação da Caixa do Alcool se destina a êsses fabricantes e destiladores, como os algarismos o demonstram. No primeiro ano de arrecadação foram distribuídos entre os fabricantes de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo 20.139.106 cruzeiros, sendo de notar que o Instituto concorreu, para essa distribuição, com mais de quatro milhões de cruzeiros de sua receita ordinária. Na safra imediata, coube aos produtores a soma de — 21.686.867 cruzeiros. Ao todo, nos dois anos, Cr\$ 41.725.973,40. Na sua última sessão, a Comissão Executiva aprovou o comêço da distribuição concernente à safra 1944/45, o que elevará a mais de 50 milhões de cruzeiros a quantia distribuída.

Em todos êsses casos, foi a Comissão Executiva que votou o plano e que examinou e aprovou a distribuição das quantias arrecadadas. Se se pensar que a Comissão Executiva do Instituto conta com 8 produtores e 5 delegados de ministérios, é de ver que foram os próprios produtores que estabeleceram, aplicaram e fiscalizaram tôdas essas medidas, pois que são votadas e decididas sempre por maioria de votos. Estão êles muito longe dos fabricantes "escorchados" a que se refere o suelto.

Novo comentário, já em edição de 9 do corrente, estranha que o Brasil continue representado na Conferência Internacional de Londres. "Esse consórcio — diz o suelto — foi recentemente prorrogado em nosso país, por ordem da ditadura e por indicação do Instituto do Açúcar e do Alcool".

Convém notar, entretanto, que o Acôrdo Internacional de Londres foi assinado a 4 de maio de 1937, em pleno regime constitucional. Se a quota estabelecida pelo Brasil foi pequena, o certo é que nossa representação, chefiada pelo Sr. Décio Coimbra, se bateu denodadamente pelo seu aumento e nesse sentido sempre agiu o Instituto do Açúcar e do Alcool, sem maior proveito, pois que todos os signatários do acôrdo eram forçados a ceder alguma coisa, no interesse comum, que era, naquela época, o de redução da oferta, num mercado sujeito à influência de **dumping** e à vigência de preços vis. Não podíamos pensar em rebeldia, pois que, em períodos normais, o mercado tradicional de açúcar do Brasil era a própria Inglaterra, que mais que

todos os países se batia pela efetivação de tal medida.

Ultimamente, se há prorrogação do Acôrdo, é em têrmos um tanto vagos, e que não impedem exportação de quotas superiores às que foram estabelecidas inicialmente. Pode-se dizer que o único objetivo da prorrogação é manter os interessados em entendimentos constantes, para que possam mais fàcilmente acertar as medidas oportunas, quando normalizada a situação do mercado internacional do açúcar e houver, de novo, ameaça de preços de **dumping**.

Todos êsses assuntos são, aliás, estudados e meditados pelos técnicos do Instituto e sujeitos ao pronunciamento da Comissão Executiva, que os examina com absoluta liberdade e seguro conhecimento da matéria. Não acharíamos nenhum inconveniente em que os críticos dessa política se aproximassem dos nossos técnicos, para um exame leal do problema, que de certo não cabe nem em ligeiros sueltos, nem no limite das respostas que devemos dar”.

*
* *

Esta revista tem divulgado freqüentemente comentários e notas da administração do Instituto do Açúcar e do Alcool, respondendo a críticas menos justas que são feitas à política açucareira de que aquela autarquia é executora. Não raro, essas réplicas, que não têm sentido polêmico e apenas se propõem esclarecer, se dirigem a articulistas ou sueltistas do “Correio da Manhã”, cujo mordaz espírito de crítica vive permanentemente assestado contra o I. A. A. e a sua orientação, numa atitude negativista e pouco compreensiva que vem de longe e tem resistido com exemplar tenacidade a todos os esclarecimentos e explicações.

Ainda agora temos de voltar as nossas atenções para mais uma crítica, manifestamente infundada que o referido jornal dirigiu a esta revista. Num editorial publicado em 31 de outubro último, o “Correio da Manhã” acusa-nos de encher as nossas páginas com matérias, na opinião do jornal, sem o menor interesse. A êsses artigos qualifica apressadamente de literatice.

No editorial em aprêço estão mencionados alguns títulos de artigos publicados em nossa edição de setembro, e quem tomou co-

nhecimento dos mesmos logo entrou a duvidar da justeza das observações do jornal. Porque, entre os artigos apontados pejorativamente como literatice, nota-se que a maioria dêles trata de temas relacionados com a história e a economia do açúcar. Acrescenta-se que os mesmos não são assinados por simples literatos — detalhe que o “Correio da Manhã” ocultou — senão por pessoas sabidamente idôneas para versar semelhantes matérias, porque de há muito dedicadas aos estudos e pesquisas históricas e econômicas. Não precisamos citar nomes, pois no caso é o que menos importa, mas a simples menção dos títulos mostra a leviandade da acusação. Chamar de literatice sem valor um estudo sôbre “Agricultura e Economia no século XVIII” ou sôbre “Os primórdios do açúcar no Brasil colonial” é positivamente levar muito longe o desdém por uma linha de estudos que em tôda parte merece o maior acatamento. A história, a economia e a combinação de ambas na história econômica são disciplinas de interesse permanente e que hoje em dia constituem preocupação obrigatória de quantos revelam interesse pela coisa pública. Colocar sumariamente na categoria das inutilidades estudos sôbre economia e história do açúcar, de um produto que está intimamente ligado à vida nacional é, nem mais nem menos, pôr em dúvida a utilidade das duas ciências.

Esquece o “Correio da Manhã” que o Instituto do Açúcar e do Alcool tem um largo programa de ação a executar e o vem executando com segurança. Faz parte dêsse programa imprimir às suas atividades um sentido cultural mais largo e não meramente técnico e especializado. Nesse sentido, tem promovido edições de obras as mais valiosas sôbre problemas da economia e da história do açúcar, no Brasil e no estrangeiro. O seu órgão oficial, naturalmente, tem de acompanhar essa orientação, para tanto abrindo as suas páginas a quantos estejam em condições de contribuir para esclarecer os inúmeros problemas, as múltiplas questões que se prendem ao desenvolvimento da economia do açúcar no país. A consideração por êsses aspectos da economia açucareira não poderia faltar numa revista especializada como a nossa e que se dirige a um largo público.

De resto, se os nossos confrades lessem mais atentamente as edições mensais desta

LEGISLAÇÃO

CEARA'

DECRETO N. 513 — DE 5 DE AGOSTO
DE 1945

Dispõe sobre o impôsto a que está sujeita a venda de rapadura, feita diretamente pelo produtor

O Interventor Federal no Estado do Ceará, na conformidade do disposto no art. 7.º, n. I, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta :

Art. 1.º — Sobre a venda de rapadura,

feita diretamente pelo produtor, será cobrado o impôsto sobre vendas e consignações na base de 0,50% por Cr\$ 100,00 ou fração desta quantia.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando o presente decreto em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Interventoria Federal no Estado do Ceará, em 9 de agosto de 1945.

F. de Menezes Pimentel.
Alvaro Nunes Weyne

(“D., O. do Estado do Ceará”, Fortaleza 11-8-1945.)

FERMENTO PARA ALIMENTAÇÃO À BASE DE MELAÇO E CALDO DE CANA

O governo inglês acha-se empenhado na execução de um plano destinado a melhorar a dieta dos povos coloniais e como parte dêsse esforço uma corporação denominada Colonial Food Yeast Inc. acaba de ser constituída com o objetivo de fabricar fermento alimentar nas colônias britânicas. A primeira fábrica começou a funcionar na Jamaica, produzindo e distribuindo fermento alimentar. Essa fábrica utiliza como matéria prima melaços ou caldo de cana. A sua capacidade é de 12 toneladas diárias; outra fábrica deverá ser instalada em Mauritius, logo que as circunstâncias o permitam. No processo adotado, usam-se correntes especiais de um fermento conhecido como “Torulopsis utilis”, que dá um rendimento de 60 por cento sobre o açúcar empregado.

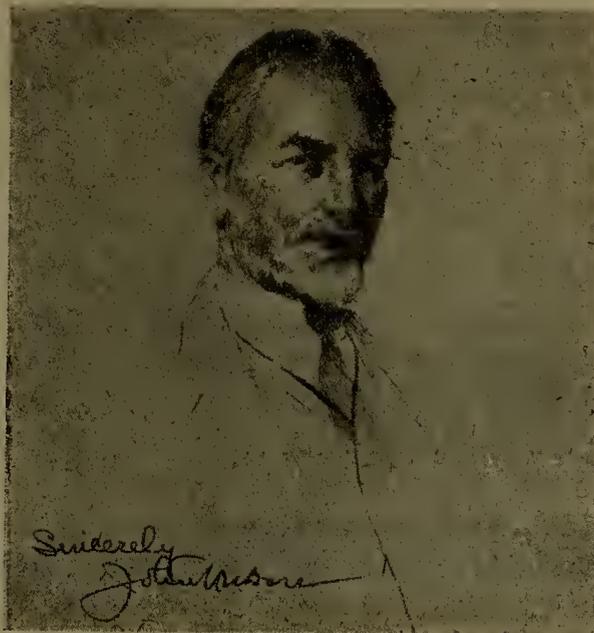
“Sugar”, número de agosto dêste ano, de onde aproveitamos a informação acima, acrescenta que o processo é o seguinte: o melaço é diluído até conter cerca de 10 por cento de açúcares; removem-se as impurezas adicionando-se 2,4 quilos de superfosfató triplice por 100 quilos de melaço; a seguir, aquece-se a mistura, adicionando-se

dois litros de amônia por 100 quilos de melaços; retira-se a solução clara e aquece-se novamente, depois do que se filtra. O mosto assim obtido é levado a uma cuba de fermentação e diluído com água, de modo a se obter uma solução com 0,5 por cento de açúcar. A mistura é aquecida para provocar a morte dos organismos estranhos. Adicionam-se fosfato e amônia ou fosfato de amoníaco para produzir uma concentração de 0,006 por cento de fórforo e 0,024 por cento de nitrogênio. O pH é ajustado a 4,5, introduzindo-se em seguida uma cultura de fermento, enquanto se faz penetrar ar filtrado na proporção de um pé cúbico por galão de mosto. A temperatura do mosto é mantida no ponto ótimo para o organismo. Durante a operação acima descrita, junta-se mosto fresco em correntes contínuas e de hora em hora novas quantidades de nitrogênio e fósforo. O mosto fermentado é retirado continuamente e passado através de uma centrífuga De Laval. O fermento assim obtido, depois de lavado e sêco, está em condições de ser usado. “Sugar”, que resumiu um artigo da “Revue Agricole”, declara que são detalhes sobre o custo de produção, informando, porém, que o fermento pelo teu teor de proteína e vitamina B pode fornecer essas substâncias mais barato do que a carne e o leite.

revista, verificariam que nas mesmas entra em abundância matéria de caráter estritamente técnico sobre a lavoura da cana, nos seus variados aspectos, e a tecnologia da fabricação do açúcar nos seus temas mais recentes e atuais. Não nos ocupamos exclusivamente

de história e economia, contudo temos a certeza de que as nossas páginas a elas dedicadas são das mais proveitosas para quem sabe valorizar devidamente os estudos de ciências tão nobres e se enquadram na orientação mais ampla que nos foi traçada.

JOHN VAN NOSTRAND DORR



ANIVERSARIOS DOS QUAIS PARTICIPA THE DORR COMPANY

	Anos
Atividade, na engenharia química e industrial Dr. J. V. N. Dorr	50
Classificador DORR para separação de sólidos	40
Sedimentador DORR thickener para engrossar sólidos	37
Clarificador DORR na Indústria química e sanitária	30
Clarificador DORR na Indústria Açucareira	25
Clarificador DORR na Indústria Açucareira Brasileira	20

O Brasil tem mais de 80 Clarificadores DORR nas Usinas de Açúcar

OS PROCESSOS E EQUIPAMENTO DE DESENHO DORR TRABALHAM NA PRODUÇÃO SEGUINTE :

Indústrias	Proporção DORR	Indústria	Produção diária
OURO	95%	Açúcar	20.000 toneladas
PRATA	95	Acido fosfórico	1.800 "
COBRE	93	FOSFATOS	14.000 "
CHUMBO	93	Soda cáustica	3.000 "
ZINCO	85	CIMENTO	3.200 "
NIQUEL	100	Areia (concreto)	225.000 "
ALUMINIO	100	Polpa de madeira	7.500 "

PARA MAIS INFORMAÇÕES ESCRIVAM A

DIVISÃO PETREE & DORR DA DORR COMPANY

570 Lexington Av., New York 22, E. U. da América do Norte

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

OBSERVAÇÃO — A Resolução, inserida no último número desta Revista, sob o n.º 113/45 (estendendo ao Estado do Ceará a tabela de pagamento de cana do Estado de Santa Catarina), não foi publicada no “Dnário Oficial”, pelo que não chegou a entrar em vigor, visto tratar-se de simples anteprojeto, que recebeu redação final, depois de debatido o assunto, conforme Resolução n.º 114/45, de 17 de outubro último.

Dêste modo, feita a retificação em aprêço, a Resolução que tomou o n.º 113/45 trata de assunto diverso, e é a seguinte :

RESOLUÇÃO — N.º 113/45 — De 10 de outubro de 1945

ASSUNTO — Dá nova redação à alínea “a” do art. 23, da Resolução n.º 110/45, de 25 de julho de 1945

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve :

Art. 1.º — Passa a ter a seguinte redação a alínea “a”, do art. 23, da Resolução n.º 110/45, de 25 de julho de 1945 :

a) Trinta por cento (30%) da produção de melaço das Usinas do Estado da Bahia que não fabriquem álcool, ficando isentas da requisição as usinas que não tenham atingido a produção de 5.000 sacos na safra passada de 1944/45, bem como aquelas que, pela sua localização, não ofereçam condições econômicas para o aproveitamento do respectivo melaço, a critério do Gerente da Distilaria Central de Santo Amaro.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data

de sua publicação no "Diário Oficial", revogadas as disposições em contrario.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos dez dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e cinco.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente.

("D. O.", Rio, 19-10-1945).

RESOLUÇÃO — N.º 114/45 — De 17 de outubro de 1945

ASSUNTO — Dá nova redação ao art. 3.º da Resolução 109/45, de 27 de junho de 1945

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve :

Art. 1.º — Passa a ter a seguinte redação o art. 3.º da Resolução n.º 109/45, de 27 de junho de 1945 :

Art. 3.º — Nos Estados em que o rendimento médio fôr inferior a 90 quilos de açúcar por tonelada de cana e superior a 75, será provisòriamente considerado o de 90 quilos até que aquêlê rendimento seja atingido e, nos Estados em que o rendimento médio fôr inferior a 75 quilos, será considerado provisòriamente o de 80 quilos, até que, da mesma forma, seja atingido o de 75 quilos.

Parágrafo único — O Instituto do Açúcar e do Alcool promoverá medidas de assistência financeira às usinas de rendimento inferior a 90 quilos por tonelada de cana, para o efeito de melhoria de suas condições industriais.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no “Diário Oficial” da União.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

 (“D. O.”, Rio, 30-10-1945).

RESOLUÇÃO — N.º 115/45 — De 17 de outubro de 1945 ✓

ASSUNTO — Dispõe sôbre o recolhimento, à Caixa do Alcool, devido pelos compradores de álcool industrial destinado às praças do Rio de Janeiro e São Paulo

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve :

Art. 1.º — O recolhimento, pelos compradores do álcool industrial, à Caixa do Alcool, a que se refere a alinea “c” do art. 4.º da Resolução 110, de 25 de julho de 1945, será uniforme para o álcool procedente das usinas do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1.º — Fica reduzido para Cr\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) o recolhimento mencionado neste artigo, o qual continuará a ser acrescido de Cr\$ 0,10 (dez centavos), quando se tratar de álcool anidro.

§ 2.º — Quando o álcool fôr transportado em tonéis de negociantes do Estado do Rio de Janeiro, o recolhimento à Caixa do Alcool será de Cr\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos).

§ 3.º — Quando o álcool fôr transportado em vagões tanques, por conta dos negociantes de álcool do Estado do Rio de Janeiro e dentro dos volumes normais de suas vendas verificadas nas safras de 1941/42 a 1943/44, o recolhimento à Caixa do Álcool será de Cr\$ 0,60 (sessenta centavos) por litro.

Art. 2.º — No Estado de São Paulo, o recolhimento pelos compradores de álcool industrial na forma da alínea “c” do art. 4.º da Resolução 110/45, fica reduzido de Cr\$ 0,20 (vinte centavos), continuando em vigor o sistema de cálculo do referido recolhimento preceituado pelo art. 4.º da Resolução 110/45.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

(“D. O.”, Rio, 31-10-1945)

RESOLUÇÃO — N.º 116/45 — De 8 de novembro de 1945

ASSUNTO — Dispõe sôbre melhoramentos das fábricas de açúcar dos tipos banguê e turbinador, e dá outras providências

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

Art. 1.º — Fica permitida a instalação de turbina nos engenhos de açúcar de tipo banguê inscritos no Instituto e que posuam quota de produção igual ou superior a 500 sacos.

Art. 2.º — E' permitida a instalação de vácuo nos atuais engenhos turbinadores inscritos no Instituto.

Art. 3.º — Será concedida a transformação em usina, dos engenhos banguês ou turbinadores, cujas quotas de produção sejam iguais ou superiores a 3.000 sacos de açúcar de 60 quilos, desde que instalem maquinaria própria às usinas.

Art. 4.º — Nos casos de montagem de usinas, resultantes da fusão de engenhos banguês ou turbinadores, nos termos da lei, o I.A.A. poderá conceder à nova fábrica, dentro das condições de consumo existentes, uma quota adicional correspondente a 50% do limite global dos engenhos incorporados, desde que se organizem sob a forma de cooperativa.

Art. 5.º — A concessão de quota de açúcar às destilarias autônomas, nos termos da decisão de 13/6/45, da Comissão Executiva, fica subordinada ao cumprimento das seguintes condições :

a) — ter produzido álcool nas safras de 1943/44 e 1944/45 ;

b) — separação entre a atividade agrícola e a industrial, de acordo com os artigos 54 e 67 do Estatuto da Lavoura Canavieira e com os planos de constituição de fornecedores aprovados pelo I.A.A. ;

c) — ter uma produção média de álcool, nas safras de 1943/44 e 1944/45, igual ou superior a 120.000 litros, e anotada pelo I.A.A. ;

d) — atender às demais condições que forem estabelecidas pelo I.A.A.

Art. 6.º — Entende-se por destilaria autônoma, para os fins

do disposto no art. anterior, a fábrica que produza álcool diretamente de cana.

Art. 7.º — As concessões a que se refere esta Resolução serão deferidas pela Comissão Executiva do I.A.A., mediante requerimento dos interessados, ouvidas as Seções competentes.

Art. 8.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos oito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente.

(“D. O.”, Rio, 26-11-1945).

“Legislação Açucareira e Alcooleira”

(Anotada)

Licurgo Veloso

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

56.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, José Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

4.º Congresso de Química do Brasil — Em sessão de 14/8/45, a Comissão Executiva tomou conhecimento do relatório de 11/8/45, do Sr. Anibal Ramos de Matos, a propósito do 4.º Congresso de Química da Associação Química do Brasil, realizado em São Paulo. O Sr. Moacir Soares Pereira, que teve vista do relatório, dá o seu parecer e a C. E. manda encaminhar o mesmo à Seção Técnico-Industrial para fins de consulta.

Bonificação sobre álcool — Em carta de 26/7/45, a Cia. Geral de Melhoramentos em Pernambuco (Usina Cucaú) comunica ter recebido a carta do Instituto, de 23/7/45, dando-lhe ciência da resolução da Comissão Executiva, contrária à sua reclamação relativa à bonificação sobre álcool extralimite da Usina Cucaú, na safra 1943/44. A reclamante faz novas considerações a respeito, sendo o processo encaminhado ao Sr. Moacir Pereira, que se manifesta no sentido de ser mantida a decisão. O Sr. José Bezerra Filho pede e obtém vista do caso.

— Em requerimento de 27/6/45, a Usina Central Leão Utinga se dirige ao Instituto, pleiteando pagamento de bonificação sobre álcool da safra 1943/44, que alega ter recebido a menos. O parecer do Sr. Moacir Soares Pereira, contrário às pretensões da requerente, é aprovado pela Comissão Executiva.

Distilarias Centrais — Relativamente à exposição do Químico da Distilaria Central Presidente Vargas, no Cabo, em Pernambuco, Sr. Venitius dos Anjos, tratado em sessão de 26/7/45, da Comissão Executiva, o Sr. Moacir Soares Pereira, a quem, naquela ocasião, fôra dado vista do caso, apresenta o seu parecer, que é aprovado.

Estação Experimental de Curado — Em telegramas de 17 e 28 do mês findante, respectivamente, os Srs. Paulo Parísio, Secretário da Agricultura de Pernambuco, e Neto Campelo Júnior, Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Pernambuco se dirigem ao Instituto, pedindo que pague este à Estação Experimental de Curado a subvenção de Cr\$ 150.000,00, relativa ao ano de 1945. Sobre o assunto, o Sr. Gerente do I. A. A. presta informações, sendo aprovada a sua proposta no sentido de ser paga a importância de 75 mil cruzeiros à Estação Experimental de Curado, por saldo da subvenção do corrente ano.

Financiamento e adiantamento a fornecedores de cana — Em data de 18/8/45 foi assinada a escritura particular do empréstimo de Cr\$ 1.500.000,00 feito pelo Instituto à Cooperativa dos Plantadores de Cana de Minas Gerais, com sede na cidade de Ponte Nova. Estando o contrato regularizado, com o seu registro no Cartório competente, em Ponte Nova, propõe a Seção de Assistência à Produção o pagamento da respectiva importância à Cooperativa, por intermédio do Banco do Brasil, na mesma cidade de Ponte Nova. A C. E. aprova a proposta.

Produção de açúcar de segunda — Em carta de 23/8/45, a Cia. Usina Cambaíba, de Campos, solicita autorização para fabricar, na presente safra, um volume entre 8 a 10 mil sacos de açúcar de segunda, na Usina Cambaíba, dada a dificuldade em que se encontra a Usina de trabalhar apenas em açúcar cristal de primeira, enquanto não instalar novas turbinas a virem do estrangeiro.

Debatido o assunto, decide a Comissão Executiva que a Usina Cambaíba deverá pagar a sobretaxa de Cr\$ 6,00, prevista no art. 8.º da Resolução 107/45. Entretanto, se o Estado do Rio não atinge a quota de açúcares baixos permitida, far-se-á a redistribuição do saldo, restituindo-se à Usina Cambaíba o valor da sobretaxa no que couber à sua Usina dentro da quota do Estado.

57.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, José Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou de: telegramas da Associação Comercial e da Federação do Comércio de São Paulo, agradecendo o acolhimento dispensado à sua delegação; telegrama da Associação Comercial de Porto Alegre manifestando o seu apoio à Associação Comercial e à Federação do Comércio de São Paulo pelas providências tomadas junto ao Instituto, relativamente à interpretação das medidas que facultam ao produtor cobrar a margem de 5 % nas vendas a industriais e varejistas; telegrama do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio, transmitindo o texto do telegrama passado à Leopoldina Railway, no qual reclama contra a situação presente em que se encontra a produção açucareira fluminense, motivada pela falta de transporte para escoamento da safra.

Racionamento de energia elétrica em São Paulo — Expõe o Sr. Corrêa Meyer que, em Ribeirão Preto, as usinas se acham sujeitas a um racionamento de 4 horas de energia elétrica, por dia, e,

em Piracicaba e Araraquara, ao de um dia por semana, acentuando os inconvenientes dessa restrição em pleno período de safra. O Sr. Presidente, reconhecendo a procedência do apêlo, promete transmiti-lo aos órgãos competentes e interessar-se pela solução imediata do problema.

Delegacia Regional de São Paulo — Em memorial de 20/6/45, os funcionários da Delegacia Regional de São Paulo solicitam o reajustamento dos seus vencimentos, em face do excessivo aumento do custo de vida. O Sr. Otávio Milanez, encarregado de relatar o assunto, entende que, embora justa, a pretensão não pode ser atendida desde já, visto como qualquer concessão nesse sentido importaria em aumento de vencimentos para um limitado grupo de funcionários do Instituto, quando é certo que os demais lutam com as mesmas dificuldades de vida. A Comissão Executiva aprova o parecer.

Transporte de álcool — A firma Indústria Brasileira de Embalagens S/A., em carta de 17/7/45, oferece ao Instituto tambores de ferro, de qualquer tipo, de 200 até 620 litros de capacidade, feitos de chapa preta, pintados ou galvanizados.

A Comissão Executiva aprova a sugestão da Gerência no sentido de se aguardar melhor ocasião para a aquisição de tambores, se, ao contrário do que pensa a Seção do Álcool-Motor, se vier a necessitar desse material.

Racionamento de álcool industrial — Em exposição de 28-8-45, a Seção de Álcool-Motor propõe o cancelamento do racionamento do álcool industrial, facilitando, assim o seu maior consumo. Ficará, contudo, a saída do álcool sujeita ao pagamento das taxas criadas pela Resolução n. 110/45, de 25/7/45.

— Por despacho de 31/8/45, o Sr. Presidente, considerando as razões indicadas nos pareceres da Seção do Álcool-Motor e da Gerência, aprova a proposta autorizando as medidas necessárias à sua execução, a partir de 15/9/45. Tratando-se entretanto, de modificação do texto de uma Resolução da Comissão Executiva, o ato do Sr. Presidente foi baixado **ad-referendum** da mesma Comissão Executiva. Submete o Sr. Presidente, por isso, o seu ato à consideração da Comissão Executiva, que o aprova, por unanimidade de votos.

Importação de desidratantes — Comunica o Sr. Gerente do Instituto que a The Anglo-Mexican Petroleum Company já informou ao Instituto que recebera aviso da sua Casa Matriz na América do Norte, de ter sido liberada a exportação de benzol e nafta, podendo, desde já, ser iniciados os embarques. A C. E. toma conhecimento da informação.

Fabricação de aguardente — Do processo em revista constam vários pedidos da Usina Ilha Bela, no sentido de lhe ser concedida autorização para a fabricação de aguardente em sua destilatória de álcool. Concede-se autorização para fabricar até 8.548 litros de álcool na safra 1945/46.

— Em requerimento de 23/4/45, a Cia. Açucareira Rio Doce, com sede nesta Capital, pede autorização para fabricar aguardente, numa instalação provisória que montará rapidamente junto à sua usina em montagem no Vale do Rio Doce. O

pedido é a título provisório, enquanto não se instala a sua destilatória de álcool, de 10.000 litros diários. Concede-se a autorização.

Auxílio e donativos — Em seu memorial de 27/3/44, o Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco renova o seu pedido de uma subvenção anual, pelo Instituto, de Cr\$ 200.000,00. Debatido o assunto, aprova-se o seguinte:

“O Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco será incumbido do serviço metrológico, para a aferição das balanças das usinas, mediante a subvenção anual de Cr\$ 120.000,00”.

Exportação de açúcar — Em ofício de 24/8/45, o Secretário Geral interino do Ministério das Relações Exteriores comunica que, segundo informações da Delegacia do Banco do Brasil junto ao Conselho Internacional do Açúcar, em Londres, foi votada unânimemente a prorrogação do Protocolo sobre o Acôrdio Internacional do Açúcar, por mais um ano, a partir de 31/8/45.

Financiamentos e adiantamentos — Em telegrama de 3/9/45, a Delegacia Regional de Pernambuco informa que, em face das garantias dadas pelo Instituto, a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco adquiriu adubo correspondente à verba aprovada para os usineiros do Estado e está, por isso, solicitando remessa de fundos para ocorrer ao pagamento de duplicatas já vencidas, pedindo, a respeito, providências. A C. E. aprova o parecer do Sr. Gerente favorável ao pedido.

— Junto à sua carta de 14/6/45, a Delegacia Regional de Alagoas remete a esta Sede as escrituras de contrato sobre o empréstimo de Cr\$ 3.000.000,00, feito à Cooperativa dos Usineiros e a usinas de Alagoas, a título de financiamento, para atender às conseqüências decorrentes da deficiência de produção na safra de 1944/45. De acôrdio com a sugestão da Seção Jurídica, manda-se transcrever os documentos no registro competente dos domicílios dos mutuários.

Preços legais — No processo relativo à inobservância das tabelas de preço de açúcar, contra firma de Campos, em seu parecer de 11/5/45, conclui a Seção Jurídica por que, havendo elementos e indícios da prática de atos tidos como de “mercado negro” de açúcar, como seja a inobservância às tabelas oficiais de preços, capitulados como crime pelo Decreto-lei 869 art. 3.º § 2.º, e punível **ex-vi** do artigo único do Decreto-lei 1.041, de 11/1/39, sejam os autos enviados à Procuradoria Regional de Campos, a fim de que a mesma solicite da autoridade judicial competente a abertura do inquérito policial, na forma da legislação vigente e pelo qual deverão ser apuradas as responsabilidades dos dirigentes da Usina Mineiros e das demais pessoas envolvidas nas transações de que dá notícia o processo. O Sr. José Carlos Pereira Pinto, que teve vista do processo opina pelo arquivamento do mesmo, sendo o seu parecer aprovado.

Estocagem — Em carta de 2/8/45, a Delegacia Regional de Campos comunica que está autorizando a Cia. Usina do Outeiro a depositar nos Ar-

mazéns Gerais B. Lisandro, na cidade de Campos, 20.000 sacos de açúcar cristal, da safra corrente, em atenção a pedido da interessada. A medida tomada pela Delegacia Regional foi precedida de autorização da Gerência do Instituto, condicionada a sua efetivação à aprovação da Comissão Executiva. Aprova-se a medida, autorizando-se a sua adoção em relação a outras usinas fluminenses.

Limitação — A Seção de Estudos Econômicos encaminha ao Sr. Presidente os quadros do reajustamento das usinas de quotas interiores a 20.000 sacos, nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, de acôrdo com a Resolução n. 111/45 de 9/8/45. Dá-se vista ao Sr. José Bezerra Filho.

— Em requerimento de 4/7/44, o Sr. José Martins dos Santos pede que seja procedida uma revisão no limite da usina Pedra Lisa, de sua propriedade. Alega o requerente que o aumento da quota que lhe fôra concedida, ex-vi da Resolução 61/43, de 30/6/43, foi calculada sôbre seu limite de 1.771 sacos, em vez de ser sôbre o de 2.532, que era a sua quota, em virtude de aumento decorrente de incorporação de quota de engenho. A Seção de Estudos Econômicos e o Sr. Corrêa Meyer opinam pelo arquivamento do processo. O Sr. Pereira Pinto pede e obtém vista do mesmo.

Tabelamento de cana — Em telegrama de 16/8/45, a Açucareira Cearense S/A., comunicando que a sua Usina Cariri iniciou a moagem, pede para efeito do cumprimento dos arts. 1 e 2 da Resolução n. 109/45, que se lhe fixe, na conformidade do art. 5, o preço por que deve pagar a cana dos seus fornecedores.

A Comissão Executiva, considerando a semelhança de ordem técnica e econômica, sob o ponto de vista da política açucareira, entre o Estado do Ceará e os de Santa Catarina e Mato Grosso, aprova a proposta da Seção de Estudos Econômicos, no sentido de ser baixada a Resolução proposta pela mesma Seção de Estudos Econômicos do seguinte teor: A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-lei n. 4.733, de 23 de setembro de 1942, resolve:

Art. 1.º — Até ulterior deliberação, o pagamento de canas fornecidas às usinas do Estado do Ceará será realizado segundo as normas constantes da tabela baixada para o Estado de Santa Catarina, pela Resolução n. 73/43, de 9 de novembro de 1943.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro recebeu o Sr. Presidente o telegrama de 29 de agosto p. p., comunicando que, segundo o ofício já remetido à Procuradoria Regional do I. A. A. em Campos, a Assembléia Geral do Sindicato, realizada em 28/8/45, aprovou o acôrdo firmado em 19/7/45, referente à fixação do preço único para pagamento de canas pelas usinas fluminenses.

Frete único — Em carta de 31/7/45, a Cia Usinas Tiúma reclama contra o desconto do frete único no valor do saco de açúcar, na forma estabelecida pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco. O assunto está previsto no art. 17 e seu parágrafo e no art. 18, da Resolução n. 109/45 de 27/6/45. Dá-se vista do processo aos Srs. Bezerra Filho e Aderbal Novais.

Montagem de fábricas — Concede-se prorrogação do prazo fixado a Cantídio Drumond Filhos e outros para montagem de uma usina em Minas Gerais.

— Aprova-se o edital elaborado pela Seção Jurídica, estabelecendo as condições de concorrência para montagem de uma usina e uma distilaria no Vale do Rio Doce.

— Resolve-se encaminhar à Comissão incumbida de estudar a questão das novas refinarias o requerimento da Usina Pirangi, Pernambuco, solicitando autorização para instalar uma refinaria junto àquela fábrica.

Anistia fiscal — Aprova-se o parecer da Seção Jurídica, contrário ao pedido de anistia fiscal formulado por vários infratores.

Averbação de transferência e modificação de Razão Social — Usina Itaquara de Açúcar e Alcool S/A. — São Paulo — Dá-se vista ao Sr. Castro Azevedo.

Inscrição de fábricas de rapadura — Militão Soares de Freitas — Ceará, deferido.

De rapadura e aguardente — Alfredo Furtado Bacelar — Maranhão, deferido para fabricar rapadura.

Transferência de propriedade — Lídio de Carvalho — Alagoas, manda-se arquivar.

Transferência de proprietário e modificação de espécie — Alcides Nogueira Colares — Ceará, deferido. Alexandre Bezerra Maia — Ceará, deferido.

58.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antonio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Relativamente ao expediente da sessão, foi dado conhecimento à Casa do seguinte: telegrama do Sr. Luís Dubeux Júnior, Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, agradecendo as atenções recebidas durante a sua estada nesta Capital, bem como as so-

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas
Agronômicas

INSTITUTO DE FERMENTAÇÃO

Anteprojeto do Regulamento da Fiscalização da produção, importação, circulação e distribuição das bebidas em geral e vinagres, que se publica, a fim de receber sugestões pelo período de 60 (sessenta) dias, das classes interessadas, conforme autorização em despacho do Sr. Presidente da República. (E. M. 741-7-45). (Processo número 31.398-45).

Regulamento da Fiscalização da Produção, Importação, Circulação e Distribuições das Bebidas em Geral e Vinagres

CAPÍTULO II

Da produção

Art. 4.º — Os vinicultores, produtores de bebidas em geral e de vinagres, não poderão comercializar os seus produtos sem requerer previamente as análises liberatória de fiscalização, liberatória de registro e análise de orientação, conforme segue:

II) Análise para registro:

c) Bebidas alcoólicas, de simples destilação, com graduação alcoólica não inferior a 30 e nem superior a 54 graus G. L.:

Aguardente de cana.

f) Vinagres:

Vinagre de suco de cana;

Vinagre de açúcar.

Vinagre de Alcool.

CAPITULO XVI

Das aguardentes

Art. 131. — Sob a denominação de “aguardente” estão compreendidas as bebidas provenientes da destilação de produtos obtidos por fermentação alcoólica.

Parágrafo único — As aguardentes devem conter no mínimo trinta (30) por cento e no máximo cinquenta e quatro (54) por cento de álcool em volume.

Art. 135 — Com a denominação de “aguardente de cana” ou “parati”, designar-se-á o produto resultante da destilação do suco de cana fermentado, reservando-se a denominação de “cachaça” para o produto da destilação dos mostos de melação de cana fermentados.

(D. O., Rio, 29-8-45)

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Serviços e Comunicações

323.438 (P. 84.(17) (A. 813) (D. 9-10) — Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, com sede em Campos, Estado do Rio de Janeiro, solicitando aprovação do ato da Assembléia Geral que deliberou o aumento das mensalidades para Cr\$ 5,00. Parecer: De acordo com as informações retro opino seja aprovada a modificação estatutária proposta pelo Sindicato, no sentido de aumento das mensalidades de Cr\$ 2,00 para Cr\$ 5,00, submetendo o processo à elevada consideração de S. Ex.^a o Sr. Ministro. — Allyrio Coelho, Diretor Geral substituto do Departamento Nacional

luções satisfatórias dadas às solicitações da Lavoura Canavieira e Indústria Açucareira de Pernambuco; telegrama do Sr. Saline Tanure, comunicando ter sido fundada, a 10 do corrente, em Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo, a Associação dos Plantadores de Cana do Itapemirim, tendo sido já eleita a sua primeira Diretoria.

Preços legais — A propósito de uma consulta da Cooperativa dos Plantadores de cana de Minas Gerais, em Ponte Nova, aprova-se, com exceção do voto do Sr. Belo Lisboa, a seguinte interpretação do art. 63 da Resolução 109/45: “O açúcar vendido pela usina ao fornecedor não incluirá a margem de 5%, desde que o fornecedor o vá buscar na fábrica e que se destine ao seu próprio consumo. Esse preceito se estenderá às Cooperativas de fornecedores, dentro das necessidades de consumo de seus cooperados. O consumo doméstico envolve os dependentes e agregados do fornecedor, existentes na sua propriedade rural,

obedecida a norma de suprimento em vigor na região, até o máximo de 3 quilos mensais, por pessoa”.

Tabelamento de cana — Procede o Sr. Presidente à leitura do ofício do Sr. Procurador Geral do Instituto, encaminhando à Presidência as atas autenticadas das assembleias gerais realizadas pelo Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio e pelo Sindicato Agrícola de Campos, nas quais foi homologado o acordo entre os usineiros e fornecedores de cana fluminenses, a respeito de pagamento de canas. O Procurador Geral apresenta ainda parecer oral sobre a matéria, sendo aprovada, após prolongados debates, a seguinte fórmula proposta pelo Sr. Presidente:

“Autorizar a Seção Jurídica a apresentar projeto de Resolução alterando dispositivos da Resolução n. 109/45, em face do acordo aprovado pelas classes interessadas no Estado do Rio”.

do Trabalho. — Despacho: Aprovo. Alexandre Marcondes Filho.

(D. O., Rio, 11-10-45).

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Comissão de Marinha Mercante

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Boletim n. 61. feita no D. O. S. I., de 30-8-45, a letra c da Resolução n. 489-A, leia-se assim e não como foi publicado:

c) "Designar, provisoriamente, para o transporte de açúcar do Estado do Rio, os seguintes iates: linha São João da Barra-Rio de Janeiro: Flora, Soares, Santelmo, Rosário, Muniz Freire, Mandiba, Ideal; linha São João da Barra-Paranaguá: São Domingos e Belmonte".

(D. O., Rio, 4-9-45).

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

O Conselho Nacional do Petróleo, de conformidade com o Decreto-lei n. 538, de 7 de julho de 1938, art. 10, letra c, resolveu aprovar, em sua sessão ordinária de 4 de outubro corrente, a seguinte tabela de preços de gasolina e querosene que entrará em vigor na data de sua publicação.

CUSTO DIFERENCIAL DO ALCÓOL (Por litro)

Os preços indicados para a gasolina serão acrescidos automaticamente do custo diferencial do álcool, segundo o teor da mistura constante da tabela abaixo, sempre que o estoque de álcool fôr suficiente para a aplicação da mistura empregada por prazo nunca inferior a sessenta dias, na base de um preço uniforme para todas as companhias distribuidoras, dentro da mesma localidade.

Percentagem do álcool aplicado na mistura	Recife	Salvador	Rio	S. Paulo
5 %	0,03	0,02	0,03	0,02
10 %	0,05	0,05	0,05	0,04
15 %	0,08	0,07	0,08	0,07
20 %	0,11	0,10	0,10	0,09
25 %	0,14	0,12	0,13	0,11
30 %	0,16	0,15	0,16	0,13
35 %	0,19	0,17	0,18	0,16
40 %	0,22	0,20	0,21	0,18
45 %	0,25	0,22	0,24	0,20
50 %	0,27	0,25	0,26	0,22
55 %	0,30	0,27	0,29	0,24
60 %	0,33	0,29	0,31	0,27
65 %	0,36	0,32	0,34	0,29
70 %	0,38	0,34	0,37	0,31
75 %	0,41	0,37	0,39	0,33
80 %	0,44	0,39	0,42	0,36
85 %	0,47	0,42	0,45	0,38
90 %	0,49	0,44	0,47	0,40
95 %	0,52	0,47	0,50	0,42

(D. O., Rio, 10-10-45)

"Álcool Absoluto"

Livro do

Dr. Anibal R. de Matos

Preço. Cr\$ 6,00
Pelo Correio. Cr\$ 7,00

À venda no Instituto do Açúcar
e do Álcool

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Despacho do Sr. Presidente da República

E. M. n. 1.945. de 4 de — de 1945 — O Coordenador da Mobilização Econômica, encaminhou ao Sr. Presidente da República um recurso interposto por Gileno Dé Carli, servidor do Instituto do Açúcar e do Álcool, mas atualmente em exercício na Coordenação, contra o ato do Presidente do referido Instituto, que determinou a instauração de um processo administrativo contra o recorrente.

2. Em abono de sua pretensão, alegou, em resumo, o recorrente:

a) que há fundamental incompatibilidade entre êle e o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool;

b) que, atacado injustamente pela referida autoridade, em artigo publicado na imprensa, e não podendo defender-se publicamente, por uma questão de disciplina, revidou às ofensas em carta pessoal, de caráter privado;

c) que o referido Presidente, não só o caluniou, mas também praticou leviandades e detratações;

d) que a Comissão de Inquérito, designada pelo mesmo Presidente, é faciosa e por êste nordeada inteiramente, da mesma fazendo parte 2 desafetos notórios do recorrente; e

e) que, por tudo isso, é de justiça a designação de outra comissão, imparcial e sem faciosismo, perante a qual possa o requerente, ao abrigo de qualquer coação, vir demonstrar, com provas, a verdade dos fatos.

3. Encaminhando o processo à decisão de V. Ex.^a, o Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, depois de historiar os fatos, acentuou que o requerente já desempenhou as funções de membro do Conselho Federal do Comércio Exterior e colabora, atualmente, no esforço de guerra do país, na qualidade de membro do Conselho Consultivo da Coordenação e seu sucessor técnico em assuntos econômicos.

4. Examinando o assunto, verificou o D. A. S. P.:

a) que o objetivo do interessado, ao dirigir-se ao Sr. Presidente da República, é não prestar declarações à Comissão de Inquérito, designada pelo presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool;

b) que, entretanto, não é lícito, aos servidores de qualquer órgão do serviço público, mesmo em se tratando de entidades paraestatais, recusar-se a prestar a colaboração solicitada, para esclarecimento de faltas, cuja averiguação esteja sendo processada, mediante inquérito administrativo ou por meios sumários;

c) que êsse entendimento mais se justifica ainda, no caso de ser o próprio indiciado o servidor, cuja colaboração se solicita;

d) que, dêste modo, não poderá o requerente deixar de atender à intimação que lhe houver sido feita;

e) que, na forma da lei, fica assegurado ao indiciado o direito de pedir reconsideração e recorrer à autoridade superior, caso se julgue prejudicado pela decisão final do processo;

f) que, além disso, cabe ao requerente o direito e, mesmo, o dever de representar sobre tôdas as irregularidades de que tenha conhecimento;

g) que não podem ser tomadas em consideração as alegações do recorrente, quanto à parcialidade daquela Comissão (alíneas d e e do item 2), pois estão desacompanhadas de qualquer prova, e, mesmo, só se podem reconhecer as incompatibilidades expressamente indicadas em lei;

h) que, por outro lado, não procede a assertiva, do assessor jurídico da Coordenação, de estar o requerente vinculado, disciplinarmente, apenas ao Sr. Coordenador;

i) que, com efeito, podendo aplicar outras

penalidades, ao Sr. Coordenador falece, porém, competência para aplicar a demissão ao requerente, servidor, que é, daquele Instituto;

j) que, sendo servidor do Instituto, não pode o recorrente ficar fora da ação disciplinar de seu Presidente, o que constituiria um privilégio contrário a tôdas as normas de hierarquia funcional;

l) que a Comissão não só deverá fundamentar o seu parecer como propor a aplicação da penalidade que couber;

m) que o seu julgamento, como o da autoridade que determinou a instauração do processo, deverá basear-se em fatos que o interessado, quando houver de apresentar defesa, poderá esclarecer, contestar e explicar, comprovando as suas afirmações;

n) que a alegada inimizade pessoal entre o recorrente e o Presidente do Instituto e os membros da Comissão incumbida do processo, uma vez demonstrada, constituirá certamente elemento relevante de apreciação para a autoridade hierarquicamente superior, à qual poderá recorrer, ou representar, quando fôr oportuno.

5. Nestas condições, o D. A. S. P. propõe:

a) que seja indeferido o pedido de Gileno Dé Carli, por falta de fundamento legal, sem prejuízo do uso do direito de peição, que lhe assiste na forma da lei; e

b) que o processo seja encaminhado ao Instituto do Açúcar e do Alcool, para servir de elemento subsidiário ao inquérito que ali se realiza. — Aprovado. Em 4-10-45. — G. Vargas."

(D. O., Rio, 12-10-45).

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

Gabinete do Coordenador

PORTARIA N. 418, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1945

Extingue a Comissão de Racionamento de Combustíveis Sólidos e Líquidos do Estado de São Paulo e dá outras providências.

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando da atribuição que lhe confere o Decreto-lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942, e de acordo com as razões que lhe foram expostas pelo Presidente da Comissão de Racionamento de Combustíveis Sólidos e Líquidos do Estado de São Paulo,

Resolve o seguinte:

I — Entra em fase de extinção a Comissão de Racionamento de Combustíveis Sólidos e Líquidos do Estado de São Paulo, cujas atividades cessarão na data em que o seu presidente julgar possível a suspensão do racionamento de gasolina naquele Estado;

II — Ficam os membros executivos da referida Comissão encarregados de organizar os relatórios finais dos respectivos Departamentos, apresentando-os ao Presidente da mesma dentro de 30 (trinta) dias contados da data do encerramento das atividades daquela Comissão.

A CURVA DOS PREÇOS DO AÇÚCAR

M. Lacerda de Melo

É o problema dos preços das utilidades o assunto que tem sofrido mais constantes debates nos últimos tempos. Criou-se legitimamente uma atmosfera de protesto contra as causas do aumento do custo da vida. Aumentos de cotações são autorizados, muitas vezes, sem o exame detido das reivindicações dos interessados, quando não decorrem simplesmente de manobras especulativas. O fato é que só excepcionalmente resultam de estudos objetivos visando ao conhecimento, ainda que aproximado, dos custos de produção, único meio que possibilita a fixação dos preços de modo menos arbitrário.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, na Resolução que estabelece o plano da safra 1945/46, autorizou um aumento dos preços do açúcar. Se se quiser sumariar em esquema as causas determinantes desse aumento, evidenciadas e esclarecidas em todos os seus aspectos através dos estudos e debates que se realizaram durante os meses de maio e junho, o esquema seria o seguinte:

I — Problema da reforma das tabelas de pagamento de cana, impôsto:

a) — Pela elevação dos custos de produção agrícola. (Essa elevação é devida ao aumento de salários e dos preços das máquinas e utensílios agrícolas, devendo-se notar que a mão de obra influi diretamente sobre o custo de produção da cana em 70% a 80%, enquanto só em 15% a 20% afeta de modo direto o custo de fabricação do açúcar);

b) — Pela necessidade de possibilitar à agricultura uma remuneração mais compensadora, objetivo que, pelas tabelas anteriores só seria possível com uma elevação dos preços do açúcar acima do que seria razoável exigir dos consumidores. E isso traria um excesso de remuneração à parte industrial da atividade açucareira;

c) — Pela necessidade de manter e estimular a cultura da cana, ameaçada de desertão, em muitas regiões, pela concorrência de atividades mais remuneradoras;

d) — Pela necessidade de melhorar os canaviais, estimulando a cultura das variedades de cana de alto teor em sacarose e pureza;

e) — Pela necessidade de disciplinar por meio de normas mais racionais e mais equitativas o velho e muito sério problema do preço da cana.

II — Aumento do custo de produção industrial, determinado principalmente:

a) — Pelo aumento geral dos salários;

b) — Pelas reduções de safras em consequência da irregularidade das estações.

III — Aumento das despesas de transporte, abrangendo:

a) — O açúcar, que, no caso da Leopoldina Railway, foi atingido pela majoração de tarifas de 50%, equivalendo em média, a Cr\$ 5,00 no percurso Campos — Distrito Federal;

III — Ao presidente da mencionada Comissão ficam atribuídos os seguintes encargos os quais deverão estar concluídos no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da extinção do racionamento:

a) organização do relatório final dos serviços realizados;

b) arrolamento dos móveis e utensílios existentes, os quais serão distribuídos às "Casas de Lavoura" e outras associações rurais daquele Estado, de acôrdo com a Secretaria da Agricultura do mesmo;

c) recolhimento à Secretaria da Coordenação da Mobilização Econômica de todos os documentos e arquivos referentes às receitas e despesas realizadas até a data do encerramento dos serviços;

d) entrega ao Arquivo Geral do Estado de São Paulo da documentação e dos processos relativos aos serviços de racionamento;

e) manutenção dos servidores necessários aos trabalhos especificados nas alíneas precedentes, dentro do referido prazo (90 dias).

IV — Passam para o Escritório Regional do Setor da Produção Industrial em São Paulo os encargos relativos à distribuição geral de óleo combustível e de lenha ehegada por ferrovia, de acôrdo com o Serviço de Prioridade do Transporte Ferroviário daquele Estado, visando a completa normalização do transporte e distribuição desses combustíveis dentro do prazo máximo de 90 dias. — Anápio Gomes.

(D. O., Rio, 5-11-45).

b) — A cana e a lenha transportadas em ferrovias não pertencentes às usinas.

IV — Aumento dos custos de refinação pela majoração dos salários e de outras despesas.

Não nos vamos deter em considerações sobre as conseqüências, tão complexas como malélicas, da inflação do meio circulante e dos preços. Mas não podemos deixar de consignar, inspirados pelo exame do esquema supra, o postulado econômico segundo o qual, em face de alteamento geral dos preços, nenhuma produção pode conservar estáticas e imutáveis as suas cotações. O motivo reside no fato de que o preço de venda de cada utilidade participa, de modo direto ou indireto, nos preços de custo de outras. Se, nes-

tas, o preço é vigorosamente detido em suas tendências de crescimento de modo a não compensar os acréscimos marginais que a cotação de outros faz sentir sobre eles, o rompimento de equilíbrio dará lugar à fuga de capitais e atividades. Afetam-se, dêsse modo, os volumes de produção que poderão fixar abaixo das necessidades do consumo.

As tabelas que inserimos abaixo indicam, em primeiro lugar, a posição do açúcar em confronto com a alimentação e vestuário. Nos dois últimos casos, os dados são reproduzidos do Relatório do Banco do Brasil. Igualando-se a cem as cifras referentes ao ano normal de 1928, os números índices representativos da média dos preços dos artigos de alimentação e vestuário em cotejo com os do açúcar são os seguintes, a partir de 1935 :

CONFRONTO DOS NÚMEROS ÍNDICES DO AUMENTO DOS PREÇOS DO AÇÚCAR COM OS DA ALIMENTAÇÃO E VESTUÁRIO 1928 — 100

A n o s	Alimentação	Vestuário	A ç ú c a r
1935.	1 0 1	1 4 7	7 2
1936.	1 1 4	1 5 6	7 5
1937.	1 2 6	1 5 6	9 2
1938.	1 2 6	1 6 2	8 1
1939.	1 2 9	1 6 3	8 6
1940.	1 3 6	1 6 8	8 7
1941.	1 4 7	1 8 7	9 6
1942.	1 6 5	2 0 1	1 1 9
1943.	1 9 2	2 5 5	1 3 8
1944.	2 2 1	3 3 6	1 5 9

(Fontes: — Relatório do Banco do Brasil, de 1944 e Seção de Estatística do I. A. A.)

O quadro toma por base os preços no Distrito Federal. Quanto ao açúcar, em virtude de vigorarem aqui preços de sacrifício, preferimos tomar os não sujeitos a êste regime, isto é, aquêles que existiriam em condições normais.

Embora os dados se refiram à Capital Federal, não seria muito diferente a estrutura do

quadro que com elementos semelhantes fôsse levantado para as áreas de produção açucareira. E aí é que as cifras oferecem revelações mais significativas para o tema que estamos desenvolvendo. Alimentação e Vestuário são a síntese de um conjunto de utilidades essenciais ao homem, qualquer que seja o seu trabalho. Se a agro-indústria açuca-

reira não eleva os salários na proporção do aumento dos preços dessas utilidades, o braço trabalhador lhe faltará, seja pelas condições de nutrição, seja pelas condições de saúde, seja pela fuga à procura de melhor remuneração. E a alta de salários, tornada imperiosa, implica em elevação dos custos.

Comparado com o aumento de preços de 121 por cento na alimentação e com o de 236 por cento no vestuário, os 56% de aumento do preço do açúcar, verificados em 16 anos, exprimem uma proporção mais do que modesta. Só poderia ser mantida, em defesa do consumidor, se não debilitasse a produção. Essa defesa dos interesses do consumidor deve ser preocupação permanente do Estado. Mas não pode ser levada adiante em termos tais

que redunde em prejuízo do mesmo consumidor que se pretende defender. Não pode consagrar aquelas descompensações em consequência das quais fique ameaçada a manutenção e expansão dos volumes produzidos na medida das necessidades do consumo. Sabemos, pela experiência dura destes últimos anos, como é duplamente nociva a escassez de produção: pela carência da utilidade e pela especulação irrefreável que gera necessariamente.

A tabela seguinte registra os números índices dos preços de treze produtos, tomando-se por base o ano de 1929. Nela, pode-se comparar a curva dos preços do açúcar com o de outros gêneros alimentícios:

NÚMEROS ÍNDICES DOS PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO DISTRITO FEDERAL, NO PERÍODO: 1935/44 — (*)
Valores médios em Cr\$ — 1928/20 = 100

P R O D U T O S	A N O S									
	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Açúcar.	78	78	78	107	105	95	95	111	130	156
Arroz.	75	101	119	138	113	96	123	153	162	216
Banha.	112	137	151	158	149	132	162	181	253	322
Batata.	108	139	113	156	149	171	142	166	260	318
Café.	81	82	92	100	90	84	88	92	112	131
Farinha de mandioca.	86	111	180	330	246	163	160	192	352	512
Farinha de trigo.	103	130	152	186	156	134	...	205	230	...
Feijão.	42	74	94	121	152	138	128	133	133	242
Manteiga.	66	92	117	126	128	133	135	136	195	240
Milho.	71	92	95	200	181	146	125	184	218	...
Sal grosso.	71	98	150	247	286	286	320	337	393	561
Toucinho.	97	132	136	153	164	149	139	196	289	...
Charque.	76	86	102	134	124	130	141	146	209	297

(*) — Constam apenas os produtos de que obtivemos, nas estatísticas oficiais, dados relativos à série completa.

(Fontes: I. B. G. E. e Seção de Estatística do I. A. A.).

O AÇÚCAR PERNAMBUCANO E O ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO

A "Folha da Manhã", da capital paulista, edição de 30 de outubro último, publica a seguinte entrevista que lhe foi concedida pelo Sr. Luís Dubeux Júnior, presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco:

— "A afirmativa veiculada através de um jornal paulista de que a indústria açucareira de Pernambuco era atrasada e com tais aspectos rudimentares que até as canas eram transportadas para as usinas no dorso de animais, é falsa e revela profunda ignorância sobre o desenvolvimento da indústria açucareira no país", disse-nos inicialmente.

"E" profundamente lamentável, continuou aquele industrial, que um órgão da imprensa de um Estado adiantado como São Paulo, emita opiniões tão levianas, numa campanha de descrédito contra outro Estado da Federação. Para desmentir isso, basta mencionar que existem em Pernambuco 54 usinas e que apenas quatro ou cinco delas, com uma produção insignificante não possuem estradas de ferro, o que equivale a dizer que a quase totalidade dispõe de transporte adequado, para conduzir as canas para as suas fábricas. A empresa açucareira da qual sou Diretor, possui 130 quilômetros de linhas férreas, e toda a matéria-prima utilizada pela fábrica é transportada na estrada de ferro de nossa propriedade.

Não creio necessário descer a detalhes em defesa do grau de progresso da indústria açucareira pernambucana, em confronto com os outros Estados produtores, do Brasil. Todavia, permito-me adiantar que, em uma das últimas resoluções do Instituto do Açúcar e do Alcool, a propósito da organização das tabelas de preços das canas, as usinas de Pernambuco foram colocadas no plano mais alto, relativamente ao rendimento industrial das fábricas de açúcar em todo o país.

Até cerca de quatro anos atrás, não havia em

São Paulo campanha jornalística contra o I. A. A. nem contra a indústria açucareira de Pernambuco. O mercado de açúcar atravessava então uma situação de preços estáveis".

Refere-se, a seguir, o Sr. Luís Dubeux Júnior ao transporte, que, como afirma, foi o único causador dos transtornos verificados no abastecimento regular do produto não só para São Paulo, como para todas as outras zonas do País:

— "Veio a guerra para o Brasil e com ela a perda de vários navios brasileiros. O açúcar começou a escassear em diversos pontos do nosso território, em consequência da dificuldade de transportes. Para escoar a produção nortista foi necessário exportar algumas partidas para certos países que providenciavam os transportes em navios estrangeiros. Diga-se, de passagem, que o I. A. A. só permitia esses embarques para o estrangeiro quando verificava que não havia possibilidade de transporte para os Estados da Federação. Houve ocasião em que se passaram dois meses sem que um só vapor nacional concedesse praça para o porto de Santos".

Mostra agora, o Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, como o açúcar resistiu ao avassalador aumento de preço provocado pela guerra em todos os setores de produção:

— "Sob a influência de vários fatores econômicos resultantes da guerra, o açúcar, como os demais produtos agrícolas e industriais, no Brasil, começou a trilhar o caminho da alta de preços. Os salários subiam assustadoramente e em igual ritmo todos os materiais necessários à agricultura e à indústria do açúcar. Seria impossível manter as cotações do açúcar estáveis, quando a matéria-prima, o salário e a conservação das fábricas multiplicavam seus respectivos custos. O I. A. A., porém, com a sua ação mediadora entre produtores e consumidores, evitou que sucedesse ao açúcar o que aconteceu no Brasil durante esse

O quadro confirma, no setor dos produtos alimentícios, a modéstia das ascensões do preço do açúcar. E' uma outra comprovação da parcimônia com que atua o I. A. A. na esfera dos preços.

Os dados e as observações que aí ficam revelam as dificuldades inerentes ao problema dos preços, quando se lhe procura a solução adequada. Os estudos feitos no I. A. A. já tinham registrado, como consequência do desequilíbrio de preços assinalado acima, o não crescimento da produção no mesmo ritmo do consumo e o decréscimo da produção de cana de fornecedores, não obstante as medidas de estímulo tomadas em tempo.

Amarrar os preços do açúcar nos níveis do ano passado significaria um agravamento do desequilíbrio e de suas nefastas consequências.

O congelamento dos preços de um produto, isoladamente, no meio da maré montante das ascensões irrefreadas das outras mercadorias, seria providência de magníficos efeitos demagógicos. Mas traria a escassez de produção. Em 1945/46, a permissão de aumento moderado e comedido, simultâneo com uma tabela de cana que estimulasse a lavoura, foi a medida a que não podia fugir uma solução de bom senso, que levasse em conta os dados reais do problema.

período de guerra a muitas mercadorias que subiram até mais de 300 % do seu valor.

Mesmo assim, as melhores cotações do açúcar bem como a falta do produto provocada pela deficiência do nosso transporte marítimo, despertaram o interesse de alguns espíritos menos avisados em vibrar um golpe definitivo na indústria açucareira do Norte. Foi iniciada uma campanha sistemática contra o açúcar do Norte, incitando o industrial de São Paulo a produzir o suficiente para o consumo do Estado, fechando de vez a porta ao produtor nortista.

A campanha era errada e a nós não cabia a culpa da deficiência do transporte marítimo — continua o Sr. Dubeux Júnior. No Norte, sofremos, com a guerra, falta de vários produtos essenciais, sem deblaterar contra os Estados produtores que não atendiam aos nossos pedidos por falta de transporte. Não podemos viver no Brasil sem a idéia de que os Estados da Federação precisam auxiliar-se mutuamente. E estou certo de que o generoso povo paulista, os seus industriais avançados e o seu Governo não apoiaram essa campanha contra o açúcar do Norte que constitui uma das principais fontes de riqueza desta região. A ruína da indústria açucareira de Pernambuco não consultaria os interesses de São Paulo, de cujo magnífico parque industrial somos valiosos clientes. Com a redução do nosso poder aquisitivo, o nosso mercado consumidor passaria também a valer menos para São Paulo.

Ao contrário do que se pretende, a indústria açucareira de Pernambuco tem progredido razoavelmente nesses últimos anos. Se houve redução na safra finda em consequência de longa estiagem, em compensação no período agrícola anterior de 1943/44 produzimos a maior safra dos quatrocentos anos da nossa história açucareira. O emprêgo de fertilizantes no campo vai sendo cada vez mais incrementado.

A assistência social aos operários das usinas, o que indiscutivelmente melhora o padrão do trabalho, vem servindo de exemplo a outros Estados.

A qualidade do produto melhora constantemente. A produção do açúcar refinado vem aumentando anualmente, proporcionando, assim aos consumidores um artigo puro, substituindo os tipos inferiores que São Paulo outrora importou em grande escala, do nosso Estado”.

Para concluir, o Sr. Luís Dubeux Júnior dá sua estimativa sobre a atual safra e também sobre a posição do Instituto, cuja influência reguladora do mercado tem sido largamente discutida em São Paulo. Responde S. Exa.:

— “Acaba de ter início a safra 1945/46. Dentro de breve serão iniciados os embarques de açúcar de Recife para Santos, da nova safra, já se achando fixadas as cotas de embarque para o Estado de São Paulo. O que desejamos é apenas uma cota, parte do consumo paulista de açúcar, a que poderíamos chamar de “nossa parte no intercâmbio entre os Estados irmãos”. São Paulo, aliás, já produz uma boa parcela de suas necessidades, tendo passado de uma produção anual de 1.000.000 de sacos para apreciável cifra de 3.000.000 depois que surgiu o Instituto do Açúcar e do Alcool.

Atingimos uma fase de relativo progresso e equilíbrio na indústria açucareira de todo o País. E a essa situação fomos conduzidos através do Instituto do Açúcar e do Alcool, que, de um modo geral, cumpriu a sua alta finalidade de defesa da produção açucareira do País, harmonizando os interesses entre a produção e o consumo, constituindo-se elemento valioso na salvaguarda da economia do açúcar do Brasil”.

PERDA DE SACAROSE POR INVERSÃO DURANTE A FABRICAÇÃO

Em uma Memória apresentada na décima-sexta reunião da Associação de Tecnologistas de Açúcar de Cuba, o Sr. F. A. Lopes Ferrer resume os resultados das suas pesquisas, visando determinar a possível quantidade de inversão que ocorre nos diversos estágios da fabricação. O autor admite que os seus trabalhos são incompletos e pede aos especialistas que verifiquem os seus resultados.

Partindo da moagem, verifica que existe uma apreciável diferença entre as percentagens de glicose obtidas em condições ordinárias, em condições comuns e as que se encontram, quando se tomam precauções para esterilizar a aparelhagem, seja com água quente, vapor ou qualquer dos antissépticos conhecidos. Assim, a diferença entre as percentagens de glicose do caldo misturado e dos caldos das moendas verificou-se que era de 0,75 em condições comuns e de 0,11 quando se tinha o cuidado de limpar a instalação. Calculadas à base de sacarose por cento de cana, essas cifras representam respectivamente, 0,09 e 0,13 por cento.

Suspeita-se de que a quantidade de sacarose invertida nos aquecedores pode ser, em certas condições, apreciável. Quando um grupo de aquecedores horizontais, trabalhava a 110° C. e com um pH de 7,8, verificou-se que a diferença na proporção de glicose dos caldos que entram e saem era de 0,15, 0,14, que corresponde a uma perda de sacarose de 0,038 por cento de cana. Cifras mais baixas foram encontradas com equipamentos de defecadores abertos, depois que os decantadores eram lavados com água quente sempre que se esvaziavam, não havendo, porém, apreciável diferença na proporção de glicose.

No evaporador, a extensão da inversão depende naturalmente da temperatura do vapor de aquecimento e do pH do caldo que entra, mas no caso de um evaporador quádruplo, tomando-se da primeira unidade o vapor para os aquecedores na pressão de 6,7 libras, a diferença entre a proporção de glicose no caldo e no xarope foi de 0,29 por cento, correspondente a uma perda de sacarose de 0,52 por cento de cana. Num vácuo de serpentina que recebe vapor direto a 60 libras e trabalhando sob um vácuo de 25,5 a 26 polegadas, houve uma perda de sacarose de 0,011 por cento de cana, quando a terceira massa cozida era aquecida com um pH de 7,0. O autor, que admite que os resultados são incompletos, continua as suas pesquisas.



CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUÍMICAS S.A

CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr\$ 15.000.000,00

Oficinas : SÃO PAULO
Rua Passo da Pátria, 1515
Alto da Lapa — Bela Aliança.
Caixa : 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. "CODIQ"

Escritório no RIO
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav
(Salas 301/302)
Caixa : 3354 - Fone : 23-6209



A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ÁLCOOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m²
600 operários, 60 técnicos e empregados

Fundição de bronze, ferro e aço

Fábrica própria de moto-bombas

Construção de material de usinas de açúcar

Contratou, de 1941 a fins de 1943, 51 distilarias de álcool etílico, tôdas construídas no Brasil, partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no ramo de destilação, distilarias de: acetona, álcool butílico, éter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construídas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA

POSIÇÃO EM 31 DE JULHO DE 1945

Unidade: Saco de 60 quilos

PERÍODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformação em álcool	Consumo	Estoque final
MES							
Julho de 1945	1.677.072	1.230.732	—	—	—	1.232.403	1.675.401
Julho de 1944	3.011.532	1.225.293	—	—	—	1.368.084	2.868.741
Julho de 1943	3.213.578	1.277.773	—	879	7.492	1.761.368	2.721.612
SAFRA							
JUNHO/JULHO							
1945/46	2.010.202	1.833.950	—	—	—	2.168.751	1.675.401
1944/45	3.391.814	1.988.119	—	—	—	2.511.192	2.868.741
1943/44	3.408.514	2.262.502	—	1.808	7.492	2.940.104	2.721.612
ANO CIVIL							
JANEIRO/JULHO							
1945	4.855.153	6.193.063	—	198.000	—	9.174.815	1.675.401
1944	4.618.491	6.858.792	—	807.045	—	7.801.497	2.868.741
1943	4.821.697	6.066.790	—	172.300	11.870	7.982.705	2.721.612

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SAFRA DE 1945/46
POSIÇÃO EM 31 DE JULHO DE 1945

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINAS (Sacs. 60 kg)		Produção de álcool de todos os tipos (Litros)
	Limite (1)	Verificada até a presente data	
Guaporé	—	—	—
Acre	—	—	—
Amazonas	—	—	—
Rio Branco	—	—	—
Pará	17.552	5.000	8.616
Amapá	—	—	—
Maranhão	12.039	10.000	—
Piauí	3.292	2.000	—
Ceará	18.886	17.000	—
Rio G. do Norte	55.378	57.000	—
Paraíba	401.242	490.000	—
Pernambuco	6.087.670	4.500.000	—
Alagoas	2.065.551	1.500.000	—
Fern. de Noronha	—	—	—
Sergipe	1.058.048	850.000	—
Bahia	1.021.683	800.000	—
Minas Gerais	691.727	560.000	577.069
Espírito Santo	67.068	65.000	—
Rio de Janeiro	2.768.989	3.400.000	3.500.060
Distrito Federal	—	—	—
São Paulo	2.894.643	3.000.000	7.484.461
Paraná	10.000	35.000	67.394
Iguaçu	—	—	—
Santa Catarina	78.265	55.000	5.240
Rio G. do Sul	6.318	—	—
Ponta Porã	6.318	8.000	—
Mato Grosso	31.403	22.000	19.371
Goiás	5.125	—	—
BRASIL	17.301.197	15.376.000	11.662.211

NOTA: — Além do limite acima, foram concedidas pela Coordenação da Mobilização Econômica (Portaria n. 17, de 5/11/42) e pelo I. A. A. (Resolução n. 103, de 21/3/45), respectivamente, as quotas de 320.000 sacos (40.000 dos quais já estão sendo utilizados e figuram no limite citado) e 700.000 sacos, destinados à montagem de novas fábricas no Território Nacional, as quais passarão a figurar nos totais das respectivas Unidades Federadas, à medida que forem sendo utilizadas.

(1) — Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação pelo I. A. A., de todo o açúcar necessário ao consumo nacional.

ESTOQUE DE AÇÚCAR
DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1945
POSIÇÃO EM 31 DE JULHO
 Unidade: saco de 60 quilos

Unidades Federadas	Resumo por localidade										
	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	Total	PRAÇA		Nas Usinas	Nas Distritarias do I. A. A.
								Capitais	Interior		
R. G. do Norte	—	1.846	—	—	—	253	2.099	2.099	—	—	—
Paraíba	—	1.647	—	—	—	1.795	3.442	965	2.477	—	—
Pernambuco	13.444	122.682	33.469	361	433	170.681	341.070	165.622	170.681	4.767	—
Alagoas	—	68.536	12.750	—	—	30.626	111.912	92.397	12.450	7.065	—
Sergipe	—	205.418	3.650	—	6.174	—	215.242	170.360	31.701	13.181	—
Bahia	—	39.978	1.371	—	—	427	41.776	40.212	—	1.564	—
Minas Gerais	—	40.023	620	—	1.940	6.327	48.910	11.824	—	37.086	—
Rio de Janeiro	—	415.383	43.189	—	—	9.485	458.572	5.081	—	453.491	—
Distrito Federal	—	78.559	16.964	—	—	—	105.008	105.008	—	—	—
São Paulo	—	424.283	36.198	91.268	—	15.382	567.131	114.371	25.537	427.223	—
Demais Un. Fed.	—	13.633	1.582	—	—	—	15.215	—	—	15.215	—
BRASIL	13.444	1.411.988	149.793	91.629	8.547	234.976	1.910.377	707.939	242.846	959.592	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR
 1943 - 1945
 POSIÇÃO EM 31 DE JULHO
 Unidade: saco de 60 quilos

Unidades Federadas	Tipos de Usina					
	Todos os Tipos			Tipos de Usina		
	1943	1944	1945	1943	1944	1945
R. G. do Norte	8.650	3.404	2.099	7.639	2.292	1.846
Paraíba	9.158	24.719	3.442	6.796	21.397	1.647
Pernambuco	968.096	909.323	341.070	847.626	657.637	170.389
Alagoas	325.253	639.134	111.912	302.763	578.281	81.286
Sergipe	348.287	340.581	215.242	348.287	340.581	215.242
Bahia	85.893	66.986	41.776	85.893	66.986	41.349
Minas Gerais	19.424	43.340	48.910	19.424	43.340	42.583
Rio de Janeiro	434.703	480.946	458.572	434.703	480.946	458.572
D. Federal	20.197	59.708	105.008	17.747	53.910	95.523
São Paulo	657.674	623.170	567.131	647.382	614.419	551.749
Demais Un. Fed.	3.352	8.952	15.215	3.352	8.952	15.215
BRASIL	2.880.687	3.200.263	1.910.377	2.721.612	2.868.741	1.675.401

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)
1943 - 1945

JULHO

Valor em Cruzeiros

1. TIPOS DE USINA

Praças	Cristal						Demerara								
	MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA		MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA				
	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945			
João Pessoa	87,0	82,0	140,0	73,0	82,0	101,0	86,0	82,0	109,0	—	—	—	—	—	—
Recife	68,6	82,0	116,5	68,6	82,0	95,0	68,6	82,0	107,0	—	—	—	—	—	—
Maceió	73,0	92,0	109,0	73,0	79,0	92,0	73,0	87,0	105,1	60,0	60,0	88,0	69,0	88,0	99,2
Aracaju	70,0	94,7	112,0	70,0	94,7	94,7	70,0	94,7	103,4	—	—	—	—	—	—
Salvador	68,6	94,7	120,0	68,6	94,7	108,1	68,6	94,7	111,8	—	—	—	—	112,8	112,8
Belo Horizonte	110,0	129,0	150,0	110,0	129,0	129,0	110,0	129,0	140,0	—	—	—	—	—	—
Campos	90,0	98,0	114,0	81,0	98,0	114,0	83,1	98,0	114,0	—	—	—	—	—	—
D. Federal	70,0	115,0	132,0	67,0	115,0	115,0	68,5	115,0	131,3	60,	58,0	111,0	111,0	111,0	124,0
São Paulo	N/	120,0	140,0	N/	120,0	120,0	N/	120,0	134,6	—	—	116,0	116,0	116,0	128,3

2. TIPO DE ENGENHO

Praças	Bruto								
	MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA				
	1943	1944	1945	1943	1944	1945			
João Pessoa	62,0	69,0	90,0	58,0	69,0	84,0	61,7	69,0	85,4
Recife	70,0	79,0	85,0	68,0	77,0	85,0	69,0	78,0	85,0
Maceió	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracaju	39,5	78,6	98,6	39,5	78,6	78,6	39,5	78,6	88,6
Salvador	50,0	50,0	105,6	50,0	50,0	92,3	50,0	50,0	96,4
Belo Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	54,0	108,2	117,5	52,0	108,2	108,2	53,0	108,2	117,1
São Paulo	N/	110,2	125,6	N/	110,2	110,2	N/	110,2	122,0

ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Seção de Estatística

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

CANADA'

No seu número de agosto findo, "Sugar" informava que, a partir de 21 de junho, a quota individual de açúcar no Canadá sofreu uma redução de 5 libras, redução que prevalecerá no restante do ano. A quota é de 10 libras por pessoa para conservas e doces de fabrico doméstico. De acôrdo com a mesma fonte, os hotéis e restaurantes, desde 1 de julho, então recebendo menos 15 por cento do que recebiam. Por sua vez, a indústria de panificação recebe apenas 80 por cento do que consumia em 1941. Os fabricantes de biscoitos e cereais têm direito a 55 por cento da base de 1941 e os fabricantes de bombons e bebidas a 50 por cento. De fonte oficial se diz que a redução do consumo de açúcar no Canadá será de 200 milhões de libras, no segundo semestre deste ano.

CUBA

Na sua correspondência para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", número de 28 de julho último, a firma Luís Mendoza & Cia., de Havana, escreve:

"Duas versões chegaram até nós, vindas de fontes merecedoras de crédito, versões que estariam circulando nos Estados-Unidos, as quais nos parecem injustas e infundadas. A primeira é que Cuba se recusa a vender a sua próxima safra de açúcar, a fim de tirar partido da presente crise, preferindo negociá-la com outros países por quase o duplo do preço que os Estados-Unidos desejam pagar ou então compelir esse país a pagar um preço de competição. A segunda é que os produtores cubanos não moeram na presente safra uma boa parte das suas canas, a fim de aproveitá-la na próxima, quando o rendimento seria maior.

O nosso passado responde à primeira versão, pois vendemos aos Estados-Unidos três safras sucessivas a preços de antes de Pearl Harbor: a última foi vendida com um aumento de preço de 17 por cento apenas, enquanto a maioria dos artigos que os Estados-Unidos nos vendiam alcançavam preços bem maiores que os vigentes em novembro de 1941.

Quando se iniciaram as negociações para a venda da nossa última safra, se pedimos um preço mais elevado pelo nosso produto e se agora declaramos franca e abertamente que não podemos aceitar os anteriores níveis de preço, tal atitude decorre da necessidade absoluta de sairmos de condições desfavoráveis e também de caprichos da Natureza. Plantar e cultivar um acre de terra, que rende 20 toneladas curtas, custa o mesmo, senão menos do que se o rendimento for de 12 toneladas. Pois foi isso que aconteceu este ano e provavelmente acontecerá no próximo, por força da seca. Daí porque não podemos concordar em fixar agora o preço do nosso produto, pela razão de que não sabemos qual será o custo da nossa produção.

A situação seria completamente diferente, se

tivéssemos de vender cinco safras, fazendo-se o ajuste anual dos preços, numa base preestabelecida, pois assim qualquer prejuízo que tivéssemos em um ano poderia ser compensado na safra imediata.

A segunda versão é também, destituída de qualquer fundamento. Embora seja verdadeiro que as canas não moídas em um ano dão maior rendimento no ano seguinte, é certo que esse rendimento seria maior se em vez de uma se fizessem duas moagens. O que na realidade aconteceu — e isso em casos raros — foi que a cana não atingiu a plena maturidade ao tempo e seria um crime cortá-la.

Esclarecidas essas duas concepções errôneas, passamos a manifestar o nosso ponto de vista:

1) Desejamos por todos os meios cultivar a boa vontade do povo e do governo dos Estados-Unidos e para conseguí-lo não hesitaremos em fazer sacrifícios;

2) Cuba já não pode ser considerada como um país que produz a baixo custo. O nosso solo está muito explorado e os nossos operários e empregados percebem salários e ordenados muito semelhantes aos que vencem os trabalhadores da indústria açucareira norte-americana. Este ano, a situação agravou-se com o preparo de uma safra de 5 milhões de toneladas, quando as perspectivas eram inferiores em 30 ou 40 por cento, tornando-se difícil para Cuba vender a preços iguais aos produtores norte-americanos, feita a dedução dos subsídios e direitos alfandegários;

3) Nada obstante, acreditamos que o nosso país não terá dúvidas em negociar contratos de venda com os Estados-Unidos para 85 por cento de todas as suas safras, enquanto durar o controle dos preços, sem fixar o número de safras e ao mesmo preço que for pago às áreas produtoras norte-americanas, menos os direitos alfandegários e os subsídios concedidos por lei aprovadas pelo Congresso, com cláusulas especiais determinando que no caso de qualquer redução de tarifas serão aplicadas ao açúcar cubano, ao álcool e produtos contendo açúcar, e ainda que essas cláusulas nos concedem prioridades para a aquisição da maquinaria, equipamentos e adubos.

Se podemos fazer tais ofertas no momento em que se paga no mercado mundial o dobro do preço que pedimos pelo nosso açúcar, quem terá o direito de nos acusar de nos negarmos a cooperar com os Estados-Unidos?"

*
*
*

Anunciam de Washington o próximo início de negociações entre delegados da Commodity Credit Corporation, representando os Estados-Unidos, e uma comissão cubana para discutir o contrato de compra e venda da próxima safra de 1946.

No decorrer da visita realizada em julho último a Cuba, o Sr. Earl Wilson, funcionário da

C. C. C. fez uma oferta de compra de 3.45 centavos por libra para a safra de 1946 aos usineiros e colonos cubanos. Ao que consta, estes últimos sugeriram que se realizasse uma operação compreendendo várias safras.

Essa sugestão, segundo parece, foi aceita pelo Sr. Cliton P. Anderson, Secretário da Agricultura dos Estados- Unidos, mas houve que considerar a dificuldade decorrente da circunstância da C. C. C., não estar autorizada a realizar contratos por mais de uma colheita de qualquer produto. Em vista deste impedimento o Sr. Anderson dirigiu-se ao Congresso solicitando um crédito adicional e uma autorização para a C. C. C. adquirir mais de uma safra, mas a Comissão Bancária do Senado não aceitou essas sugestões.

Esse fato afasta, de momento, a probabilidade de se negociarem diversas safras, embora se informe que o Secretário da Agricultura não abandonou a idéia e está elaborando um novo plano mediante o qual a C. C. C. ou outro órgão do governo poderão fazer contratos a longo prazo com os produtores cubanos.

Enquanto isso, em Cuba, os Delegados da Federação Operária Açucareira realizam gestões junto ao Presidente da República para que inclua um representante dos trabalhadores na comissão que negociará a próxima safra. Embora o Dr. Grau San Martin seja favorável a essa medida, lembra-se que os usineiros e colonos se opuseram à referida inclusão na comissão que tratou da safra de 1945, alegando que a operação de venda era um ato administrativo que não interessava aos trabalhadores.

* * *

Declarações do Sr. Cliton B. Anderson, Secretário da Agricultura dos Estados- Unidos, de que estava "francamente desalentado com a atitude adotada pelos cubanos" em relação à compra e venda da safra de 1946, visando aproveitar a vantagem decorrente da situação grave que enfrentam os Estados- Unidos em matéria de abastecimento de açúcar, a qual, a se tornar efetiva, "poderia vir a pesar-lhes futuramente", foram muito debatidas nos círculos açucareiros e jornalísticos cubanos.

Nem todos, porém, atribuem maior importância ao ocorrido e consideram que as declarações incriminadas devem ser consideradas apenas como um argumento circunstancial do comprador sem maior repercussão no desenvolvimento das relações econômicas cubano-americanas, pronunciadas sem sentido de ameaça nem propósito de orientar a política açucareira a ser seguida futuramente.

* * *

O Congresso de Químicos Açucareiros, realizado recentemente em Havana, pleiteou o pagamento das canas pela riqueza em açúcar ao invés do peso, como acontece presentemente. A matéria é da maior importância para Cuba, pois, com a terminação da guerra e a volta às condições

normais de comércio, o açúcar poderá ter livre acesso aos mercados consumidores, de acordo com os princípios da Carta do Atlântico, detalhados na Conferência Inter-Americana sobre Problemas da Guerra e da Paz.

Será indispensável, portanto, substituir o sistema do cultivo extensivo de cana, praticado atualmente em Cuba, pelo sistema intensivo, a fim de reduzir os custos de produção e poder concorrer nos mercados mundiais. Para tanto, dever-se-á aumentar os rendimentos da produção agrícola, o que só obterá de forma racional estimulando os colonos a receber a compensação das suas atividades na base dos rendimentos das canas em açúcar, a fim de que se preocupem em melhorar as culturas e introduzir novas variedades de cana que tenham maior percentagem de polivalência comercial, afora outras melhoras.

EQUADOR

A produção açucareira equatoriana de 1944 somou 23.582 toneladas contra 28.117 toneladas no ano anterior. O consumo nacional tem crescido regularmente de 5 % cada ano. A procura de açúcar no corrente ano está calculada em 39.001 toneladas ou sejam 3.625 toneladas mensalmente, em média.

O governo do Equador comprou a totalidade da safra açucareira nacional de 1944, tendo sido mantidos os preços das duas últimas safras. O preço do produto, para o consumidor, fixado no começo do ano em 0,55 sucres a libra (453 g) foi subindo no decorrer dos doze meses de 1944 até alcançar 0,80 sucres em dezembro.

* * *

O governo do Equador está empenhado em aumentar as importações de açúcar, diz o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", no seu número de 28 de junho último, acrescentando que, segundo os técnicos, o referido país tem capacidade para se tornar auto-suficiente em açúcar. Em 30 de maio, houve uma reunião dos produtores de açúcar, na qual se resolveu sugerir ao governo a descontinuação da prática seguida pelas pequenas fábricas de produzir apenas melaços, que eram vendidos ao monopólio oficial para transformação em aguardente e álcool. Recentemente, os acionistas da maior usina equatoriana, que responde por mais de um terço da produção do país, dirigiram um memorial ao Presidente da República, declarando que o atual preço teto de 47 sucres por quintal, pelo qual as grandes usinas devem vender a sua produção, resultaria em prejuízo na presente safra. Sugere o memorial a elevação do preço-teto ou a compra da usina pelo governo. As pequenas usinas estão autorizadas a vender os seus açúcares na base de 57 sucres por quintal, em vista de produzirem em condições menos favoráveis.

ESPAÑA

Um volume de 60 mil toneladas de açúcar das Antilhas foi destinado para a Espanha. A

War Food Administration, segundo informa "Sugar", número de agosto p. passado, declarou que a referida partida fora cedida ao governo espanhol em troca de matérias primas estratégicas que a Inglaterra e os Estados-Unidos obtiveram da Espanha.

Acrescenta "Sugar", de onde aproveitamos a informação acima, que a Câmara de Comércio dos Estados-Unidos, Inglaterra e Canadá tinham destinado aquêlê volume de açúcar para a Espanha há vários meses, quando dividiram, entre os referidos países, áreas libertadas e neutros, os açúcares disponíveis na área caribe.

ESTADOS-UNIDOS

O "Boletim Americano", publicado pelo Escritório de Propaganda Comercial do Brasil em Nova York, divulga, em um dos seus últimos números, as seguintes informações sobre o problema do açúcar naquele país: "O fim das hostilidades no Pacífico não trouxe grandes benefícios à situação do açúcar para consumo civil. Entretanto, as reduções nas exigências militares eliminaram a possibilidade de novos desfalques nos estoques. O consumo de açúcar nos Estados-Unidos, durante o primeiro semestre de 1945, foi quase igual ao do período correspondente em 1944, não obstante a redução nos estoques totais disponíveis para aquêlê ano. O consumo civil no segundo trimestre de 1945 será de cerca de 1.000.000 de toneladas, ou cerca de 30 % mais do que no de 1944. No quarto trimestre de 1945, os estoques de açúcar para consumo civil serão menores que os verificados em qualquer época durante a guerra. O decréscimo do segundo trimestre de 1945 é, em grande parte, devido à pequena safra de Cuba, às consideráveis retiradas feitas nos estoques, especialmente em 1944 e no primeiro semestre de 1945, e à necessidade cada vez maior de se conseguir açúcar do Hemisfério Ocidental para as zonas libertadas.

A safra de beterraba, de setembro a novembro de 1945, dos Estados-Unidos, está avaliada em 1.500.000 toneladas. A distribuição desse produto geralmente não principia, em larga escala, antes do fim do ano. Espera-se que a situação do açúcar melhore um pouco em 1.º de janeiro de 1946, devido aos maiores estoques de beterraba. É possível que ainda melhore mais, em março de 1946, com as safras de cana de açúcar de Cuba e Porto Rico. A safra cubana de 1945-46 será um tanto maior que a do último ano, embora a produção por acre seja menor como consequência da continuação, em 1945, da seca do ano passado.

A situação mundial do açúcar possivelmente melhorará em outubro de 1946, em virtude de maiores safras de beterraba na Europa e nos Estados-Unidos. Todavia, como já disse, os estoques desse produto não voltarão nos níveis anteriores à guerra, enquanto não se possam mobilizar todos os recursos das plantações das Filipinas e de Java, ou enquanto a produção em outras zonas não exceder os níveis de 1935-1939".

BRASIL AÇUCAREIRO

Em recente comunicado, a firma norte-americana B. Dyer & Company manifesta a opinião de que, no primeiro trimestre de 1946, o consumidor norte-americano sentirá agudamente a redução da safra cubana dêste ano. Independentemente do término da guerra com o Japão, o nível de distribuição de açúcar deverá ser baixo no período aludido.

A colheita da safra cubana antes de janeiro em geral reduz a quantidade de açúcar produzido, em consequência da incompleta maturidade das canas. Se a colheita for antecipada, a produção de açúcar será grandemente prejudicada no ano próximo. Admitindo que a colheita em Cuba atinja o seu pleno desenvolvimento em fevereiro, somente um mês depois o açúcar poderá chegar aos Estados-Unidos em quantidade suficiente. E terá ainda de ser refinado, antes de ser distribuído.

Um despacho de Washington, publicado no número de agosto último de "Sugar", informava que o Deputado William S. Hill, republicano do Colorado, pediu ao Secretário da Agricultura, Sr. Anderson que nomeasse um "homem de rara habilidade" para dirigir todos os negócios açucareiros e ao mesmo tempo propôs um programa de três pontos visando aumentar a produção de açúcar de beterraba na área continental dos Estados-Unidos.

Os três itens do plano em questão são estes: estabelecimento de preços para as beterrabas açucareiras, de modo a que possam competir com as demais lavouras destinadas à alimentação; divulgação de esclarecimentos, tão cedo quanto possível, sobre o programa de apoio aos lavradores, a fim de que estes possam tirar todo o partido das medidas oficiais; garantias aos lavradores quanto ao suprimento de mão de obra.

Segundo expressou o Deputado Hill, o dirigente dos negócios açucareiros deve convocar os líderes da indústria do açúcar de todas as áreas produtoras e beneficiadoras, tomando na devida consideração os seus pontos de vista. Disse mais que é preciso organizar um programa para 1946 e divulgá-lo imediatamente, uma vez que as notícias de Cuba dão a entender que a safra de 1946 será reduzida em consequência de severa seca. A produção de açúcar de beterraba nos Estados-Unidos, nos três anos que precederam a guerra, acrescentou, foi em média de 1.820.000 toneladas. Se essa produção for mantida, os consumidores poderão contar com um volume de mais dois milhões de toneladas.

Um volume de açúcar de beterraba menor do que fora previamente estimado, será embarcado para a região oriental dos Estados-Unidos para suprir essa área até que se inicie a safra de açúcar de cana, afirmam os corretores B. Dyer & Co., de Nova York. Em recente comunicado, acrescenta a referida firma: "Desde a vitória aliada

sobre o Japão, as forças armadas reduziram as suas compras de açúcar e produtos derivados provavelmente em 15 ou 20 por cento. Como o Exército e a Marinha em geral compram nos portos de exportação e centros industriais, o Este deverá beneficiar-se com as reduções. Estas resultarão em maiores disponibilidades de açúcar de cana para os civis, naquela zona, diminuindo paralelamente as necessidades de açúcar de beterraba”.

FORMOSA

Entre as notícias divulgadas sobre as atividades financeiras dos monopólios nipônicos destacamos os seguintes trechos, pelas referências que contêm à indústria açucareira na ilha Formosa:

“O Banco da Formosa tem igualmente história longa, no terreno das especulações. Em 1937 o governo japonês teve de contribuir largamente para manter de pé o Banco, que entrara em ruínas especulações de açúcar, criando séria crise financeira no Japão. Esse banco era instrumento de controle financeiro, com caráter de monopólio sobre todas as regiões do Pacífico, inclusive nas Filipinas, durante a ocupação.

“Todos os recursos para explorar novas regiões conquistadas — desde o fornecimento de capital para engenhos de açúcar até o pagamento dos salários — eram encaminhados por esse Banco”.

GRÃ-BRETANHA

A Corporação Açucareira Britânica Ltda. divulgou recentemente interessante informe sobre a contribuição da indústria do açúcar de beterraba à produção de alimentos durante a guerra na Grã-Bretanha. O estudo mostra que de 1939 a 1942, as culturas de beterraba aumentaram de 80.000 acres (32.400 hectares) ou seja de 23 %. O ano recorde da produção foi o de 1942, quando se plantaram mais 1.200.000 toneladas de beterraba do que em qualquer ano anterior à guerra.

No quadro seguinte vêm-se os totais anuais da área cultivada e o volume de toneladas colhido.

Ano	Acres	Toneladas Beterraba
1936/38 (média)	—	2.741.000
1939	345.000	3.529.000
1940	329.000	3.176.000
1941	351.000	3.226.000
1942	425.000	3.924.000
1943	417.000	3.760.000

O consumo normal de açúcar na Grã-Bretanha é de cerca de 2.000.000 de toneladas anuais

ou sejam duas libras (0,906 gramos) aproximadamente por pessoa e por semana. Atualmente este consumo foi reduzido a cerca de 60 %, ou seja, aproximadamente, a uma libra (0,453 gramos) por pessoa e por semana, para consumo doméstico e industrial.

Os agricultores e industriais da Grã-Bretanha produziram o equivalente ao total da ração de guerra de oito onças (0,227 gramos) por pessoa e por semana. Igualmente valiosa foi a contribuição da indústria açucareira britânica, ao permitir o emprêgo da tonelagem mercante liberada do transporte do açúcar para o carregamento de outros produtos, tonelagem esta que teria, necessariamente, de ser reservada às cargas açucareiras caso não existisse a produção nacional. Além do açúcar a indústria britânica de beterraba produziu cerca de 3.000.000 de toneladas de fôlhas para alimento do gado; 3.000.000 de toneladas de polpa seca de beterraba, equivalentes em valor alimentício à mesma quantidade de aveia e a 144.000 toneladas de melaços.

*
* *

Nesta safra, a Inglaterra vai ganhar mais do que o fez no ano passado com a subvenção de pesquisas a trabalhos educacionais relacionados com o cultivo da beterraba nas ilhas britânicas. A verba deste ano é de 19.710 libras contra 18.585 gastas em 1944. A contribuição da British Sugar Corporation e dos plantadores não foi alterada, sendo de meio pêni por tonelada de beterraba, segundo o “Weekly Statistical Sugar Trade Journal”.

*
* *

No número de 21 de junho findo, o “Weekly Statistical Sugar Trade Journal” publica uma declaração do Ministro da Alimentação da Inglaterra, a propósito da sua visita aos Estados-Unidos e ao Canadá, onde discutiu com os governos desses dois países a atual crise de gêneros alimentícios. Na parte referente ao açúcar diz aquele jornal:

“Em relação ao açúcar, os governos dos Estados-Unidos, Canadá e Inglaterra concordaram com o princípio de que o consumo “per capita” deve ser igual nos três países. E’ esse um ponto da maior importância. Para que a Inglaterra possa pôr em prática o acôrdo, deve reduzir os seus estoques em cerca de 300.000 toneladas. Não sabemos, diz o Ministro, o que seria do mundo se este país não utilizasse com frugalidade os seus estoques de alimentos. Este ano devemos consumir um pouco menos de açúcar que em 1944. Os Estados-Unidos e o Canadá, onde o consumo excede em muito o nosso, deverão fazer grandes cortes nas suas rações para locá-las no mesmo nível da nossa. Não obstante, as quantidades de açúcar que destinamos às áreas libertadas são consideravelmente inferiores ao que nelas se consumia antes da guerra. Na base das estimativas dos suprimentos sobre que trabalhamos em Washington, poderemos manter este ano as nossas atuais rações domésticas. Disse ainda o Ministro Llewellyn que receava não ser possível conceder este ano a ração de meia

libra por pessoa na época do Natal, acrescentando que, se as estimativas dos suprimentos não forem atingidas, a Inglaterra terá de fazer cortes nos açúcares destinados aos industriais. Um funcionário britânico esclareceu que as reduções a serem feitas nas rações implicam numa diminuição de 100 a 150 calorias por dia".

MEXICO

A economia açucareira mexicana nos últimos cinco anos se vem caracterizando pela queda da produção e aumento do consumo, em parte satisfeito pelas importações. No ano corrente a produção somou 377.000 toneladas e o consumo está calculado em 450.000.

A União de Produtores de Açúcar aponta como causas determinantes da crise: a) — abandono das plantações; b) — falta de maquinaria agrícola; c) — preferência dos agricultores pelas culturas de maior rendimento; d) — más condições climáticas; e) — enfraquecimento agrológico das zonas canavieiras; f) — dificuldades de transporte.

Para enfrentar a situação, a União de Produtores de Açúcar propôs a execução de um plano trienal visando ampliar o número de usinas e prevendo a construção de represas de irrigação e usinas hidro-elétricas. Como medidas de aplicação imediata propôs a União as seguintes: a) — proibir a fabricação de álcoois diretamente extraídos do melaço; b) — gravar a produção de álcool com um mínimo de 30 centavos por litro; c) — conceder um subsídio de 15 centavos por quilo de açúcar produzido; d) — isentar de impostos as emissões de títulos e obrigações para financiamento das instalações ou modernização das usinas e engenhos; e) — utilizar as águas fluviais nos períodos de seca preferentemente para as zonas canavieiras; f) — ampliar as zonas de cultivo mediante favores especiais do Estado.

O plano trienal se distribui da seguinte forma: 1945 — Melhorar as plantações de modo a elevar a produção a 550 mil toneladas para atender o consumo; 1946 — Tomar as providências necessárias para cobrir o consumo de 1948 previsto para 600 mil toneladas; 1947 — Intensificar o plantio e corrigir os possíveis desconcertos de execução das medidas precedentes.

*
* *

As notícias que a respeito do assunto pública o número de agosto último de "Sugar" mostram que há desacordo entre industriais e plantadores no que concerne ao volume da produção deste ano. A União Nacional dos Produtores afirma que a safra deste ano não irá além de 375.000 toneladas métricas e que, portanto, será necessário importar grandes quantidades de açúcar. Da sua parte, uma delegação da União de Produtores de Cana afirmou ao Presidente Ávila Camacho que a safra de 1945 atingirá a casa das 500 mil toneladas e não haverá necessidade de importação, acrescentando que as primeiras estimativas não incluíram 100 mil toneladas, que habitualmente são embarcadas para o exterior ou transformadas

BRASIL AÇUCAREIRO

em álcool ou xaropes. De Morelos, uma representação dirigida ao Presidente da República confirma o ponto de vista dos plantadores. Nela se diz que a escassez de açúcar que ali se observa é puramente artificial, de vez que há milhares de toneladas desse produto acumuladas nas centrais Zacatepec e San Miguel. A Federação das Câmaras de Comércio queixa-se, por sua vez, de que os industriais elevaram o preço do açúcar e declara que o sistema de monopólio oficial falhou completamente. Os produtores alegam que não houve aumento de preço e que o consumo se vem expandindo extraordinariamente, chegando a 445.000 toneladas em 1944. Dizem ainda que a indústria e o governo vêm fazendo o possível no sentido de elevar a produção. Acrescenta que este ano, apesar das dificuldades, espera-se que o México possa importar 75 mil toneladas de açúcar para atender às necessidades do maior consumo interno. Em face da situação, o governo deliberou estabelecer quotas mensais para as indústrias que consumem açúcar, elevando também os preços tanto do açúcar mexicano como do importado.

UNIÃO SOVIÉTICA

"Diretrizes", do Rio de Janeiro, edição de 16 de outubro último, publica uma Correspondência do Sr. José Luís Salado, provinda de Moscou, da qual transcrevemos a seguir, o trecho final, que é relativo à produção do açúcar na União Soviética:

"Outra notícia de interesse que apareceu esta semana na imprensa de Moscou refere-se ao início da produção deste ano nas fábricas de açúcar da URSS. Entre estas, figuram fábricas de sete regiões da Ucrânia, que era a república soviética açucareira por excelência. Ali, os alemães cometeram monstruosidades sem paralelo e tudo, naturalmente, ainda não pôde ser reparado. Mas o que falta na Ucrânia é compensado pelo que pode ser obtido na Ásia Central, cujas repúblicas começaram a produzir açúcar depois de iniciada a guerra. Grandes fábricas de açúcar foram construídas nessa região, recentemente, e outras se encontram em vias de conclusão. Da Ucrânia e da Ásia Central a URSS já recebeu uns 16 milhões de quilos de açúcar da nova colheita. No total, este ano, funcionaram na URSS 175 fábricas de açúcar. No ano passado, apenas 133 produziram. Alguns países do Báltico, como a Letônia e a Lituânia, passarão a adoçar o rico e aromático chá georgiano com o seu próprio açúcar".

URUGUAI

As importações uruguaias de açúcar refinado do Brasil em maio do corrente ano somaram 6.888.480 quilos no valor de 818.263 dólares americanos.

*
* *

Em sua edição de 16 de agosto último, o matutino "El País", de Montevideu, publicou o seguinte comentário:

“Até bem poucos dias não eram nada traquilizadoras as possibilidades de se normalizar o nosso consumo de açúcar.

“Não só a sua cotação se vem elevando cada vez mais e exageradamente nos centros produtores, como também a sua obtenção se tem tornado difícil para não dizer impossível.

“Os fatores que atuam neste problema são vários: o primeiro a surgir foi o desaparecimento das Filipinas como grande produtor ao cair em mãos nipônicas; a reconstrução dos seus destruídos e mal cuidados canaviais e de várias usinas levará muito tempo antes da indústria açucareira filipina retomar o seu lugar.

“Os Estados-Unidos que se abasteciam de açúcar nas Filipinas viram-se forçados a comprá-lo em Cuba, onde não obstante a intensificação das culturas sobreveio forte seca que as prejudicou sensivelmente; outros produtores das Antilhas, também alcançados pela seca, forneceram o produto aos Estados-Unidos que foram, igualmente, buscá-lo no Peru e no Brasil.

“Posteriormente os laboratórios norte-americanos descobriram a utilidade do álcool industrial para a elaboração da borracha sintética, o que levou os Estados-Unidos a contratarem, por vários anos, toda a produção cubana de açúcar.

“A intensa seca, que prejudicou imensamente a fabricação de açúcar nas Antilhas, ao ponto de vários países não lograrem produzir para atender as próprias necessidades, determinou uma procura excepcional à indústria peruana que, aproveitando o fato, elevou enormemente os preços tanto assim que pretende colocar o açúcar refinado F. O. B. Montevideú à razão de 9,56 dólares os 46 quilos e 7,65 dólares o cru para refinar F. O. B. Montevideú, sendo que as ofertas se haviam iniciado, para as referidas moedas e volumes, à razão de 7,55 e 4,65.

“Para que se compreenda quão exageradas são essas cotações, basta dizer que Cuba vendeu sua colheita aos Estados-Unidos à razão de 3,15 dólares os 46 quilos de açúcar cru para refinar, e 4,46 dólares os 46 quilos de açúcar refinado.

Em face das dificuldades e dos elevados preços, nossas autoridades se interessaram pelo açúcar do Brasil. Mas o Instituto do Açúcar e do Alcool respondeu que não podia aceder às solicitações e que só depois de conhecer os resultados das colheitas do Nordeste estaria em condições de considerar o pedido uruguaio.

“No entanto, isso não é tudo. Porque ainda devem ser levadas em conta as exigências urgentes da Europa, cujas plantações de beterraba estão em parte destruídas, situação tornada mais grave por haverem muitas usinas sido arrasadas pelos bombardeios.

“Por outro lado as compras de açúcar da UNRRA e dos governos da França, Holanda, Bélgica, Polônia, etc. esgotam e encarecem os estoques do produto.

“Visto Cuba haver vendido toda sua produção aos Estados-Unidos, o Brasil não se considera em condições de comprometer a venda de açúcar; a crise na fabricação dos demais produtores

antilhanos, que não conseguirão abastecer o Velho Mundo, enquanto este não satisfizer as suas necessidades e abastecer-se no seu principal fornecedor que é Java, qual a situação que se nos depara em matéria de abastecimento de açúcar?

“De acordo com dados obtidos em fontes autorizadas, até o fim do ano temos suprimentos assegurados, contanto que não se verifiquem açambarcamentos ou retenções do produto por comerciantes e particulares.

“Ainda de acordo com esses dados, o Estado para manter o preço de venda do açúcar ao consumidor em 32 centésimos o quilo está sofrendo grandes prejuízos. Afirma-se que uma compra efetuada recentemente no Peru pela Comissão Nacional de Subsistência teve que pagar pelo açúcar refinado 338,69 pesos pela tonelada e que os fretes, seguros, direitos, etc., elevaram este custo a 460,63 pesos. Como a tonelada é vendida aos atacadistas por 302 pesos, a fim de que a população continue comprando o produto a 32 centésimos o quilo, o Estado enfrenta um prejuízo de 158,42 pesos por tonelada ou sejam 396.050 pesos no conjunto da transação.

“Os prejuízos sofridos pelo Estado em 1944 nas 14.000 toneladas de açúcar cru adquiridas, à razão de 12,50 pesos por tonelada, somaram 176.260 pesos.

“Os que pelo mesmo motivo terão que suportar, para continuar oferecendo açúcar a 32 centésimos o quilo, são calculados pelos técnicos em 427.200 pesos no mínimo. Mas, como a cotação do açúcar está em alta permanente e só é possível conseguir o produto no Peru, esse total está sujeito a sofrer novas elevações.

Cabe lembrar que enquanto, em agosto de 1944 se pagaram 3,65 dólares e 3,75 dólares por 46 quilos de açúcar cru peruano, em julho do corrente ano foram pagos 6,00 e 6,10 dólares pela mesma quantidade, correndo por conta do comprador as despesas de fretes e seguro. Sempre de acordo com as fontes de informações apontadas, o açúcar cru já está custando sete dólares os 46 quilos, esperando-se que em outubro ou novembro chegue a oito dólares.

“As perspectivas não são, pois, de forma alguma confortadoras, quer quanto às possibilidades de importação de açúcares refinados e crus, quer quanto à circunstância do Estado continuar a suportar fortes prejuízos para defender o preço.

“A terminação da guerra talvez determine certo alívio na situação uma vez que não será necessário produzir borracha sintética como antes; em troca ampliará a procura européia.

“No entanto, os técnicos não acreditam que os centros produtores sejam forçados a baixar os preços, pelo menos enquanto todas as grandes indústrias mundiais de açúcar não se hajam normalizado, reparados os destroços das culturas e reconstruídas as instalações fabris. Acrescentam, também, que quando isto se der, o aumento registrado nos níveis de vida não permitirá reduzir as cotações até o ponto de fazê-las chegar às cifras anteriores à guerra”.

O CONTRÔLE DO AÇÚCAR NOS ESTADOS-UNIDOS

Comparando as soluções dadas aos problemas açucareiros nas duas grandes guerras mundiais, o número de agosto último de "Sugar" insere o seguinte editorial:

"É interessante e talvez instrutivo comparar o manejo dos negócios açucareiros na presente guerra com o método adotado no conflito mundial anterior pelos Estados- Unidos, faz um quarto de século. Enquanto as condições da indústria eram materialmente diferentes, em 1941, daquelas que prevaleceram em 1917, a situação do comércio açucareiro era semelhante, em muitos pontos, em ambos os períodos. Nos dois casos, a guerra na Europa prolongava-se por mais de dois anos e destruiu a grande parte da capacidade produtora do continente, antes que os Estados- Unidos entrassem na luta. Na primeira guerra, as medidas de controle foram adotadas depois que os Estados- Unidos se tornaram beligerantes; agora, o governo já exercia pleno controle da produção, distribuição e preços antes que o país entrasse na luta. Somente em agosto de 1917 o Congresso concordou em aprovar uma lei sobre controle de alimentos, colocando nas mãos do Presidente amplos poderes de regulação, nos quais, todavia, não figurava autorização para fixar diretamente os preços. Atualmente, o ponto de vista dominante é o de que todas as fases de trabalho da indústria açucareira fiquem submetidas ao controle de uma única pessoa. Foi esse justamente o problema que provocou discussões na guerra passada no Congresso. O Senado em particular inclinava-se no sentido de que a direção da indústria fosse entregue a uma comissão composta de vários membros. O Presidente Wilson, com o apoio da maioria dos círculos industriais, insistia em que um único administrador devia pôr em prática a lei. O apoio público que o Presidente Wilson afinal recebeu e de que resultou a aceitação do seu ponto de vista decorreu, em grande parte, da circunstância de ser Herbert Hoover o candidato ao posto, sendo a sua nomeação feita imediatamente depois de aprovada a lei.

A política de Hoover foi de cooperação e não de coerção. Convocou em conferência os representantes de todos os ramos da indústria e conseguiu convencê-los de que deviam voluntariamente reduzir os seus preços. Por esse meio poupou aos consumidores 100 milhões de dólares.

Hoover escolheu uma figura preeminente nos negócios açucareiros, o Sr. George M. Rolph, para dirigir a divisão de açúcar da sua organização. O pessoal da divisão foi selecionado entre homens dotados de experiência nos vários ramos da indústria açucareira e familiares com as operações normais do comércio, os quais perturbavam essas operações na menor escala possível. Aos consumidores fizeram-se apelos para que limitassem o emprego do açúcar. Regulamentos mais severos foram estabelecidos, à medida que se tornavam necessários, mas de um modo geral a política adotada foi a que Hoover anunciou, nas palavras que se seguem, ao tomar posse: "Não é nossa intenção aplicar me-

didadas punitivas. Pretendemos agir por coordenação com os vários ramos do comércio, de modo a estabelecer providências construtivas, capazes de evitar a especulação, a extorsão e outras práticas danosas, e procuraremos também estabilizar os preços".

Enquanto a administração de alimentos chegou demasiado tarde para influir sobre a produção açucareira de 1917-18, houve um aumento substancial nas safras norte-americana e cubana nos dois anos seguintes, pois os produtores foram informados em tempo a respeito do que se esperava deles e quais os preços que receberiam. A terrível inflação e subsequente *débâcle* de 1920 decorreram da incapacidade do Presidente, que resultou no desmoronamento do equilibrado sistema de controle nos fins de 1919, sem qualquer aviso prévio. Por essa época, o Congresso aprova outra lei, prorrogando o sistema por mais um ano, lei que não chegou a ser sancionada pelo Presidente.

Na segunda guerra mundial, foi a Administração do Petróleo o departamento governamental que maior êxito obteve. Dirigido pelo Sr. Ickes, a sua administração seguiu as linhas gerais que Hoover adotara no seu Departamento de Controle de gêneros alimentícios no conflito anterior. O Sr. Ickes começou convocando os representantes da indústria do petróleo para uma consulta, criando um conselho consultivo composto desses líderes e construiu uma organização de alta eficiência, aproveitando homens de experiência prática nos vários ramos do comércio do petróleo. A semelhança do que Hoover fizera com o açúcar, o Sr. Ickes seguiu uma política de cooperação em vez de coerção. Em ambos os casos essa política produziu os melhores resultados.

Durante a primeira guerra mundial, foi preciso baixar as quotas normais de consumo, ante a necessidade de dividir os suprimentos disponíveis com o grupo das nações aliadas e alguns países neutros. Os consumidores particulares foram limitados, por algum tempo, a quatro libras por mês e os industriais a pouco mais da metade dos seus suprimentos normais. A quota concedida a alguns fabricantes de artigos açucarados foi apenas de cerca de 50 por cento das suas compras de antes da guerra. Mas essa situação prolongou-se apenas por um curto período. O encorajamento dado aos produtores norte-americanos e cubanos resultou num aumento de mais de 750 mil toneladas nas áreas que suprem o mercado dos Estados- Unidos, isso de 1917 a 1920. O consumo médio individual nos Estados- Unidos foi de 73,3 libras em 1918, elevando-se a 87,6 libras em 1919, quando foram distribuídos aproximadamente 5 milhões de toneladas, valor bruto, o mais alto até então registrado. As restrições que incidiam sobre o açúcar foram em grande parte abandonadas no curso de 1919 e os embarques para a Europa continuaram a se fazer em alto nível.

De acordo com a orientação seguida pelas autoridades encarregadas do controle do açúcar, a falta de uma política franca e compreensível e a ausência de medidas oportunas para estimular a

produção foram acompanhadas por uma queda de produção naquelas mesmas áreas e uma escassez crescente de suprimentos, a qual tudo indica, deverá continuar depois das hostilidades. Embora não se possa afirmar que as medidas adotadas para o controle do açúcar na primeira guerra tivessem o mesmo êxito no atual conflito, se fossem aplicadas nas condições presentes, o que é certo é que um plano idêntico foi aplicado com indiscutível sucesso a outra indústria de grande importância. Isso mostra que a política de 1917 poderia ter melhores resultados do que a orientação hesitante seguida agora. Parece-nos tarde para emendar os erros cometidos, todavia, a conduta do Secretário da Agricultura, Anderson, nos primeiros dias de trabalho, e as suas manifestações públicas, que pressagiam uma ação mais ampla, podem ser interpretadas como indícios de que no futuro teremos melhores dias. Isso, porém, não se pode esperar antes de 1947, quando a guerra já estará encerrada".

MELAÇOS E CARVÃO VEGETAL

No seu número de setembro, "Sugar" resume um artigo do técnico indiano S. N. Ghatak a propósito do aproveitamento dos melaços no preparo de briquetes de carvão vegetal. Na Índia, a produção do citado combustível deixa uma grande quantidade de resíduos, sob a forma de pequenos pedaços e pó, para os quais não há possibilidade de colocação. Tentaram-se várias experiências com diversos materiais para reunir em briquetes esses resíduos, verificando-se que o melaço era o mais indicado para tal fim. Diversas proporções foram experimentadas e as observações feitas dão a entender que com 30 por cento de melaços se obtinham os melhores briquetes, no que concerne ao valor calorífico e conteúdo de cinza. No entanto, por motivos práticos e de ordem comercial, foi selecionada a mistura de 40 por cento de melaços sobre o peso do carvão. Os briquetes com essa composição apresentavam um teor de cinza de 7,60 por cento, um valor calorífico de 11,686 B. t. u., uma densidade de 0,7084 e um teor de umidade de 4,88 por cento. Os resíduos do carvão, depois de desintegrados, eram passados em peneira. Depois de moldadas sob uma pressão de 1,5 toneladas, os briquetes eram postas a secar em ar quente a 110° C. e em seguidas passados em fôrmas especiais a 300° C. Os briquetes de carvão vegetal e melaço prestam-se para uso como combustível sólido em geradores de gás ligados a veículos automáticos e assim podia substituir a gasolina.

BRASIL AÇUCAREIRO



Elimine os problemas da umidade nos armazéns!

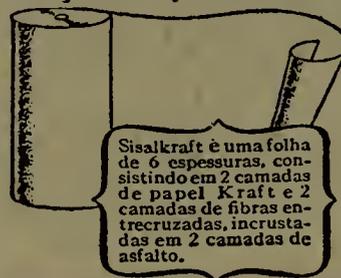
O que Afirma um dos nossos Clientes: "Primeiro, usei o Sisalkraft debaixo dos sacos. Os resultados foram ótimos. Depois passei a usá-lo também como cobertura dos lados dos montões de sacos, como medida de maior proteção. O ano passado dispuz o papel em sentido longitudinal, acomodando-o bem à volta das extremidades dos sacos e usando entre 10 a 18 camadas para determinar até que altura seria preciso empregá-lo. (Veja-se a gravura supra).

Impede a Umidade e a Formação dos Bolores: "Experimentei usar lonas para proteger os sacos amontoados, mas os resultados não foram satisfatórios. Dentro de pouco os sacos estavam úmidos e bolorentos, coisa que nunca sucedeu quando usei o Sisalkraft.

O Açúcar a Salvo numa Umidade de 80%: "Nesta região costeira, as condições de armazenagem do açúcar são muito difíceis... O ar está carregado de umidade... a qual se mantém a cerca de 80%. Durante a noite, a temperatura cai abaixo do nível do orvalho, e o ar deposita a umidade adicional no produto armazenado. Felizmente, Sisalkraft veio resolver-nos este problema!"

SISALKRAFT tem um baixo custo inicial e pode ser usado repetidas vezes. Reduz as despesas de mão de obra e materiais. Suas propriedades protetoras eliminam de vez os perigos da umidade superficial.

"Peça-nos hoje mesmo informações completas.



Sisalkraft é uma folha de 6 espessuras, consistindo em 2 camadas de papel Kraft e 2 camadas de fibras entrecruzadas, incrustadas em 2 camadas de asfalto.

Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.

THE SISALKRAFT CO.
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E. U. A.
LONDRES, INGLATERRA SYDNEY, AUSTRALIA

DISTRIBUIDORES: CASA HILPERT S.A.

Av. Rio Branco, 26 - 15.º andar — Rio de Janeiro

NOVEMBRO, 1945 — Pág. 37

SAFRA ARGENTINA DE 1945

CANA MOIDA, AÇÚCAR FABRICADO POR CLASSES E RENDIMENTOS, DESDE O INÍCIO DA SAFRA ATÉ 31 DE JULHO

Usinas	Área a colher (Hectares)	Quantidade e dias de moagem	CANA MOIDA			AÇÚCAR FABRICADO				Rendimento to 100 % Comercial	
			Própria	Comprada	Total	Pilé	Granulado	Para refinar. Baixa produção e em fabricação	Total		
Tucuman											
27 usinas	(1) 180.000	—	754.309.352	938.562.448	1.692.871.800	43.709.450	58.267.170	12.264.090	114.240.710	6,75	
Salta											
San Isidro	1.785	51	27.543.000	9.750.000	37.293.000	—	3.390.000	1.400	3.391.400	9,09	
San Martin	(2) 7.616	48	212.300.000	—	212.300.000	13.496.000	6.257.230	1.614.612	21.367.842	10,07	
Jujuy											
La Esperanza	5.200	48	135.990.000	—	135.990.000	—	13.418.709	—	13.418.709	9,87	
Ledesma	8.120	49	172.241.580	—	172.241.580	10.213.140	5.278.000	1.263.220	16.754.360	9,73	
Rio Grande	2.751	63	90.080.000	—	90.080.000	5.264.000	1.228.500	—	6.492.500	7,61	
San Andrés	1.250	56	29.552.000	—	29.552.000	—	1.854.160	—	1.854.160	6,27	
Santa Fé											
Arno	17.321	—	427.863.580	—	427.863.580	15.477.140	21.779.369	1.263.220	38.519.720	9,00	
Las Toscas	7.500	50	—	50.997.650	50.997.650	822.780	1.664.320	335.496	2.822.596	5,53	
Tacuarendi	3.240	47	2.172.180	21.743.240	23.915.420	—	1.123.710	261.380	1.385.090	5,79	
	1.980	49	905.510	10.431.710	11.340.220	—	320.460	—	320.460	2,82	
Corrientes											
Primer Correntino	12.720	—	3.080.690	83.172.600	86.253.290	822.780	3.108.490	596.876	4.528.146	5,25	
Chaco											
Las Palmas (3)	500	4	544.640	1.017.600	1.562.240	—	15.731	—	15.731	1,01	
TOTAL	6.300	44	41.735.580	—	41.735.580	—	1.570.030	—	1.570.030	3,76	
Na mesma data de 1944	266.242	—	1.467.376.842	1.032.502.648	2.499.879.490	73.505.370	94.388.020	15.740.198	183.633.588	7,34	
	226.111	—	1.450.507.156	1.364.197.054	2.814.704.210	105.531.488	119.850.640	17.160.246	242.552.374	8,62	

(1) — Cifra da safra de 1944 da Dirección de Estadística da Provincia.
 (2) — Cifra do censo nacional de 1937.
 (3) — Terminou a safra a 23 de julho.

S. A. LES USINES DE MELLE

ALCOOL ANIDRO FERMENTAÇÃO

Processo de recuperação das leveduras

Fabricação direta do álcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas	Litros
Amália..	10.000	10.000
Baixa Grande..	5.000	5.000
Barcelos..	20.000	20.000
Bom Jesus..	5.000	5.000
Brasileiro..	15.000	15.000
Catende..	30.000	30.000
Cambaíba..	10.000	10.000
Conceição..	15.000	15.000
Cucaú..	15.000	15.000
Junqueira..	20.000	20.000
Laranjeiras..	15.000	15.000
Maravilhas..	15.000	15.000
Miranda..	10.000	10.000
Paineiras..	5.000	5.000
Pontal..	10.000	10.000
Pumati..	22.000	22.000
Queimado..	15.000	15.000
Quissamã..	15.000	15.000
Santa Cruz..	15.000	15.000
Santa Luísa..	5.000	5.000
Santa Maria..	10.000	10.000
Santa Teresinha..	30.000	30.000
São José..	25.000	25.000
Serra Grande..	12.000	12.000
Tanguá..	15.000	15.000
Timbó-Assu..	7.000	7.000
Tiúma..	22.000	22.000
Trapiche..	15.000	15.000
Volta Grande..	5.000	5.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Destilaria Central Estado do Rio..	60.000
Destilaria Central Presidente Vargas..	60.000
Destilaria Central Ponte Nova..	20.000

32 destilarias 553.000

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

MELLE — BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

USINAS

Capacidade de produção por 24 horas

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas	Litros
Amália..	10.000	10.000
Baixa Grande..	5.000	5.000
Barcelos..	20.000	20.000
Bom Jesus..	5.000	5.000
Brasileiro..	15.000	15.000
Cambaíba..	15.000	15.000
Conceição..	15.000	15.000
Cucaú..	15.000	15.000
Cupim..	20.000	20.000
Fazenda Lídia..	5.000	5.000
Laranjeiras..	15.000	15.000
Leão (Utinga)..	10.000	10.000
Maravilhas..	15.000	15.000
Miranda..	10.000	10.000
Outeiro..	30.000	30.000
Paraíso (Tocos)..	15.000	15.000
Piracicaba..	15.000	15.000
Pontal..	10.000	10.000
Pôrto Feliz..	20.000	20.000
Pumati..	22.000	22.000
Pureza..	6.000	6.000
Queimado..	15.000	15.000
Quissamã..	15.000	15.000
Rocadinho..	7.000	7.000
Santa Bárbara..	8.000	8.000
Santa Cruz..	15.000	15.000
Santa Luísa..	5.000	5.000
Santa Maria..	10.000	10.000
Sapucaia..	6.000	6.000
São José..	30.000	30.000
Serra Grande..	15.000	15.000
Tanguá..	15.000	15.000
Timbó-Assu..	7.000	7.000
Tiúma..	22.000	22.000
Trapiche..	15.000	15.000
Vassununga..	5.000	5.000
Vila Raffard..	20.000	20.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Destilaria Central Presidente Vargas..	60.000
Destilaria Central da Bahia..	12.000
Destilaria Central Ponte Nova..	20.000

40 destilarias 595.000

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO

na fermentação de:
açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel. 23-3081

CENSO CANAVIEIRO ARGENTINO

O Conselho Nacional de Estatística, da Argentina, realizou em abril do corrente ano um censo das plantações de cana do país. Depois de demorados trabalhos de coleta, apuração e análise do material colhido, foram divulgados os resultados abaixo.

A quantidade de plantações de cana existentes no dia 16 de abril de 1945 somava 22.355, o que representa um aumento de 33,2 % sobre o total apurado no censo de 1937, que registrou um total de 16.779 plantações.

O maior número de culturas corresponde à província de Tucuman, que em 1945 apresentou um total de 19.347 plantações, ou seja um aumento de 32,3 % sobre as 14.618 plantações acusadas pelo censo de 1937. Em ordem decrescente de aumentos aparecem as províncias de Corrientes, Santa Fé e Jujuy e o território nacional de Misiones. As províncias de Salta e as governações do Chaco e de Formosa apresentaram redução entre o primeiro e o segundo censo. O quadro abaixo é explícito a respeito:

RESULTADOS GERAIS DO CENSO CANAVIEIRO DO ANO DE 1945, POR NÚMERO DE PLANTAÇÕES, COMPARADOS COM OS DO ANO DE 1937

(Fornecedores independentes e usinas)

Províncias e Territórios	Censo 1945	Censo 1937	Diferença 1945-1937	% de aumento ou diminuição
Totais	22.355	16.779	+ 5.576	33,2
Tucuman	19.347	14.618	+ 4.729	32,3
Jujuy	34	30	+ 4	13,3
Salta	9	13	— 4	— 30,7
Santa Fé	849	519	+ 330	63,5
Chaco	49	62	— 13	— 20,9
Corrientes	202	54	+ 148	274,0
Formosa	27	50	— 23	— 46,0
Misiones	1.837	1.432	+ 405	28,3
Catamarca	1	1	—	—

O índice mais representativo da magnitude das plantações de cana é o da quantidade de sulcos reduzidos a 100 metros de comprimento cada um, e que no censo de 1945 sobe a 12.188.015, ou sejam mais 38,5 % que o do censo de 1937.

Como se pode observar no quadro seguinte, o aumento se generalizou em tôdas as zonas canavieiras com exceção do território nacional de Formosa, que acusa um decréscimo absoluto de 2.494 sulcos equivalente a 55,4 % em relação aos resultados de 1937. No que diz respeito ao território nacional de Misiones, dificuldades de ordem técnicas, relacionadas com a disposição das plantações, falta de uniformidade na extensão dos sulcos, etc., tornaram difícil uma apuração exata ou mesmo uma estimativa que oferecesse aproximação estatisticamente aceitável.

BRASIL AÇUCAREIRO

Índice alfabético e remissivo

de

“Brasil Açucareiro”

Do 1º ao XIIIº volume

Preço Cr\$ 5,00

NOVEMBRO, 1945 — Pág. 40

**RESULTADOS GERAIS DO CENSO CANAVIEIRO DE 1945, POR NÚMERO DE SULCOS,
COMPARADOS COM OS DO ANO DE 1937**

(Fornecedores independentes e usinas)

Províncias e Territórios	Censo 1945	Censo 1937	Diferença 1945-1937	% de aumento ou diminuição
Totais	12.188.015	8.799.605	+ 3.388.410	38,5
Tucuman	9.637.922	6.892.849	+ 2.745.073	39,8
Jujuy	966.651	797.253	+ 169.398	21,2
Salta	611.975	498.024	+ 113.951	-22,9
Santa Fé	603.695	284.531	+ 319.164	112,2
Chaco	318.611	288.784	+ 29.927	10,4
Corrientes	46.355	33.684	+ 12.691	37,7
Formosa	2.006	4.500	— 2.494	— 55,4
Misiones (1)	—	—	—	—
Catamarca	800	100	+ 700	700,0

(1) A falta de uniformidade na distribuição das plantas nas culturas canavieiras dêste território não permite dar cifras por sulcos.

Quanto à superfície coberta com canaviais o quadro seguinte dá idéia detalhada da mesma e permite fazer comparações com a verificada no censo de 1937:

**RESULTADOS GERAIS DO CENSO CANAVIEIRO, POR NÚMERO DE HECTARES COMPARADOS
COM OS DO ANO DE 1937**

(Fornecedores independentes e usinas)

Províncias e Territórios	Censo 1945	Censo 1937	Diferença 1945-1937	% de aumento ou diminuição
Totais	246.887,5	187.702,0	+ 59.185,5	31,5
Tucuman	198.403,2	150.246,0	+ 48.157,2	32,0
Jujuy	19.356,7	14.926,0	+ 4.430,7	29,7
Salta	9.740,2	9.363,0	+ 377,2	4,0
Santa Fé	12.094,6	5.646,0	+ 6.448,6	114,2
Chaco	5.315,3	5.346,0	— 30,7	— 0,6
Corrientes	918,3	753,0	+ 165,3	21,9
Formosa	35,7	75,0	— 39,3	— 52,4
Misiones	1.007,5	1.345,0	— 337,5	— 25,1
Catamarca	16,0	2,0	+ 14,0	700,0

Outro quadro muito ilustrativo é o referente à distribuição dos sulcos em terras próprias e arrendadas.

RESULTADOS GERAIS DO CENSO CANAVIEIRO DO ANO DE 1945 — QUANTIDADE TOTAL DE PLANTAÇÕES E SULCOS CULTIVADOS COM CANA SEGUNDO O REGIME DE TERRAS

Províncias e Territórios	Quantidade total de plantações	Quantidade de Sulcos		
		Em terra própria	Em terra arrendada	Total
Totais	22.355	10.607.494	1.580.521	12.188.015
Tucuman	19.347	8.465.905	1.172.017	9.637.922
Jujuy	34	919.344	47.307	966.651
Salta	9	601.881	10.094	611.975
Santa Fé	849	261.337	342.358	603.695
Chaco	49	318.473	138	318.611
Corrientes	202	38.420	7.935	46.355
Formosa	27	1.334	672	2.006
Misiones	1.837	(1)	(1)	(1)
Catamarca	1	800	—	800

(1) A falta de uniformidade na distribuição das plantas nas culturas de cana deste território não permite dados por sulcos.

VITAMINAS NA CANA E NO CALDO

Diferentes variedades de cana de açúcar, incluindo canas maduras e imaturas, foram colecionadas em Cuba e na Luisiana, examinando-se os respectivos conteúdos de tiamina, riboflavina, áci-

do pantotênico, niacin e biotin. As experiências foram realizadas por William R. Jackson, cujo trabalho foi resumido por "The Internacional Sugar Journal". Os conteúdos de vitamina, nas canas maduras de Cuba e no caldo eram os seguintes, por libra de açúcar:

	Cana		Caldo	
	Média Miligr.	Máxima Miligr.	Média Miligr.	Máxima Miligr.
Tiamina	2,05	17,95	0,50	1,1
Riboflavina	1,10	5,70	0,215	0,4
A. pantotênico	6,00	38,60	4,40	9,9
Niacin	5,30	52,25	2,00	3,3
Biotin	0,20	0,70	0,08	0,1

As cifras correspondentes para as canas de Luisiana foram mais baixas para tiamina, fiboflavina e biotin, e mais altas para o ácido pantotênico, sendo idênticas para niacin. A cana madura é uma

boa fonte, como se vê, de tiamina e riboflavina, rica em ácido pantotênico e uma boa fonte de niacin.

NA ESCOLHA DO SEU EQUIPAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE FORÇA

HÁ UMA...

- ... MARCA A DISTINGUIR
- ... FORNECEDORA DE CONFIANÇA
- ... QUALIDADE A PREFERIR
- ... SÔMA DE EXPERIÊNCIA A DISPOR



● Para todos aqueles que necessitam de aparelhagens para **Transmissão de Força** apresentamos esta série completa de equipamento, projetados, construídos e garantidos pela LINK-BELT, que simplifica a sua escolha, assegura uma correta aplicação do tipo mais apropriado para cada caso particular, garantindo ao mesmo tempo o seu funcionamento mais econômico e eficiente.

Colocamos à sua inteira disposição todas as vantagens que nossa longa experiência assegura. Queira consultar, sem compromissos, o nosso Departamento Técnico

Link-Belt Company

Engenheiros - Fabricantes - Exportadores

Fundada em 1857



CORRENTES E RODETES DE FERRO, AÇO ETC.

MANCAIS ESFERICOS E DE ROLAMENTOS

CAIXAS PARA MANCAIS de rolamento e esféricas para todas as tipos

CHUMACEIRAS de «Metal Patentes»

ACOPLAMENTOS rígidas, elásticas, e de compressão

EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE FORÇA

Eixos, anéis, chapas-base, graxeiros, embreagens, palias, engrenagens etc.

ENGRENAGENS REDUTORAS e para aumento de velocidade - sem fim - engrenagens cônicas, transmissões helicoidais e sem fim de refrigeração a ar.

DISPOSITIVOS DE MUDANÇA DE VELOCIDADES Acionamentos P.I.V. e de rolamentos

ACIONAMENTOS POR CORREIAS EM «V»

RY

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS

RIO DE JANEIRO . NEW YORK

SÃO PAULO

Rua Visconde Inhaúma, 65 - 3.º andar
Caixa Postal 1979 - Tel. 23-5885

Rua José Bonifácio, 93 - 7.º andar
Salas 7 e 8 - C. Postal 41-A - Tel. 3-5608

Endereço Telegráfico: "COIMAC"

PERSPECTIVAS AÇUCAREIRAS PARA 1946 ✓

José Manuel Casanova (1)

Este trabalho, definindo a orientação da política açucareira cubana, foi escrito especialmente para o "Anuário Azucarero de Cuba — 1945", do qual o traduzimos para ilustração dos leitores de "Brasil Açucareiro".

"As perspectivas açucareiras para o próximo ano de 1946 são complexas, pois apresentam uma multiplicidade de aspectos no que se refere a Cuba.

Em primeiro lugar, ao começar o mês de julho, quando são escritas estas linhas, já está na ordem do dia a venda da safra ao Governo dos Estados-Unidos, em virtude de insistentes petições do mesmo. A nação vizinha manifestou ter pressa no ajuste da negociação a fim de assegurar, sem dúvida, o fornecimento a fim de assegurar, sem dúvida, o fornecimento no mundo atualmente. A este interesse de contar, em bases seguras, com a maior quantidade possível de açúcar que possa entregar, Cuba se une, possivelmente, ao de procurar obter o preço mais vantajoso. A escassez de açúcar e o aumento constante da procura são dois fatores que, combinados, fazem sentir sua influência em relação a um possível aumento do preço, tendência acentuada pela alta constante dos artigos de consumo, com possibilidades de inflação nos salários, custo da vida e custos de produção.

Os produtores e o Governo cubano se opõem à venda da safra de 1946. Estão dispostos a continuar prestando aos Estados-Unidos e, por intermédio destes, a todos os países que necessitam de açúcar, a maior cooperação possível, tanto porque a guerra ainda não terminou no Pacífico e os estragos da mesma na Europa tardarão em ser reparados, quanto porque interessa a Cuba manter sua posição, legitimamente conquistada não sem grandes esforços e sacrifícios, de principal país fornecedor do mundo, na paz e na guerra.

Os produtores cubanos não estão inclinados, porém, a precipitar as negociações para a venda da safra de 1940 no momento. A adoção de semelhante política ou linha de ação não se deve a nenhum propósito de aproveitar a procura para fazer pressão sobre o comprador e tratar de obter um preço melhor, ainda que tal proceder seja comercialmente lícito em tempos normais. Os produtores cubanos não se sentem animados a apressar a venda apenas em virtude de um elementar sentido de previsão. Tudo muda bruscamente de um dia para outro e aventurar-se a aceitar compromissos sobre a venda total da safra com mais de seis de antecipação à data em que esta começará a se elaborar, é aventurar-se por um caminho incerto no qual podem surgir repentinos e imprevistos perigos. A relativa ansiedade dos Estados-Unidos se justifica de certo modo, mas o procedimento retilíneo de Cuba, tanto na primeira guerra mundial como na última, lhes garante que não encontrarão dificuldades em

suas negociações com a indústria açucareira cubana. Nossa indústria soube colocar — na primeira e na segunda guerra mundiais — acima dos interesses meramente materiais e imediatos, considerações de ordem mais elevada e proeminente, como prova indubitável de que Cuba aprecia a responsabilidade da sua função econômica mundial de fonte de abastecimento açucareiro para grande número de países. E' de esperar que a disparidade de critérios assinalada entre americanos e cubanos, a respeito da antecipação ou não das negociações para a venda da safra, se resolverá satisfatoriamente, da mesma forma em que o foram outras diferenças de critério em negociações anteriores. Quando estas linhas forem lidas pelo público a questão estará solucionada de forma satisfatória para ambas as partes. Tal é a nossa firme esperança.

O problema que indicamos, de antecipar ou não as negociações para a venda da safra de 1946, não tem conexão com o assunto do preço e dos custos de produção unicamente. Acha-se ligado intimamente com outro particular de muito maior interesse para a indústria açucareira cubana — o de obter garantias para a produção açucareira de Cuba no mercado dos Estados-Unidos e no mercado mundial. A escassez circunstancial de açúcar tende a estimular o fomento e a ampliação da indústria açucareira em numerosos países. Os Estados-Unidos, nosso principal mercado, que absorvem a maior parte das nossas safras em tempos normais, e obteve, praticamente totalidade das mesmas durante todo o período da guerra, figuram à frente dos países que estão estimulando a produção açucareira; com a particularidade de que os nossos poderosos vizinhos não somente se esforçam por fabricar mais açúcar no território continental, como também, no presente momento, multiplicam esforços para que se produza mais açúcar, onde quer que possível. Esta é uma realidade que não podemos desconhecer. A indústria açucareira cubana reconhece que há um fundo de razão circunstancial nesta política de estimular a produção açucareira em toda a parte; mas como este fato circunstancial criará interesses duradouros, constitui um perigo para o produtor cubano, motivo pelo qual ninguém poderá negar o direito que lhe assiste de obter garantias e seguranças para o futuro. A dura e definitiva lição que Cuba recebeu nesta matéria, na década imediatamente posterior à primeira guerra mundial, está ainda bem presente na memória não só dos usineiros cubanos como também de todo o povo de Cuba, e não poderá ser esquecida jamais. Se os erros e as injustiças que então foram cometidas em prejuízo de Cuba não levassem agora os produtores cubanos a realizar os maiores esforços possíveis para evitar a repetição dos mesmos, haveria fundadas razões para afirmar que o povo cubano é o mais imprevidente da terra. Não é possível prever, evidentemente, no momento em que estas linhas são escritas, o resultado das gestões e dos es-

(1) Presidente do Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar.

A CULTURA DA CANA E' A CRIADORA DA MAIOR RIQUEZA

No livro "El Azucar Peruana", há um capítulo sobre a importância da cultura canavieira no Peru, que a seguir transcrevemos como ilustração da economia açucareira desse país:

"Do estudo do lugar ocupado pela cana de açúcar na agricultura peruana depreende-se um fato muito interessante e significativo, isto é, que apesar da cana de açúcar ocupar somente menos de 4 % da superfície cultivada do país, o valor da produção canavieira é proporcionalmente muito maior, já que nos anos de maior crise chegou sempre a 12 % do valor total da produção agrícola nacional e nos anos de preços favoráveis, como o passado, essa proporção subiu ao dôbro ou seja a uma quarta parte do total, fazendo figurar o açúcar em primeiro lugar entre os produtos agrícolas.

A explicação desse fato se baseia em que a cana de açúcar é uma cultura que se caracteriza por sua elevada densidade econômica, entendendo-se como tal o elevado valor da produção de cada hectare cultivado. Efetivamente, como se verá adiante, com o apoio de cifras, não existe nem existiu jamais em nosso país nenhuma cultura que supere a da cana de açúcar neste particular, com exceção da cultura de hortaliças, que, pela sua natureza se

efetua em áreas muito reduzidas, cujo valor total é, também, relativamente pequeno; e da de algumas culturas frutícolas, como a das laranjas, que também não se realiza em grande escala. De modo que, entre as culturas que ocupam no país milhares de hectares, e que por esse fato são as de maior importância, nenhuma pode competir nem superar a da cana de açúcar.

Para provar semelhante afirmação basta apresentar, como se faz a seguir, as cifras relativas ao valor do produto obtido por hectare em cada uma das principais culturas do país. Como a cana de açúcar se cultiva praticamente em sua totalidade na região da Costa e como nesta região a agricultura tem uma densidade econômica muito superior à da Serra, devido às suas condições naturais (exceto o caso excepcional da campina de Arequipa), a comparação, para ser justa, deve fazer-se com as outras culturas da Costa, que possam competir com a do açúcar e substituí-la de sorte que no quadro seguinte são considerados somente os rendimentos obtidos na Costa.

Assim, a vantagem a favor da cana de açúcar é muito menor do que se se considerassem os rendimentos de todo o país, que são muito mais baixos em razão do nível agrícola da Serra.

DENSIDADE ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS CULTURAS DA COSTA

Cultura	Rendimento por hectare	Preço unitário	Valor total
Cana de açúcar	180 qq.	S/. 14,00	S/. 2.520,00
Algodão, fibra	0,5 qq.	100,00	950,00
Algodão, semente	16 qq.	5,00	80,00
Arroz branco	16 fang.	55,00	880,00
Arroz "colorado"	16 fang.	38,00	608,00
Linho, fibra	150 quilos	6,00	900,00
Linho, estopa 2. ^a	225 quilos	1,85	416,00
Batatas	80 sacos	16,00	1.280,00
Milho	16 sacos	16,00	256,00
Feijão	9 sacos	42,00	378,00

forços que os produtores de açúcar e o Governo de Cuba realizam para salvaguardar os interesses da principal fonte de receita e de vida do povo cubano nos anos mais próximos. O que, porém, se pode afirmar sem temor de incorrer em erros de predição é que, da nossa parte, realizaremos quanto seja humanamente possível para colocar a nossa produ-

ção açucareira a coberto de erros e injustiças, como os que nos arrastaram à mais terrível crise econômica, social e política da nossa história, ao terminar a década de 1920 e iniciar a de 1930. A principal perspectiva para o ano de 1946, neste sentido, é a de uma pugnaz luta nossa para velar pelos interesses vitais da indústria açucareira cubana".

Os preços anotados para o açúcar e para o algodão são os preços líquidos recebidos pelos produtores no pôrto peruano, de acôrdo com as cotações do ano passado, sem incluir os impostos de exportação. Na verdade, para apreciar o volume total de riqueza criada por estas culturas, haveria que acrescentar o montante dos impostos de exportação, que o Fisco recebe e que integram o preço total pago pelo comprador, pois se trata de um valor que entra no país; é a parte do valor do açúcar exportado percebida pelo Fisco. Dessa forma, o valor da produção de açúcar por hectare sobe para S/. 2.820 e o do algodão para S/. 1.150, expressando êstes totais a verdadeira densidade econômica das duas referidas culturas. Cabe advertir que o rendimento do açúcar acima considerado é o rendimento por hectare-ano, que se obtém dividindo a produção anual pela superfície cultivada e não pela colhida, que é menor devido ao fato do período vegetativo da cana exceder de 12 meses.

Do quadro anterior se depreende, com a eloqüência dos números, a enorme superioridade em que se encontra a cana relativamente às demais culturas, pois a que se segue em densidade econômica, a do linho, somente alcança a metade da cifra correspondente ao açúcar e a do algodão chega apenas a 40 %. Para as demais culturas, a diferença é muitíssimo maior, com exceção da batata, que é de menor importância econômica, por ser muito pequena a superfície cultivada na Costa. Em troca, na Serra, onde é cultivada em grande escala, o rendimento da cultura da batata é em média a terça parte do da Cosa e o preço local menor, de sorte que a diferença com a cana seria enorme.

A elevada densidade econômica da cana de açúcar é decorrência de três fatores, a saber: o grande volume obtido por hectare, característica da planta; as condições favoráveis que a Costa oferece à cultura canavieira; e o preço obtido pelo produto. Cada um desses fatores é muito importante: em virtude do primeiro, a cana de açúcar é a planta que produz maior quantidade de alimentos por hectare (medida em calorías) entre todas as cultivadas; em consequência do segundo, os rendimentos obtidos na Costa figuram entre os mais altos do mundo; em relação ao terceiro, deve-o o açúcar à circunstância de ser um alimento praticamente cem por cento puro e assimilável.

Do ponto de vista do interesse geral do país, a

elevada densidade econômica do cultivo da cana tem uma extrema importância. Realmente é princípio fundamental da economia agrícola que o interesse nacional se baseia na produção que alcance o valor máximo por hectare, porque êsse valor se distribui entre os diversos fatores que contribuem para criá-lo, a saber: a terra, representada pelo proprietário; o trabalho, representado por todos os que o executam, seja manual seja intelectual; e o capital, sob a forma de dinheiro ou de mercadorias. Quanto mais elevado o valor criado, maior a soma de benefícios recebidos pela economia da Nação tomada em conjunto.

Em um trabalho sobre a "Importância do algodão na Economia Nacional", publicado em 1937, e que merece particular atenção precisamente por ser dedicado a outra cultura, dizia-se o seguinte: "Este conceito nacional da economia deve ser levado muito em conta quando se trata de apreciar a importância e conveniência dos distintos setores da produção agrícola; e é diferente do que se limita ao ponto de vista privado do produtor-empresário, certamente muito respeitável, mas que ao tomar em consideração unicamente a rentabilidade de uma cultura, ou seja o lucro que lhe possa dar, considera apenas um dos fatores da produção (a empresa) e não todos. Como as forças produtoras de um país estão constituídas pelo conjunto desses fatores, é evidente que o que lhe interessa é o valor total e não somente a utilidade do produtor. De passagem diremos que essa consideração se aplica de modo especial à cultura da cana de açúcar, a qual, não obstante a presente crise que vem dando prejuízos aos produtores, continua sendo a que cria maior quantidade de riqueza por hectare. A substituição desta cultura por outra de maior rentabilidade aumenta as utilidades dos produtores, mas diminui a quantidade de riqueza que põe em circulação, sob a forma de pagamento de salários e de capitais empregados".

Tais conceitos foram formulados no momento em que o açúcar saía da mais dura crise da sua história, provocada pela catástrofe baixa de preços que alcançara seu ponto mais baixo nos três anos anteriores (1934, 1935, 1936). Mas ainda nessas condições o açúcar continuava sendo a cultura de mais elevada densidade econômica, como provam as cifras seguintes, tiradas do mesmo trabalho, e que se referem ao ano de 1936:

Cultura	Rendimento	Preço	Valor total
Cana de açúcar	167 qq.	S/. 3,53	S/. 590,00
Algodão, fibra	11 qq.	52,00	572,00
Algodão, semente	16,5 pp.	2,00	33,00
Batatas	80 sacos	7,00	560,00
Arroz	16 fang.	20,00	320,00
Milho	16 fang.	10,00	160,00

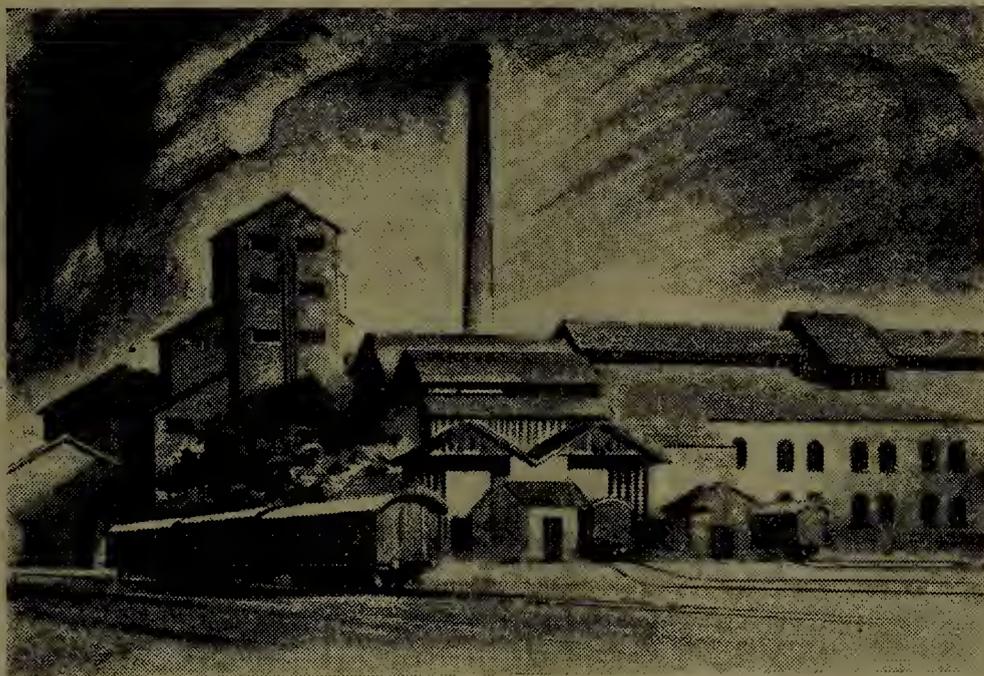
Cabe acrescentar que as anteriores considerações adquirem maior significação quando se trata de um país como o nosso, no qual a terra cultivada é escassa em relação à população, pois soma menos de 1/4 de hectare por habitante contra mais de 1 nos Estados-Unidos e 2 na Argentina. Em tais condições, é imperativo que a produção agrícola se oriente para aquelas culturas que obtenham a maior soma de riqueza possível por hectare, para aproveitar ao máximo o fator de limitação da produção, no caso a terra. Há que concluir, pois, que a cana de açúcar é cultura particularmente conveniente para o país e que a sua substituição por outra, em área que hoje ocupa, determinaria uma diminuição da quantidade de riqueza criada com prejuízo para toda a economia nacional, com tanto maior razão quanto as culturas que seguem na ordem de densidade econômica (algodão e linho) não são apropriadas para a zona açucareira.

Para o país tem sido uma circunstância afortunada poder cultivar uma planta de tais características, que lhe permitiu valorizar consideravelmente sua agricultura, em lugar de outras culturas que teriam dado um nível econômico muito mais baixo, não somente à produção como à vida de toda a região, ao distribuir menor soma de receitas entre a sua população. A isso acresce que, nas épocas em que a referida cultura desfrutou de preços vantajosos, como ocorreu no presente século, durante a guerra passada e a atual, seus lucros per-

mitiram uma apreciável capitalização que constitui fator importante de enriquecimento e de propulsão para as atividades econômicas do país.

EXPANSÃO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MEXICANA

Uma notícia da cidade do México, publicada no número de setembro último de "Sugar", informa que o Ministério da Economia, cumprindo ordens do Presidente Ávila Camacho, está realizando um estudo com o objetivo de aumentar a produção de açúcar do país e evitar as dispendiosas importações do produto. Os Ministérios da Agricultura e da Economia estão colaborando nas pesquisas, que estão sendo dirigidas pelo Engenheiro Gustavo P. Serrano, Ministro da Economia. Uma das preocupações do governo consiste em melhorar as facilidades de transporte, de água e de drenagem. Procura-se atender em primeiro lugar às centrais localizadas em Salona, em Sinaloa e em Xicotencatl e Rio em Taumalipas. A produção da central de El Mante será este ano segundo se anuncia, de 35.753 toneladas métricas de açúcar e 1.952.010 litros de álcool, isto é, uma produção inferior à do ano passado. A queda de produção é atribuída à seca, geada e temporais. A referida central ainda refinou 10 mil toneladas de açúcar importado.



As máquinas das Usinas de Açúcar dependem, para seu bom funcionamento, da sua lubrificação com *óleos de qualidade e aplicação correta dos lubrificantes.* Com tantos anos de experiência e pesquisas científicas, SHELL dispõe de todos os recursos para ajudar a V. S. na solução dos seus problemas, e convida-o a consultar o Departamento de Serviços Técnicos SHELL.

PRODUTOS
DE PETRÓLEO

SHELL

ANGLO MEXICAN PETROLEUM CO. LTD.



MECANIZAÇÃO DA LAVOURA DE CANA

A imprensa publicou há pouco o seguinte telegrama:

WASHINGTON, (S. I. H.) — Apesar da vitória e da normalização da vida em muitos setores, notadamente no abastecimento de gêneros alimentícios, o açúcar continua racionado nos Estados-Unidos. Todavia, a inconveniência de uma aguda escassez de açúcar resultou em muitas inovações que irão beneficiar a produção de açúcar, não somente nos Estados-Unidos, como, também, em todos os países produtores de açúcar.

O relato das inovações trazidas pela necessidade é feito por George F. Dudik, no número de setembro "Domestic Commerce", publicação do Departamento de Comércio dos Estados-Unidos.

Os Estados-Unidos importam três quartos de seus suprimentos totais de açúcar. O quarto restante é produzido em oito Estados do Sul e em 17 do norte e do oeste.

A cana de açúcar é cultivada no sul, sendo que os Estados de Luisiana e Flórida vêm à frente dos Estados produtores. No norte e no oeste o açúcar é obtido da beterraba.

Com a guerra, os fazendeiros viram ser quase impossível continuar o trabalho necessário para o cuidado dos canaviais até a época das colheitas. Era mais fácil fazer outras sementeiras, que ofereciam lucro igual ou maior e requeriam menos trabalho e menos transporte.

Foi aí que a perícia técnica norte-americana entrou em cena, a fim de estudar os meios pelos quais os Estados-Unidos pudessem manter e conseguir sua quota de açúcar.

Hoje, se visitarmos um grande canal, não mais veremos provavelmente um homem, lento e laboriosamente, a arrancar as plantas daninhas que crescem entre as raízes da cana. Ao invés disso, veremos um hábil trabalhador empunhando um lança-chamas, como os que foram utilizados na guerra, para eliminar as plantas daninhas.

Até há pouco tempo, a colheita da cana era feita inteiramente a mão, o que constituía um trabalho lento e laborioso. Não havia mão de obra suficiente para tal trabalho. Os prisioneiros de guerra europeus foram enviados para os campos: trabalhadores vieram do México e das Índias Ocidentais, mas os fazendeiros ainda sofriam com a falta de auxílio suficiente.

Os técnicos começaram, nesse ínterim, a aperfeiçoar um método de segadora mecânica de cana. Essa máquina corta a cana com facilidade e são precisos apenas dois homens para manejá-la.

Em novembro, quando se dará a colheita da cana em Luisiana, metade do trabalho será certamente feito com a ajuda de máquinas.

Carregadores mecânicos, segundo foi revelado recentemente, são capazes de fazer o trabalho de sete homens em transferir a cana para os caminhões até a usina de moagem. Outra máquina a ser usada no outono próximo é uma espécie de guindaste, que facilitará grandemente as operações de transferência da cana cortada para os veículos de transporte.

Pesquisas feitas na cultura da beterraba resultaram em grandes melhoramentos; muitas variedades de sementes foram selecionadas e melhorados os meios aperfeiçoados para reduzir a quantidade de trabalho necessário no plantio e na colheita.

Êsses melhoramentos, forçados pela guerra, indicam que a mecanização da produção de açúcar está já bem adiantada.

"A vantagem precípua da maior parte dos melhoramentos introduzidos com o emprego de máquinas é a redução do custo da produção" — declarou George Dudik, que relatou os melhoramentos verificados na indústria canavieira. — "Se as outras nações, nos anos próximos, mecanizarem a produção açucareira, ao longo das linhas já estabelecidas nos Estados-Unidos, não mais teremos dúvida de que haverá um aumento substancial na produção de açúcar, a baixo custo".

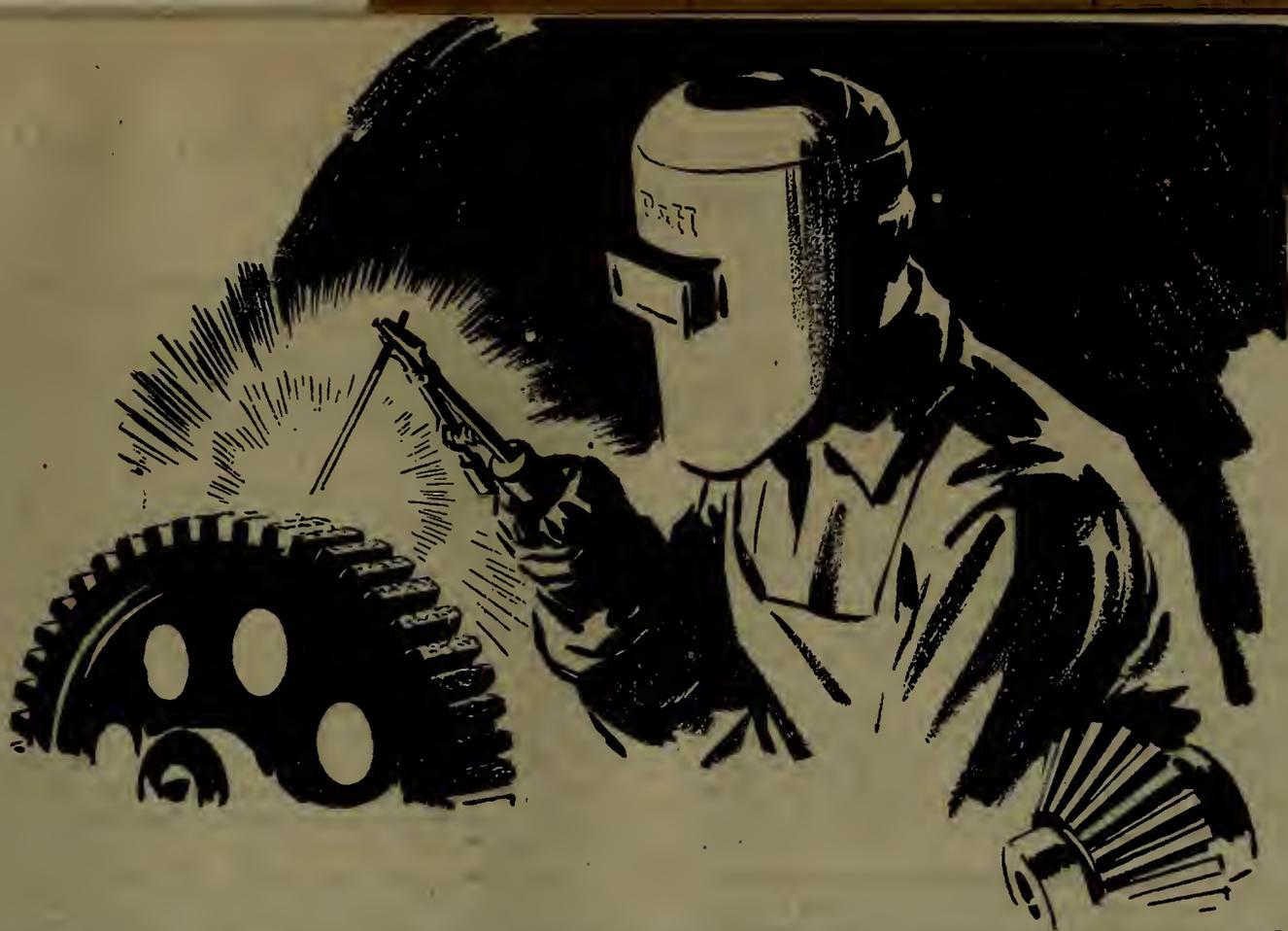
* * *

Os fabricantes ingleses de máquinas estão agora voltando as suas atividades para a produção de equipamentos destinados a atender às necessidades civis. Uma dificuldade, porém, é que ainda existem algumas prioridades, uma das quais favorece a indústria açucareira. O número de agosto findo de "Sugar", que dá essa informação, acrescenta que uma importante firma de Glasgow declarou que, a pedido do governo, está dedicando maior interesse ao fabrico de máquinas para a indústria do açúcar. As firmas produtoras de máquinas para usinas de açúcar, de acordo com uma licença de importação concedida pelo governo, podem agora atender aos pedidos que lhes são dirigidos do Peru, Brasil, Índia, Guatemala e outros países produtores. De conformidade com os acordos firmados entre a Inglaterra e os Estados-Unidos, a indústria britânica de máquinas não pode interferir nos mercados que se abasteciam com os norte-americanos. A indústria de máquinas continua a experimentar certas dificuldades, porquanto a produção de guerra não estava encerrada e também pelo fato de não dispor de trabalhadores especializados, muitos dos quais se encontram engajados nas forças armadas.

"Geografia do açúcar no
Leste do Brasil"

Prof. Afonso Várzea

À venda nas Livrarias



PARA TODOS OS TRABALHOS DE REPARAÇÃO PELA SOLDAGEM AO ARCO

Esta é a forma fácil e econômica de manter máquinas e peças trabalhando por mais tempo. Agora V. S. pode renovar, pela soldagem ao arco, as peças gastas ou quebradas, fazendo com que durem duas ou três vezes mais do que as peças novas.

Os electrodos para soldar P&H asseguram os melhores resultados nesta espécie de serviço. A linha é completa, oferecendo-lhe uma grande variedade de electrodos para sua escolha, em todos os tipos e espécies, para trabalho rápido e fácil de reparação, bem como para a fabricação de novos produtos. Qualquer que seja o seu problema de soldagem, valerá a pena obter do distribuidor local informações completas sobre os electrodos P&H.



MÁQUINAS DE SOLDAR AO ARCO P&H

P&H oferece uma linha completa de máquinas modernas para todas as espécies de soldagem ao arco. O seu desenho simplificado torna-as de manejo mais fácil. Mostramos aqui o modelo P&H WA-200, que tem uma amplitude de regime de soldagem de 30 a 285 ampères.



Escritórios Gerais:

Milwaukee 14, Wisconsin, E. U. A. — End. telegr.: "Harnco"

HARNISCHFEGER

CORPORATION
Electrodos - Motores - Máquinas de Solda - Escavadoras - Guindastes - Guindastes Elétricos

Estabelecida em 1884

UM SERVIÇO COMPLETO DE SOLDA AO ARCO

Máquinas de solda para corrente contínua

Transformadores de solda para corrente alternada

Electrodos

Posicionadores para soldar



B. HORIZONTE - Rua Muriaé, 10
Telefone, 2-6877 - Caixa Postal, 337

P. ALEGRE - Rua Morq. Pombal, 437
Telefone, 2965 - Caixa Postal, 575

CURITIBA - R. Mar. Floriano Peixoto,
1077 - Fone, 1996 - Cax. Postal, 117

DISTRIBUIDORES NO BRASIL:

S.A. WHITE MARTINS

RIO - Rua Beneditinas, 1 a 7 - Tel. 23-1680 e 23-1689 - Caixa, 455
S. PAULO - Rua Flor. de Abreu, 470-472 - Tel. 3-2170 - Caixa, 108-A

RECIFE - Rua Bam Jesus, 220
Telefone, 9436 - Caixa Postal, 89

SALVADOR - R. Nila Peçanha, 125
Telefone, 8243 - Caixa Postal, 571

8ELÉM - Rua Ô de Almeida, 70
Telefone, 2290 - Caixa Postal, 417

A CANA ENTREGUE À USINA DEVE SER BEM DESPONTADA

William E. Cross

Em todos os países onde se cultiva a cana de açúcar tem sido reconhecido, desde os tempos mais remotos, que os gomos da parte superior da cana não são maduros e por conseguinte não são aptos para a fabricação de açúcar. Os químicos que têm a curiosidade de separar e analisar estes gomos, observam que contêm muito pouco açúcar cristalizável em mistura com uma proporção predominante de outras substâncias que se forem introduzidas na fábrica (pela moagem destes gomos imaturos), têm a propriedade de dificultar a obtenção do açúcar da cana e de diminuir os rendimentos.

Em seu Livro "Cultivation of Sugar Cane", o Dr. William C. Stubbs, eminente autoridade no assunto cita que "é bem sabido que a parte superior da cana é completamente imatura e se a mesma é introduzida na fábrica é muito melasagênica".

Estudos exatos demonstraram que se uma usina mói a cana sem que se tire os gomos não maduros, o rendimento fica notavelmente diminuído a tal ponto que se pode chegar a obter rendimentos surpreendentemente baixos por este motivo.

Descobriu-se, também, que em muitos casos a quantidade de açúcar obtido da cana bem despontada é definitivamente maior do que a produzida pela mesma cana mal despontada, apesar do maior peso desta última.

Quando a cana tem sofrido os efeitos da geada, mais diminuída ainda fica a proporção de açúcar que contêm os gomos imaturos e alguns gomos superiores, que antes podiam classificar-se como maduros também sofrem um forte descenso no seu teor em açúcar.

Perante estes fatos, é hábito, em todos os países, na colheita da cana, cortar e descartar estes gomos não maduros e inaptos para a fabricação, em uma operação que se chama "desponte" e se considera que esta operação é tão necessária como a de tirar as folhas, as bainhas e as raízes da cana na "pelada". Em todos os contratos de colheita de cana por empresários e nos de compra da cana para sua industrialização nas fábricas, nos países açucareiros do mundo, se impõe esta obrigação como também na Argentina o Contrato Único especifica que a cana deve ser "bem pelada, limpa e despontada no último gomo maduro." (Laudo Alvear, Art. 60-B, inciso c.) Ainda assim os contratos especificam que quando a cana sofreu a geada "será cortada, além de toda a parte estragada, entregando-se somente a parte sã." (Laudo Alvear, Art. 60-B, inciso d.)

Entretanto, em geral, a cana entregue às usinas, em todos os países, é sempre convenientemente despontada, havendo exceções que têm sido mencionadas por vários autores. Por exemplo, G. L. Spencer, em seu livro "Manual de Fabricantes de Açúcar de Caña y Químicos Azucareros" diz: "De-

vido à escassez de trabalhadores em Cuba, as canas, às vezes, são cortadas com demasiada olhadura, proporcionando-se assim maior ganho para o operário e mais cana para agricultor, porém, diminuindo o ganho do fabricante que obtém menos caldo nas moendas e se vê obrigado a moer as partes mais pobres do colmo". E o Diretor da "Fajardo Sugar Company", de Porto Rico, opina que o agricultor permanece indiferente e descuidado com respeito às modalidades da entrega da cana, não despontando as partes da cana capazes de diminuir o conteúdo de açúcar, quando o preço de compra da cana é fixado na base de seu peso unicamente, com absoluta abstração do rendimento que produz na fabricação.

Outros autores fazem notar que enquanto as canas roxas oferecem facilidade de determinar qual é o último gomo maduro, (pois que os gomos não maduros são de cor verde ou rosa pálido), com a cana de variedades verdes não existe diferença apreciável de cor entre os gomos maduros e os não maduros, razão pela qual o mau desponte se produz mais frequentemente com estas variedades e que também neste caso é mais difícil de descobrir à simples vista.

Em Tucuman, uma boa parte da cana que se tem moído nesta colheita, tem que ser classificada como insuficientemente despontada e, tal como ocorre em outros países este fato tem ocasionado uma apreciável diminuição nos rendimentos de açúcar obtidos. Origina também um atraso no ritmo da colheita no que se refere ao número de hectares colhidos por dia, pois, sendo a capacidade da usina determinada pela quantidade de cana moída diariamente, ao moer a cana sem tirar os gomos não maduros, o número de hectares de cana necessários para a moagem diária é diminuído. Desta forma muitos plantadores não poderão terminar sua colheita até uma data avançada porque, nas zonas atingidas pela geada, pelo menos, uma certa proporção da cana azedará antes de poder ser colhida. Deste modo, o ganho do agricultor ou do cortador ao insistir em entregar a cana mal despontada, se perderá com excessos ao não poder colher toda a cana antes da época de sua decomposição.

E' interessante notar ainda que a cana mal despontada não se conserva depois de cortada tão bem como a cana bem despontada, no caso de existir possibilidade de se produzir demoras entre o corte e a moagem, de irregularidades no transporte, como acontece atualmente em nossa Província, sendo necessário assim que a cana seja sempre bem despontada.

Muitas vezes se produzem discussões sobre se uma remessa de cana está bem despontada ou não. Não obstante, esta questão é fácil de resolver, tirando-se de alguns colmos uns dois ou três gomos e analisando-se o conjunto destes despontes. Se a

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

Em 11 de outubro último, "Tribuna Popular" publica o seguinte telegrama:

"HAVANA, CUBA (Prensa Continental) — Um dos acontecimentos mais importantes, transcendentales mesmo, da realidade cubana, é a recente constituição do Comité Conjunto da Confederação de Trabalhadores de Cuba e do Agrupamento Nacional de Distiladores de Álcool (Industriais), organismo que dirigirá a grande mobilização de todos os setores do país em defesa do carburante nacional, em face da agressão que estão levando a efeito as grandes empresas monopolistas norte-americanas, como a Sinclair e a Standard Oil.

O "Comité Conjunto Pró-Carburante Nacional", integrado por trabalhadores e industriais do álcool cubanos, iniciará imediatamente uma intensa mobilização para obter que se institua o emprê-

go obrigatório do citado combustível, o que redundará na eficiente defesa da indústria que emprega mais de vinte mil operários e um positivo passo no sentido do progresso na economia nacional.

Diante da defesa da economia cubana que agora se inicia, os magnatas das empresas petrolíferas estrangeiras estão mobilizando seus recursos para fazer fracassar os esforços em favor do combustível nacional. Não obstante, todos os setores operários e industriais do país se preparam para travar uma grande batalha a fim de afastar a ameaça das empresas monopolistas estrangeiras que utilizam seus "testas-de-ferro" na oposição ao carburante nacional.

No momento, os trabalhadores e industriais recomendaram o uso obrigatório do carburante nacional até que o Congresso da República legisle sobre esse assunto vital para a economia cubana".

pureza do caldo dos mesmos fôr inferior a 68 %, trata-se de gomos que não devem ser recebidos na fábrica, isto é, que a cana da qual se tirou os referidos gomos estava mal despontada.

Recomendamos a todos os interessados que efetuem esta prova com frequência, com a finalidade de determinar se a cana pelada está devidamente despontada ou não. Nós outros temos feito a prova em aprêço com numerosas amostras êste ano, observando que na maioria dos casos a cana estava mal despontada.

N. da R. — Estação Experimental de Tucuman, Argentina. Circular n. 133, de 4 de agosto de 1945.

"MEMORIA SOBRE O PREÇO DO AÇÚCAR"

D. JOSE' JOAQUIM DA CUNHA
AZEREDO COUTINHO

Introdução de Sérgio Buarque de
Holanda

REEDIÇÃO DO INSTITUTO DO
AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

2.º Vol. da "Serie Histórica"

A S A I R

RECIFE • SERRA GRANDE • MACEIÓ
ALAGOAS

USINA SERRA GRANDE S/A

ASSUCAR

TODOS OS TIPOS

"USGA"

O COMBUSTIVEL NACIONAL

COLÓIDES E ADSORÇÃO *out*

Jaci Botelho

Na fabricação do açúcar, um dos problemas de grande significação é o que se relaciona com a eliminação dos colóides e outras substâncias que impurificam o caldo de cana.

Como sabemos, o caldo de cana encerra, normalmente, grande proporção de impurezas as quais, à medida que o concentramos, vão aumentando relativamente, e que se não forem satisfatoriamente eliminadas, influirão desfavoravelmente na qualidade e rendimento do produto final.

A purificação do caldo de cana compreende duas operações fundamentais que denominamos "defecação" e "filtração".

A primeira consiste na insolubilização e precipitação ou floculação, das impurezas solúveis ou em suspensão coloidal no caldo; a segunda, na separação das impurezas, assim insolubilizadas ou precipitadas, do líquido açucarado.

A defecação é obtida pela adição ao caldo, de um ligeiro excesso de hidróxido de cálcio o qual, favorecido pela ação do calor, neutraliza os ácidos vegetais, precipita a albumina, saponifica os graxos e resinas, decompõe as amidas, aglutina as gomas e pectinas, e, ulteriormente, pela ação do gás sulfuroso (SO_2), o qual neutraliza o excesso de alcalinidade, forma sais insolúveis com os sais de cálcio solúveis e decompõe alguns princípios corantes etc.

E' condição ideal para os fabricantes de açúcar a eliminação, tão completa quanto possível, de tais substâncias a fim de obter produto de alta pureza.

Os clássicos e tradicionais processos de purificação, ainda que grandemente auxiliados pelos modernos meios mecânicos, oferecem um limite de purificação, infelizmente não plenamente satisfatório, o que se explica pelo fato de tais impurezas ocorrerem em proporções e naturezas diversas, segundo a variedade de cana e mesmo dentro de uma variedade, e aqui, em função do solo de origem.

Aquêles processos, compreendem ações mecânicas, físicas e químicas, pois se passam sobre colóides e cuja separação se prende a fenômenos de adsorção os quais nos dão ensejo às seguintes considerações gerais:

COLÓIDES

Como define Graham, são substâncias pouco difusíveis tendo o aspecto de cola ou gelatina e que não cristalizam, em oposição às cristalizáveis ou cristalóides.

Entretanto, como sabemos, os colóides não são propriamente substâncias e sim estado físico suscetível de ser apresentado por variadas substâncias.

Caracterizam-se as soluções coloidais pelo seu estado físico que é heterogêneo em contraposição às verdadeiras soluções e em que, por meios diversos se pode constatar a presença de superfícies de

separação entre o corpo dissolvido e o dissolvente.

A possibilidade da constatação destas superfícies de separação, constituindo a heterogeneidade da solução coloidal, caracteriza sua propriedade fundamental. A substância subdividida, constitui a fase dispersa dentro do meio dispersivo ou fase contínua. Esta dispersão proporciona grande aumento de superfície, o que determina muitas das propriedades dos colóides.

A magnitude de divisibilidade é peculiar a cada substância e subordinada à sua constituição química, e, desta forma, pode-se determinar, aproximadamente, o limite para a constituição do estado coloidal. Entretanto, não há caracterização perfeita entre soluções coloidais e soluções com dispersão molecular, assim como, entre aquelas e as suspensões grosseiras ou emulsões.

Freqüentemente delimitam-se as partículas coloidais tomando-se como referência mínima, para estas, a dimensão proporcionada à visão pelo microscópio ordinário.

Esta dimensão, podemos considerar como a correspondente ao diâmetro de cerca de 0,1 μ ($0,1 \mu = 1$ micron ou 1 décimo de milésimo de milímetro) a que chamamos microns.

As partículas abaixo destas dimensões formam as que se apresentam no estado coloidal, são visíveis ao ultramicroscópio e por isso denominadas ultramicrons, medem cerca de 0,001 μ ($0,001 \mu = 1$ milésimo de micron ou 1 milimicron) como limite inferior.

Assim se chega às dimensões moleculares comuns, conquanto existam moléculas de substâncias orgânicas bastante maiores, para as quais a dispersão molecular entra já nas raiais das características coloidais.

As partículas inferiores a 0,1 μ são denominadas amicrons e invisíveis ao ultramicroscópio. Esta dimensão é a que corresponde à dimensão da molécula da água a qual equivale a uma unidade Angstrom (\AA) ou seja, a unidade de comprimento de onda ($1 \text{ Angstrom} = 10^{-8} \text{ cm}$ ou 1×10^{-8}).

Ressalvando o caráter não absoluto destas delimitações, podemos considerar o estado coloidal como correspondente ao grau de dispersão que se encontra na zona dos ultramicrons.

As substâncias em estado coloidal ou seja dispersas em meio de estado físico diferente, apresentam importantes fenômenos elétricos. E' assim que, cada partícula da substância dispersa adquire uma carga elétrica e de sinal contrário em relação à fase líquida ou contínua, e cuja diferença de potencial se chama potencial eletrocinético.

Segundo a concepção de Pauli (Kliu. Woch. 1924 n. 1), cada colóide é constituído de partículas neutras e de uma porção ionógena e que os ions desta porção se dispõem ao redor das partículas neutras, agrupando-se os ions de um mesmo sinal para comunicar-lhes sua própria carga, ao passo que os de sinal contrário permanecem na fase li-

quida ou contínua em redor do complexo precedente.

Desta forma, considera a porção ionógena como um produto da hidrólise da substância em estado coloidal, qual rodeiam os ions positivos, as partículas que adquirem carga positiva, ao passo que os negativos constituem a camada neutralizante perimicelar.

Segundo a carga de suas partículas os colóides se classificam em eletropositivos e eletronegativos os quais se reconhecem pelo sentido da conversão ou cataforesis, no campo elétrico.

A presença de eletrólitos nas soluções coloidais podem operar profundas modificações nas partículas daquelas, as quais podem alterar a sua carga elétrica, floculando-as.

Esta floculação obedece à lei elétrica das cargas opostas e neste caso constitui a regra de Hardy a qual diz — cada colóide é precipitado ou floculado pelo ion de carga oposta.

A maior ou menor carga elétrica do ion atrai mais ou menos enérgicamente e está subordinada à sua valência. Esta propriedade constitui a notável lei ou regra de Schultz: a ação precipitante é proporcional à valência.

A atividade iônica, neste caso, consiste na cessão de suas cargas elétricas às partículas dispersas com a conseqüente anulação da carga de sinal contrário, cargas estas que contribuem para mantê-las em suspensão e distintas entre si.

Os ions oferecem características particulares com relação à avidéz com que subtraem as partículas ao meio dispersivo e esta atuação, mais ou menos enérgica, está subordinada à ordem dos termos de uma série progressiva a qual constitui uma das chamadas séries liótropas ou séries de Hofmeister.

Apesar da extrema pequenez das partículas coloidais, estas, em relação as moléculas simples, constituem, às vêzes colossais edifícios atômicos. E, conforme se tem comprovado, o pêso molecular chega a atingir números consideráveis. Uma das modalidades de sua determinação é o método de Lecomte du Nouy, o qual se funda na medida da tensão superficial estática, número de Avogadro e processo especial de análise. De Caro encontrou o número $3,2 \times 10^4$ para determinada proteína.

Svedberg, usando o método de ultracentrifugação, de sua autoria, encontrou o número 34.500, o qual é considerado o pêso molecular médio da proteína mais simples e confirmado por muitos autores.

Ponto iso-elétrico: — Relativamente à constituição química dos colóides, examinemos o que concerne aos aminoácidos: Estes compostos são caracterizados pela existência, em sua molécula, de dois agrupamentos atômicos de caráter ácido e alcalino, com diferentes índices de dissociação. Manifestam caráter ácido ou alcalino segundo o ambiente seja ácido ou alcalino, funcionando no primeiro caso como cation e no segundo como anion.

O limite de equilíbrio da dissociação com saturação recíproca de suas cargas negativas e positivas é chamado ponto iso-elétrico.

Este ponto de saturação depende do caráter

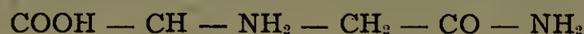
ácido ou básico predominante nelas e constitui uma característica fundamental de tôdas as proteínas.

Pela adição de ácidos ou de bases, até atingir aquêlo ponto, a proteína flocula, perdendo sua propriedade dispersiva, adquirindo o mínimo de viscosidade e o máximo de instabilidade.

E' evidente, pois, que o ponto iso-elétrico se refere, em última análise, à capacidade dissociativa dos diferentes agrupamentos atômicos obtidos pela interferência da mistura de sais ou de proteínas dissolvidas.

O processo aplicado por Soerensen, chamado processo direto, na determinação do ponto iso-elétrico, consiste na junção de sais tampões ou mistura de sais e solução de proteínas, até o ponto em que não haja modificação sensível do pH preexistente na mistura, e êste é o ponto iso-elétrico da proteína.

Os agrupamentos característicos e fundamentais das proteínas são a carboxila e a amina, como vemos no amido do ácido aspártico, para citar uma das proteínas do caldo de cana, e que é também muito abundante no reino vegetal. Sua fórmula é a seguinte:



e também o ácido aspártico ou aminosucínico que encerra na fórmula dois agrupamentos carboxílicos contra um amínico e neste caso predomina o caráter ácido, como vemos:



Relativamente às gomas e pectinas, também originárias do reino vegetal, representam verdadeiros hidratos de carbono e constituem as substâncias que cimentam as células. Por hidrólise se decompõem em pentoses, galatose, ácido galaturônico e que segundo os trabalhos de Erlich e de Norman devem ser consideradas como polímeros do ácido urônico. A suscetibilidade de se incharem em presença da água é devida à existência dos grupos hidrófilos COOH e OH. Além da existência, em sua fórmula, de um éster do ácido fosfórico, encerra, como composição mineral, sais de cálcio, potássio e de magnésio.

Determina-se o ponto iso-elétrico destas substâncias pelo mesmo processo usado no caso das proteínas.

A adição de electrólitos de carga oposta, acarreta a floculação dos coloides, os quais podem ser adsorvidos pelos adsorventes apropriados. Propriedade esta que apreciaremos sob o título de

ADSORÇÃO

Como sabemos, em sua forma mais simples a adsorção é um fenômeno físico em que entra em jôgo a energia de superfície.

Uma das características das soluções, tanto no estado iônico, molecular ou coloidal, é a faculdade de adquirirem concentração imperfeitamente uniforme em tôda a sua massa líquida, havendo maior concentração nas camadas que separam o líquido, de outros corpos de estado físico diferente (fases), como acontece na camada superficial em

contato com os gases ou com o ar, dos líquidos com superfície livre, ou nas camadas que tocam as paredes do recipiente.

Segundo o teorema de Gibbs, as substâncias que, ao serem dissolvidas, diminuem a tensão superficial do dissolvente, tendem a concentrar-se precisamente nas superfícies limitantes, ao passo que as que elevam esta tensão apresentam um mínimo de concentração em suas superfícies limitantes.

O fenômeno da adsorção apresenta as seguintes características:

Reversibilidade: — É a faculdade pela qual se estabelece um verdadeiro equilíbrio entre a quantidade adsorvida e a quantidade de substância ainda livre. (Se se põe em contato com água, o carvão que tenha adsorvido uma substância corante, o carvão volta a cedê-la, até um limite onde haja equilíbrio de concentração nas duas fases).

Capacidade adsortiva: — A adsorção se diferencia das reações químicas comuns por não seguir a lei das proporções definidas, tendo características próprias e uma destas é que, com o aumento progressivo da concentração do adsorvido, não aumenta em proporção igual a quantidade adsorvida. Verifica-se que se adsorve mais, relativamente, em concentrações menores do que nas mais elevadas. A adsorção verificada em duas soluções distintas e uma delas sendo duplamente concentrada, a adsorção nesta última não é o dobro e sim, menos, isto é, correspondente a uma quantidade multiplicada, não por 2, mas por uma certa raiz de 2.

O desenvolvimento matemático da teoria da adsorção deve-se a Freundlich e cuja fórmula é assim representada:

$$\frac{x}{m} = a \cdot C^{1/n},$$

na qual:

x é a quantidade de material adsorvido pela superfície m e portanto extraído de C representando a concentração final;

a e n são duas constantes, variáveis para cada adsorvente e adsorvido;

a temperatura se supõe constante, denominando-se por isso, aquela fórmula, a isoterma da adsorção: o valor de n está compreendido, geralmente entre 2 e 10, pelo qual $1/n$ oscila entre 0,5 e 0,1.

Rapidez de reação: — Para alcançar o estado de equilíbrio ou seja para que o adsorvente fixe o máximo da quantidade que pode admitir de solução de substância adsorvida, requer certo espaço de tempo, geralmente mínimo (cerca de meia a uma hora basta).

Coefficiente térmico negativo: — A proporcionalidade entre a temperatura e a intensidade do processo de adsorção é negativa (a adsorção se vai fazendo cada vez menor ao se aumentar a temperatura).

Especialidade: — É o caso em que há certa

eletividade para determinados colóides, pela qual há fixação de certas substâncias e fixação menor ou, mesmo, nula de outras.

*
* *
*

Entretanto, devemos acentuar que, segundo muitos autores a adsorção não é puramente um processo físico, porém intervém nêle forças químicas (valências acessórias ou residuais) facultando a admissão de hipóteses de combinações moleculares ou orientações particulares da matéria adsorvida.

Umás vêzes se fala de adsorção química na qual se subentende eletividade química entre adsorvido e adsorvente.

Por outro lado, refere-se a **adsorção específica** quando se observa afinidades especiais, e, no caso das adsorções eletivas, muitas vêzes entram em jôgo afinidades químicas verdadeiras e próprias e outras vêzes intervêm forças elétricas.

Do exposto, conclui-se que muitos dos processos de adsorção são declaradamente eletivos e pode-se aplicar a êles, de uma maneira peculiar, a explicação que se admite atualmente: Que um fenômeno de pura adsorção mecânica é procedido de uma **consolidação secundária**. Pauli, resumindo conceitos, diz que, a adsorção é sempre devida a reações químicas entre adsorvente e adsorvido. (No caso do carvão vegetal que adsorve certas substâncias, deparamo-nos com a formação de compostos insolúveis e de produtos de oxidação incompleta da celulose, os quais se encontram na superfície das partículas do carvão).

Rememorando estas considerações, visamos simplesmente atualizar certos conceitos sôbre êste assunto o qual, tão fértil na diversidade de seu aspecto quanto atraente em sua significação e que, de forma assaz exuberante, se manifesta na indústria açucareira.

"Os Holandeses no Brasil"

Jan Andries Moerbeek — Motivos porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.º Fr. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues.

À venda nas Livrarias Cr\$ 5.00

NOTAS À LITERATURA BRASILEIRA SÔBRE O AÇÚCAR NO SÉCULO XIX

José Honório Rodrigues

I

Dos fins do século XVIII para o século XIX pouco há que distinguir. O mesmo espírito renovador que se injetara na alma nacional não sofrera solução de continuidade. Pelo contrario, as alterações políticas por que passa o Brasil com a transmigração da família real espertam os sentidos e animam as resoluções mais ousadas. Naturalmente sujeito à acção do mercado internacional, veremos que logo no início do século certas zonas sofrem abalos graves. Mas a partir da transferência da Côrte, a recuperação dos senhores endividados e dos engenhos decaídos é rápida. A crise não fôra longa. (1).

Os autores econômicos do fim do século dezoito continuam neste a esclarecer os lavradores e agricultores brasileiros. Os administradores de espírito mais audacioso, como Rodrigo de Sousa Coutinho, continuam também a estimular a reforma agrícola. Os meios de produção começam a ser inteiramente renovados.

Assim como a literatura econômica sugerida pelos adiantamentos dos países mais progressistas favorece a reforma dos meios de produção brasileira, assim também estes vão influir na literatura deste século, tornando-a muito mais do que a do século dezoito uma literatura reformista.

A tentativa de recuperação econômica influi no aparecimento de novos trabalhos de correção e introdução de novos processos que impeçam a derrota do açúcar. Não é senão uma literatura quase sem letras, pobre e minguada, na forma de que se veste, mas rica de sugestões, rica de estímulos, rica no tentar prevenir e acautelar os danos e opressões que o açúcar vinha padecendo.

Embora não tivéssemos conseguido vencer senão durante poucos anos a concorrência estrangeira e, assim, impedido de todo a decadência que desde fins do século XVII

(1) L. F. Tollenare, *Notas dominicaes*, Rev. do Inst. Arqueológico e Geográfico Pernambucano, n. 61, 1904, p. 399.

ameaçava a nossa estrutura econômica, conseguíamos, pelo ensino e por algumas boas medidas administrativas, renovar os processos e preparar o terreno para uma melhor competência no mercado mundial.

As medidas administrativas continuam neste século a mesma política econômica de amparo à agricultura. Assim, em 15 de março de 1800, no Edital acerca da avaria do açúcar (2) procuravam-se fixar as responsabilidades sobre as faltas e avarias achadas nos gêneros importados por mar nas Alfândegas do Reino, com o fim de evitar que diversificasse o açúcar na qualidade e quantidade. O objetivo claro desse edital era o de obrigar os fabricantes e negociantes a apresentar um tipo uniforme, universalmente aceito, e impedir os velhos processos portugueses de ganhar à custa de diferenças nos pesos declarados.

A melhoria do preço observada nos fins do século dezoito fizera multiplicar o número de engenhos. Numa economia instável como a nossa, a corrida ao açúcar poderia provocar prejuízos de conseqüências incalculáveis, caso não obstasse o governo a proliferação de novas fábricas.

Já num documento paulista de 27 de junho de 1801, se mostra que em Pôrto Feliz a elevação do preço animou os Senhores de Engenho a aumentarem suas fábricas, ou a erigirem novas, quando, "repentinamente, pela falta de comércio, ocasionada pela guerra, (3) deu este gênero em notável baixa, apanhando a uma grande parte de fabricantes de açúcar empenhados. "Os credores que só olham para a sua conveniência, flagelam os devedores com ruína notável das fabricas, padecendo muito esta nova vila de Porto Feliz (4), que principiava a florescer na cultu-

(2) Antônio Delgado da Silva, *Legislação portuguesa*, 1791-1801, Tipogr. Maigrense, 1828, p. 612.

(3) O documento se refere à guerra de Napoleão (1807-1814), sofrendo o comércio com o bloqueio continental.

(4) Como vila fôra instalada em 1797, embora datasse, como freguesia, de 1728.

ra desta estimável planta, única que pode facilitar aos fieis vassallos de Vossa Alteza Real nestes sertões, pela grande analogia da terra para a produção deste vegetal" (5). Pedia então a Câmara que o privilégio concedido por portaria de 26 de abril de 1760 aos Senhores de Engenho do Rio de Janeiro — de não poderem ser executados — fôsse estendido aos moradores de São Paulo.

O govêrno não estava realmente interessado em favorecer os que se tinham seduzido pela melhoria passageira do preço do açúcar. Estava, isso sim, realmente preocupado em evitar a multiplicação ocasionada pelo preço elevado. Pelo Alvará de 13 de maio de 1802, (6) reconhecia os danos e prejuízos que resultavam ao Estado da ilimitada liberdade dos Senhores de Engenho de construir novas fábricas, não obstante a Provisão de 3 de novembro de 1681 haver disposto em uma légua a distância que deveria separar um de outro.

Esse Alvará tentando obstar a clandestina e prejudicial multiplicação de engenhos determinava que da data de sua publicação em diante não se instalasse engenho novo, sem preceder a licença do Governador da Capitania, em cujo distrito se quisesse construí-lo. Estabelecia ainda que o Governador não a concederia sem ouvir os confinantes, e sem prévias informações e exames, que qualificassem o direito de cada um daqueles que a pedisse.

A emulação e o espírito de aventura, estimulados pela situação momentaneamente favorável, levaram muitos à empresa açucareira. Vimos, pela Representação dos Senhores de Engenho, que já em 1801 a conjuntura açucareira era tão desfavorável que as novas zonas de produção se viam na contingência de pedir ao govêrno a concessão do privilégio de não execução de penhoras. Os apelos foram tantos, que decidiu o govêrno proibir o aparecimento de novos engenhos e novas áreas de fabricação.

Atendido esse aspecto é que se decidiu a Metrópole a favorecer aos já empenhados. Não fôra somente a vila de Pôrto Feliz que representara ao Govêrno, mas também as de

(5) Representação da Camara de Porto Feliz, sobre as execuções nos engenhos de assucar. **Documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo**, vol. 44, 1915, p. 253-255, ou **Revista do Instituto Historico de S. Paulo**, vol. V.

(6) Antônio Delgado da Silva, ob. cit., 1791-1801, 1828, p. 73-74.

Sorocaba, São Carlos e Parnaíba, suplicando a graça do privilégio concedido, em 1760, ao Rio de Janeiro, de não execução dos engenhos, sendo os credores obrigados a pagar-se pelos rendimentos.

O Alvará acêrca das execuções nos engenhos de açúcar data de 6 de julho de 1807, (7) cinco anos após a medida que impedira a multiplicação dos engenhos. Como nas velhas zonas açucareiras desde havia muito se providenciara sôbre as dívidas impedindo a execução da penhora, agora era necessário atender somente às novas regiões produtoras de São Paulo. O govêrno, neste Alvará, decidira estabelecer certas restrições, a fim de evitar abusos freqüentes. Entre os perniciosos efeitos da má fé e detestável astúcia dos devedores, deliberados em fraudar os capitalistas, capitula-se o de procurarem constituir-se devedores de muitos e diferentes credores, com o fim de ser considerada separadamente a quantia de cada uma das dívidas e não chegar a mesma a exceder a metade do valor do seu engenho.

A lei anterior impedia a arrematação da propriedade, desde que não excedesse a dívida mais da metade do valor do engenho. Impedia, também, que o exequente juntasse várias dívidas de outros credores, a fim de exceder a metade do valor do engenho. Tornava agora a nova lei, para efeito de execução, as obrigações conjuntas. Desde que um credor mostrasse que o devedor tinha mais dívidas e que somadas estas excediam a metade do valor do engenho, podia arrematá-lo e de seu produto pagar os outros credores. Para beneficiar os devedores de boa fé, permitia-lhes também oferecer à venda alguma propriedade rústica ou urbana, cujo justo valor excedesse a metade da dívida.

A situação açucareira na capitania de São Paulo, ainda assim, não era satisfatória. Além daquele apêlo já citado, dirigira-se a Câmara de Pôrto Feliz, em 2 de abril de 1803, ao Rei, a fim de protestar contra a imposição de 40 réis em cada arroba de açúcar. O impôsto fôra lançado pelo Governador Antônio Manuel de Melo Castro Mendonça, com a denominação de contribuição literária. Pedia a Câmara que se isentasse o açúcar de tal taxa, subsistindo a mesma apenas para os outros

(7) Antônio Delgado da Silva, ob. cit., p. 445. Nos **Documentos interessantes**, v. 44, 1915, p. 247-248, publica-se o Alvará de 21 de janeiro de 1809 sôbre a mesma matéria.

gêneros cuja cultura não fôsse dispendiosa. Achou o Conselho Ultramarino que se devia fazer cessar tal tributo, "por ser evidentemente contrário ao progresso da cultura daquele gênero, em um país que dificultosamente pode fazer chegar os seus efeitos aos mercados das terras aonde hão de ser consumidos, em termos de suportar a concorrência com o de outros muitos que, para apresentá-los nos mesmos mercados, não são obrigados a tantas despesas de transporte".

Em 17 de outubro de 1807, atendia o Rei ao apêlo tão necessitado. (8).

A legislação portuguesa reflete a instabilidade da nossa economia. Várias medidas administrativas procuram corrigir, alguns anos depois, os erros provocados por normas anteriores.

Com a transmigração operam-se mudanças na legislação econômica. Em 1.º de abril de 1808 revoga-se a proibição anterior da instalação no Brasil de qualquer gênero de manufatura. Pelo Alvará de 12 de outubro de 1808 cria-se o Banco do Brasil, com um capital de 1200 contos. (9) Não se podem negar as vantagens de tais medidas. Promovia-se a riqueza nacional pela liberdade industrial e pela formação de um instituto de crédito. O passo era enorme. No século dezoito, por iniciativa de Rodrigo de Sousa Coutinho, tornou-se o próprio Governo um instituto de crédito: emprestava, descontava letras, emitia bilhetes ou títulos. Naturalmente, não poderia ser livre e circular facilmente um crédito identificado com o próprio governo. Os abusos e falcatruas seriam prejudiciais ao próprio giro comercial. Quantas vezes a concessão ou negação de crédito não estaria sujeita às amizades e favores do credor? Já agora era uma instituição bancária, modelada segundo o sistema universal.

Outras medidas favoreciam o comércio deste século. (10) Em 3 de fevereiro de 1810, reconhecendo-se que o comércio marítimo foi sempre o que mais concorreu para firmar a riqueza do Reino, e o que melhor promo-

(8) Arquivo do Conselho Ultramarino. Consultas das capitâneas de Minas e São Paulo, Goiás e Mato Grosso (1754-1807). Manuscrito do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro. vol. 35, p. 564-566.

(9) Antônio Delgado da Silva, ob. cit., p. 484-485 e p. 619.

(10) Sobre a legislação dessa época, vide Sociedade Nacional de Agricultura, Legislação agrícola do Brasil, 1808-1889. Rio de Janeiro, 1910-1911, 3 vols.

veu o aumento da agricultura, decidiu-se criar a Mesa do Despacho Marítimo, com a finalidade de abreviar o despacho e aliviar as despesas. (11) Em 1815 era elevado o Estado do Brasil à dignidade de Reino. (12) Estava prestes a independência política. A dependência econômica e social continuaria, não em relação a Portugal, mas em relação à Inglaterra.

NOVA BIBLIOGRAFIA SÔBRE O AÇÚCAR NO SÉCULO XIX

I

- 1) Representação da Camara de Porto-Feliz sobre as execuções nos engenhos de as-sucar. (Datada de 27 de junho de 1801). **Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo**, v. 44, p. 253-255).
- 2) Instruções para a cobrança dos impostos de exportação na villa de Santos. (1801) **Documentos interessantes...**, v. 44, p. 289-294.
- 3) Memoria apresentada ao Governador de S. Paulo Antonio José da Franca e Horta pelo seu antecessor Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, a 28 de dezembro de 1802. **Documentos interessantes...**, v. 44, p. 129-157.
- 4) Memoria sobre a Comarca de Ilheos, por Balthazar da Silva Lisboa (1802). **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v. XXXVII, doc. n. 24.003 (Anexo ao n. 24.002)
- 5) Requerimentos (5) de José Maria dos Santos Lopes, negociante matriculado e estabelecido na cidade da Bahia, nos quaes pede licença para edificar fóra da mesma cidade, à sua custa, com previa aprovação medica, uma casa para deposito de escravos, com a obrigação de pagarem os donos delles 600 rs. de entrada por cada cabeça, com o privilegio exclusivo de se não venderem, nem desembarcarem noutra sitio, sob pena de os

(11) Antônio Delgado da Silva, ob. cit., p. 817.

(12) *ibid.*, 16 de dezembro de 1815, p. 378.

- perderem e de serem confiscados a favor da Real Fazenda. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. XXXVII, docs. ns. 28.366-28.370 (1802-1805).
- 6) Provisão da Real Junta de Comercio, pela qual se fez mercê a **José Maria dos Santos Lopes** do privilegio exclusivo, durante dez annos, em todos os portos do Brasil, dos engenhos que inventara para a moagem dos açucares. Lisboa, 4 de agosto de 1802. **Copia. Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, doc. n. 28.371. (Anexo ao n. 28.370).
- 7) Aguarelas a tinta da China, que representam os modelos dos Engenhos para moer canas de açúcar, que inventara **José Maria dos Santos Lopes**. **Anais da Bib. Nac.**, vol. XXXVII, docs. ns. 28.374-28.375. (Anexos ao n. 28.370).
- 8) Officios (2) do Governador Francisco da Cunha Menezes e do Escrivão da Junta da Administração da Real Fazenda, Mathias José Ferreira Abreu, nos quais dão os seus pareceres sobre os alvitres dos açucares na Camara de Sergipe de Elrei. Bahia, 30 de junho de 1803). **Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, docs. ns. 25.194-25.195.
- 9) Cartas (6) de José Borges da Cunha, Procurador Geral dos Dizimos dos açucares, na Comarca de Sergipe de Elrei, relativas à cobrança dos mesmos dizimos. **Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, docs. ns. 25.196-25.201. (Anexos ao n. 25.194).
- 10) Minuta das utilidades que a Fazenda Real auferiria com a cobrança dos Dizimos dos açucares nos trapiches, a dinheiro. **Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, doc. n. 25.202. (Anexo ao n. 25.194).
- 11) Mapa da exportação dos produtos da Capitania da Bahia para os portos de Portugal, Costa da Mina, Angola e Benguela, Rio Grande do Sul e Gôa, no anno de 1803. **Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, doc. 25.772. (Anexo ao n. 25.769).
- 12) Memorias da Fazenda de Santa Cruz Seu estabelecimento e economia primitiva; seus sucessos mais notaveis, continuados do tempo da extinção dos jesuitas, seus fundamentos, antes até ao anno de 1804. **Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.**, v. V, p. 143 e segs.
- (Reproduzido em: Capitania do Rio de Janeiro, Correspondencia de varias autoridades e avulsos. t. 65, p.s. 301-322).
- 13) Mapa da exportação dos produtos da Capitania da Bahia, para Portugal e outros portos em 1804. **Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, doc. n. 27.093. (Anexo ao n. 27.091).
- 14) LINDLEY, Thomas — Narrative of a Voyage to Brazil. Terminating in the seizure of a British vessel, and the imprisonment of the author and the ship's crew, by the Portuguese, with general sketches of the country... London, 1805.
- 15) Representação da Mesa da Inspeção dos tabacos e açucares da Capitania da Bahia, na qual, relatando os seus serviços, pede para ser ouvida sobre todas as reclamações das camaras, dos magistrados ou partes, e que fossem expedidas ordens aos ouvidores e camaras para darem conhecimento à mesma Mesa de todas as posturas que se estabelecessem. Bahia, 12 de junho de 1807. **Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, doc. n. 29.960.
- 16) Cópia do § 15 do capitulo 3.º do Regimento da Mesa da Inspeção, em que se estabelece a privativa e exclusiva jurisdição dos inspetores para a pesagem, exame e verificação dos tabacos e açucares. **Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, doc. n. 29.964 (Anexo ao n. 29.960). (1807).
- 17) Cópia do § 21 do Alvará de 15 de julho de 1775, pelo qual se determinou que a Mesa da Inspeção elegeisse em agosto de cada anno os dois inspetores dos tabacos e açucares, para obviar aos inconvenientes de serem eleitos pelos officiais do Senado da Camara da Bahia, como preceituava o regimento da mesma Mesa. **Anais da Bib. Nac.**, v. XXXVII, n. 29.965 (Anexo ao n. 29.960).
- 18) Alvará relativo à exceção nos engenhos

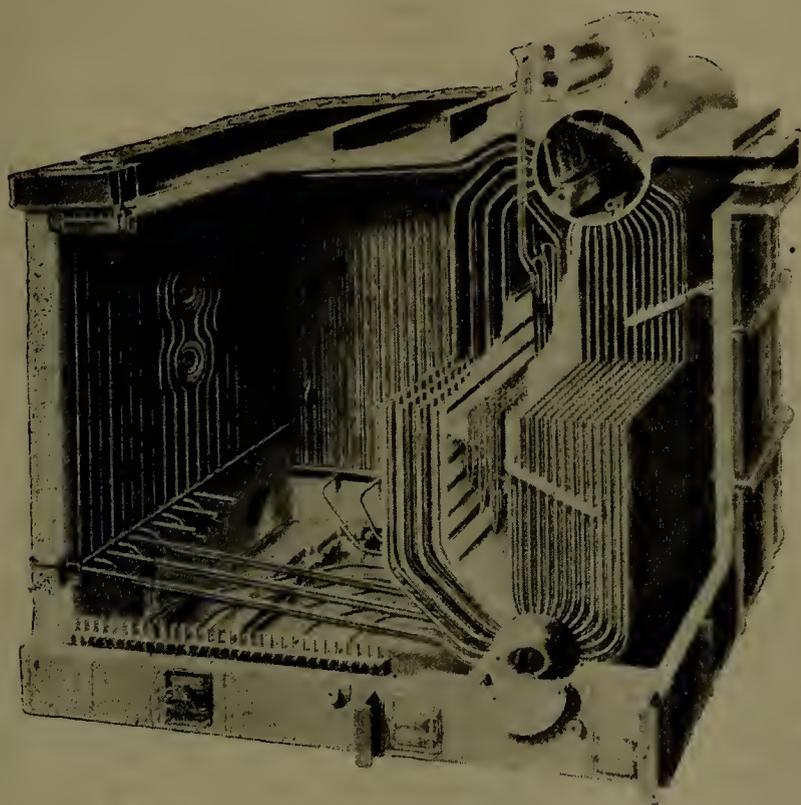
- de açúcar do Brasil. (21 de janeiro de 1809). *Documentos interessantes...*, v. 44, ps. 247-249.
- 19) *Correio Braziliense ou Armazem Literario*. Londres, Impresso por W. Lewis, Paternoster Row, 1808-1822.
- 20) *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, & do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1813.
- 21) Informação sobre a Capitania do Maranhão dada em 1813 ao Chanceller Antonio Rodrigues Velloso por Bernardo José da Gama. Vienna d'Austria, Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1872, 28 ps.
- 22) BARATA, Manuel — A antiga produção e exportação do Pará. Estudo historico-economico. Prefacio do Snr. Dr. Vieira Fazenda. Belém-Pará, Typ. da Livraria Gillet de Torre & Comp., 1915. V. 47 p. ns. 1-3.
- 23) TOLLENARE — Notas dominicaes tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco. Traduzida do manuscrito francez inedito por Alfredo de Carvalho. Com um prefacio de Manuel de Oliveira Lima. Separata da Rev. do Inst. Arch. e Geog. Pern., vol. XI, ns. 61 e 62, ps. 341-558.
- 24) GAYOSO, Jozé de Sousa — Compendio historico-politico dos principios da lavoura do Maranhão. Suas producções e progressos, que tem tido até ao presente, entraves que a vão deteriorando; e meios que tem lembrado para desvanecerem em aumento da mesma lavoura e sem prejuizo do real patrimonio... Pariz, Na Officina de P. N. Rougeron, 1818. xxxiv, 337 p.
- 25) SILVA, José Carneiro da (Visconde de Araruama) — Nova edição da Memoria topographica e historica sobre os Campos dos Goytacazes. Com uma noticia breve de suas producções e commercio. Rio de Janeiro, Na Impressão Regia, 1819. 76 p.
- 26) An account of the Abipones, An equestrian people of Paraguay. From the latin of Martin Dobrizhoffer. Eighteen years a missionary in that country. London, John Murray, 1822. 3 vols.
- 27) LAGO, Antonio Bernardim Pereira do — *Estatistica historica-geographica da Provincia do Maranhão...* Lisboa, Na Typ. da Academia Real das Sciencias, 1822. 90 p.
- 28) MATTOS, José da Cunha — *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Provincias de Minas Geraes e Goiaz, seguido de huma descripção chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta Provincia ás de Matto Grosso e São Paulo...* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1836. XIX, 265 p.
- 29) MATTOS, Raimundo José da Cunha — *Relatorio recitado em a sessão publica da Assembleia Geral da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional do Rio de Janeiro, em o dia 6 de Agosto de 1837...* Rio de Janeiro, Na Typ. Nacional, 1837. 20 p.
- 30) STURZ, J. J. — A review, financial, statistical, and commercial, of the Empire of Brazil, and its resources, together with a suggestion of the expediency and mode of admitting Brazilian and other foreign sugars into Great Britain, for refining and exportation. London (**Printed by Levey, Robson and Franklyn**) 1837. VIII, 152 p.
- 31) *Ensaio d'um quadro estatistico da Provincia de S. Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e de 10 de março de 1837. S. Paulo, Na Typographia de Costa Silveira, 1838. IV, 86 p.
- 32) BIVAR, Diogo Soares da Silva de — *Appendice á Chronica do anno de 1842*. Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., t. V, p. 385 e segs.

Sociedade Termotécnica Mellor Goodwin Ltda.

REPRESENTANTES DA

Combustion Engineering Company, Inc.

NEW YORK — E. U. A



ECONOMIZE
COMBUSTIVEL

MEDIANTE

NOSSOS EQUIPAMENTOS

PARA A QUEIMA
RACIONAL DE

LENHA,
CARVÕES NACIONAIS,
RESÍDUOS VEGETAIS
BAGAÇO, ETC.

Caldeira C.E. tipo VU, de dois tambores, com supraaquecedor e câmara de combustão revestida de tubos de água
(Retificado por ter sido publicado com incorreção).

ECONOMIZADORES, PRAQUECEDORES DE AR, CALDEIRAS DE TODOS OS TIPOS — EQUIPAMENTOS COMPLETOS DE PRODUÇÃO DE VAPOR

MONTAGEM — PROJETOS — CONSULTAS

Escritório Central: Rio — RUA BUENOS AIRES, N.º 100 - 6.º andar

TELS. 43 - 2199 e 43 - 9249

Filial de São Paulo:—RUA 7 DE ABRIL, N.º 34 - 6.º andar - Salas 603/604

TEL. 4 - 1467

O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

Basilio de Magalhães

XI

AS "GEÓRGICAS BRASILEIRAS"

Tomou-se de amores a Academia Brasileira de Letras pelos discípulos de Santo Inácio de Loiola que prestaram serviços à nossa pátria, e o maior número das suas ainda poucas publicações é constituído de obras jesuíticas. A tódas elas, sem dúvida, foi bem aplicada a benfezeja pecúnia do livreiro Francisco Alves.

Embora as "Geórgicas Brasileiras", escritas em latim e de lavra inaciana, hajam aparecido originalmente em fins do século XVIII, o que mais nelas nos interessa é obra talvez do século XVII ou do alvorecer da centúria seguinte. Vamos comentá-las rapidamente aqui, não só por encerrarem elas o primeiro poemeto de um patrício nosso inspirado pela *saccharum officinarum*, como pelas observações que encerram sobre a origem da nossa indústria canavieira. •

A *editio-princeps* teve o frontispício seguinte: *Josephi Rodrigues de Mello lusitani portuensis DE RUSTICIS BRASILIAE REBUS libri IV. Accedit Prudentii Amaralii brasiliensis DE SACCHARI OPIFICIO CARMEN — Romae MDCCLXXXI. Ex-Typographia Fratrum Puccinelliorum. Prope Templum S. Marie in Vallicella. Publica auctoritate*".

A edição devida ao nosso mais alto cenáculo literário apareceu com o seguinte título: — "Prudêncio do Amaral e José Rodrigues de Melo — GEÓRGICAS BRASILEIRAS (CANTOS SOBRE COISAS RÚSTICAS DO BRASIL) (1787) — Versão em linguagem de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis — Biografias e notas de Regina Pirajá da Silva — Publicações da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1941".

Na vernaculização feita por João Gualberto Ferreira dos Santos Reis e inserta no vol. III de suas "Poesias" (Bahia, 1830), respeitou êle o frontispício da *editio-princeps*, assim trasladando o mesmo à nossa língua: — "José Rodrigues de Melo natural do Porto CANTOS SOBRE AS COUSAS RÚSTI-

CAS DO BRASIL IV livros — Acrescentados do CANTO SOBRE A FABRICAÇÃO DO AÇÚCAR de Prudêncio do Amaral brasileiro". E' certo que o poemeto do jesuíta baiano surge com a denominação de "A indústria do açúcar" no prefácio de José Rodrigues de Melo e depois com o batismo definitivo "Da lavoira do açúcar" (págs. 173 e 175-197 da ed. da Academia Brasileira).

Se nos é grato louvar a casa de Machado de Assis pelo inestimável serviço prestado à nossa cultura com a reedição do trabalho (já desde muito completamente esgotado), de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, — não podemos, contudo, deixar de dizer que, se ela andou bem, ao dar à obra conjunta dos dois poetas inacianos o título pluralizado, de "Geórgicas brasileiras", mais simples e expressivo (sobretudo para quem possui cultura literária) do que o de "Cantos sobre as coisas rústicas do Brasil", não nos parece tenha procedido com acerto, pondo o nome do loiolista lusitano abaixo do do-nosso patrício. Sendo a produção métrica do portuense mais copiosa e até certo ponto mais valiosa do que a do seu colega de roupeta, filho da Bahia, só um civismo acendrado, de par com a alta conta em que ainda temos a nossa indústria canavieira, poderiam ter compelido o Sr. Afranio Peixoto a ajudar a cometer a injustiça a que aludimos. E convém ainda notar que a composição poética de Prudêncio do Amaral, vinda a lume pela primeira vez e isoladamente em Pésaro, muito lucrou, quanto à sua posterior divulgação, em ter sido anexada aos poemetos de José Rodrigues de Melo.

No frontispício da edição da Academia Brasileira não figura o nome do autor de "Fruta do mato": mas, além de ter aparecido com as iniciais de seu nome a "Nota preliminar" (págs. V-XI) de apresentação da tiragem de 1941, não podia ter sido senão êle quem teve a feliz lembrança do plural do sugestivo título, assim como da colocação do nome do poeta baiano acima do do vate luso.

Bem pouco é o que se sabe com relação à vida e aos feitos dos referidos épicos inacianos, o primeiro dos quais se encontrava em nossas plagas, a exercer o seu sagrado ministério, quando foi atingido pelo decreto pom-

balino de 3 de setembro de 1759, que expulsou do Brasil todos quantos vestiam a roupeta da Companhia de Jesus.

Prudêncio do Amaral, nascido na então vila da Cachoeira (Bahia), em 1675, veio a morrer em sua capitania natal, a 25 ou 27 de março de 1715, trucidado por índios bravos, quando em missão de catequese. O seu poemeto, lucubrado, portanto, quase ao mesmo tempo que a obra de Antonil (aparecida em 1711), talvez haja inspirado os de José Rodrigues de Melo. Este, ou outrem da mesma congregação religiosa, pode ter tido a idéia da primeira publicação do "De sacchari opificio carmen", decerto a devida em 1780, à Tipografia Amantina, de Pésaro (Itália), em opúsculo de 27 págs. in-4.º, ornado com 1 estampa. Antes da tradução feita por João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, o poemeto de Prudêncio do Amaral teve três republicações no original latino: em 1781, como apêndice aos carmes "De rusticis Brasiliae rebus" de José Rodrigues de Melo; em 1798, edição de Lisboa, devida ao benemérito e sábio Frei José Mariano da Conceição Velloso; e em 1829, às págs. 577-592 do vol. II da "Flora brasiliensis" de Martius, que confessa haver-se aproveitado da edição velosiana.

Parece que alguém copiou em Roma o poemeto latino do Padre Prudêncio do Amaral, mudando o título para "Descriptio epica molis sacchari", apógrafo existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (códice 3786). Ao mesmo se refere, em suas "Épocas de Portugal econômico", o erudito João Lúcio de Azevedo, que julga possível a identidade dos dois trabalhos.

O sobredito jesuíta baiano deixou ainda um poema sacro (incompleto), ao qual deu assento, em seu sumário da "Biblioteca lusitana", Bento José de Sousa Farinha. A gralha tipográfica, de que este foi culpado, repetiu-a o nosso Sacramento Blake, à pág. 85 do vol. VII do seu "Dicionário bibliográfico brasileiro": "Stimulus amandi Dei parum".

É de esperar que em um dos próximos tomos da "História da Companhia de Jesus no Brasil" o insigne Padre Serafim Leite corrija e esclareça o n.º 12 do apêndice A, "Scriptores Provinciae Brasiliensis", transcrito às págs. 533-537 do vol. I da sua obra monumental. Prudêncio do Amaral não era fluminense, nem expirou no Colégio da Companhia, sito às margens da baía de Guanabara. Além disso, o rol de trabalhadores intelec-

tuais da Sociedade de Jesus, patrícios nossos, acima referido, apenas atribui ao padre Prudêncio do Amaral uma obra em letras de imprensa, e que é a relação dos diocesanos do Brasil, da qual trataremos logo adiante; pois dá como inéditos, não só o "De sacchari opificio", que qualifica de "carmen epicum", mas igualmente um "elegiacum librum, non dum tamen absolutum", intitulado "De arte amandi Mariam". Se elegíaco é o canto tristonho, destinado a mover a compaixão, não compreendemos mereça tal qualificativo uma composição poética, destinada a ensinar o melhor meio de amar a mãe de Deus. Seja como fôr, parece que a notícia, colhida em documento do arquivo jesuítico de Roma, retifica o título anteriormente atribuído a essa produção do loiolista baiano por Bento José de Sousa Farinha e repetido por Blake. Com efeito, à pág. 263 do tomo I da "Biblioteca da Companhia de Jesus" (1890), de Sommervögel, já se encontra a preferível fôrma "De arte amandi Deiparam". **Deiparam** corresponde perfeitamente à **Mariam**, da notícia dos "Scriptores Provinciae Brasiliensis", e derrisca o absurdo **Dei parum**.

A distinta biógrafa de Prudêncio do Amaral, D. Regina Pirajá da Silva, ajuíza como a "obra de mais vulto" do dito padre o "Catálogo dos bispos que teve o Brasil até 1676, em que a capital da cidade da Bahia foi elevada a metropolitana, e dos arcebispos que nela têm havido, com as notícias que de uns e outros pôde descobrir o Ilm.º e Revm.º Sr. D. Sebastião Monteiro da Vide, quinto arcebispo da Bahia". Entre esse trabalho, que apenas argúi paciência de pesquisador, e o tão desenvolvido, quanto minucioso e inspirado cântico ao "suave açúcar", ao "rival do mel hibleu", não pode haver espírito que hesite em dar a este o lugar culminante.

O poemeto do jesuíta baiano, entoado à indústria do açúcar na pátria brasileira, constitui até ao presente uma produção intelectual ímpar e inestimável, devendo ser considerada, com plena justiça, a sua obra-prima.

O "Catálogo" acima referido, e que foi inserto às págs. 1-32 das "Constituições primeiras do arcebispado da Bahia" (Lisboa, 1719), de D. Sebastião Monteiro da Vide, saiu também nas edições posteriores: na de Coimbra, 1720; na segunda de Lisboa, 1765; e na de São Paulo, 1853, única tiragem brasileira, e hoje sumamente rara, do interessante trabalho de organização e disciplina eclesiásticas.

Vejamos, agora, o pouco que se sabe a respeito da vida e das obras do outro inaciano, associado a Prudêncio do Amaral nas "Geórgicas brasileiras".

José Rodrigues de Melo nasceu no Pôrto em 1704 e faleceu na cidade do Salvador em 1817, ao que se presume. Em virtude do decreto pombalino de 3 de setembro de 1759, foi expulso de nossa pátria, onde então se encontrava no exercício de seu elevado ministério, com todos os outros seus companheiros de roupeta. Deslumbraram-no as belezas naturais da nossa privilegiada terra, e nesta conhecera a bem-aventurada fartura que aos seus habitantes proporcionavam tantas preciosas espécies vegetais, indígenas e exóticas, assim como tantos nédios rebanhos de gados de procedência do Velho-Mundo. Eis por que motivo não só enalteceu métricamente as nossas opulências econômicas, como ainda. — revogado, em 1814 por Pio VII o breve em forma de bula de Clemente XIV, "Dominus ac redemptor noster", de 1773, pelo qual fôra extinta no orbe a Companhia de Jesus, — apressou-se o loiolista portuense a retornar ao Brasil, onde passou os últimos três anos de sua existência objetiva.

E' licito supor houvesse êle obtido na Bahia, antes da referida expulsão, o manuscrito do belo cântico latino, erguido por Prudêncio do Amaral à lavoura do açúcar. Muito provavelmente lhe despertou o mesmo a idéia de composições congêneres, lucubradas por êle quando ainda aqui, ou mais tarde, quando no forçado exílio. Talvez tenha sido iniciativa sua a edição pesarense do "De sacchari opificio carmen", aparecida em 1780. E, logo depois de haver sido esta dada a lume, aproveitou-a êle no conjunto das suas produções métricas, dado à publicidade com o título: "Josephi Rodrigues de Mello, lusitani portuensis. DE RUSTICIS BRASILIAE REBUS carminum libri IV. Accedit Prudentii Amaralii, brasiliensis, DE SACCHARI OPIFICIO carmen" (Roma, 1781).

Pequeno folheto da edição pesarense do cântico de Prudêncio do Amaral ao açúcar cairia indubitavelmente no olvido, se não fôra o gesto do seu colega de roupeta. E, assim, graças a José Rodrigues de Melo, a agricultura brasileira do século XVIII, alcançada em hexâmetros não inferiores aos do grande mantuano, pôde ser de novo divulgada em Portugal, onde em fins da dita centúria dirigia a famosa Oficina Calcográfica

Tipoplástica e Literária do Arco-do-Cego o nosso egrégio Frei José Mariano da Conceição Veloso, cuja republicação da obra conjunta dos padres Melo e Amaral (Lisboa, 1798) ainda teve a fortuna de ser reproduzida no vol. II (1829) da "Flora brasiliensis" do devotado amigo de nossa terra, qual foi o ínclito cientista bávaro Carlos Frederico Filipe von Martius.

E' sobremodo digna de encômios a obra do loiolista lusitano, relativa ao Brasil (a primeira parte não nos interessa, pois é um "Canto genetliaco" ao Marquês de Louriçal"). O seu primeiro poemeto, em dois cantos, cogita "Da cultura da brasílica raiz", isto é, a mandioca. Essa produção métrica é, sem dúvida, a primeira inspirada pela maior riqueza da nossa rizicultura (note-se que muita gente boa, ignorante do grego, chama de rizicultura à que concerne ao arroz, quando esta é orizicultura). O segundo intitula-se "Da cultura da erva nicotiana", isto é, o tabaco, em um canto. E o terceiro, epigrafa de "Da criação de bois no Brasil", também num canto único. Muito interessante o verdadeiro quadro de costumes que, como explicação da sua "Poesia sobre a criação dos gados no Brasil" (págs. 373-390 da ed. da Acad. Bras.), traçou da nossa pecuária o jesuíta portuense.

Em remate: — o padre José Rodrigues de Melo foi o primeiro espírito culto que hauriu inspiração de nossa maravilhosa natureza e entoou imperecíveis loas à nossa diviciosa agro-pecuária.

E' curioso acrescentarmos que outra enorme riqueza do nosso país, o café, vindo da Guiana-Francesa para cá em 1727, também mereceu um hino altiloquente em latim, e que lhe foi erguido em 1927 por um egresso da Companhia de Jesus, o erudito Sr. Padberg-Drenkpol.

Merece também aqui um singelo preito à sua memória e ao seu nobre esforço o vernacularizador das "Geórgicas brasileiras". E D. Regina Pirajá da Silva bem fêz em consagrar-lhe o capítulo final (págs. XXI-XLIX) das suas excelentes "Biografias", insertas na edição da Academia Brasileira.

João Gualberto Ferreira dos Santos Reis nasceu em Santo-Amaro-da-Purificação (Bahia), a 12 de julho de 1787, e faleceu na cidade do Salvador em 1861. O advogado Manuel Ferreira dos Santos Reis deixou três filhos, todos dotados de talento invulgar, dois

dos quais, por motivo do exaltado nacionalismo a que os levou a campanha da nossa separação política de Portugal, não quiseram usar o cognome de "Reis" e passaram a chamar-se Antônio Ferreira dos Santos Capirunga e Ladislau dos Santos Titara, que foi um dos poucos épicos da independência do Brasil.

Abalisado professor de latim e correcto manejador do verso livre, — como dêle ajuizou, com sobeja razão, o velho e competente Melo Moraes, — João Gualberto Ferreira dos Santos Reis expirou "ignorado e pobre". É necessário lembrar-lhe os versos em que se queixou dos poucos recursos que lhe fornecia a carreira magisterial para poder entregar-se a um mais eficiente culto das musas, — pois naquele tempo, como ainda agora, os formadores espirituais do escol da nossa nacionalidade mal recebiam dos cofres públicos o **cum-quibus** indispensável para não morrerem de fome. Ei-los :

"E muito mais, porque ligado sempre
Aos duros cepos da pobreza honrada,
Sem outro arrimo ter, a custo as suprem
Do magistério os honorários tênues ?
As musas querem; mas querer que vale,
Se a fortuna acintosa as musas corre ?"

Pois êsse benemérito patricio nosso, furtando a seu ganha-pão de cada dia muitas horas de aturado trabalho, deixou duas traduções (não falando em alguns outros escritos de menor tomo), que bastam a perpetuar-lhe o nome em nossas letras: — uma foi a da "Eneida" de Virgílio, publicada na cidade do Salvador em 1845 e 1864, e valorizada, no final de cada um dos volumes, por um "Dicionário mitológico, histórico e geográfico de todos os nomes próprios"; e a outra foi a que, com a epígrafe "A Geórgica Brasileira", appareceu no vol. III (Bahia, 1830) de suas "Poesias"

Trasladando a português, integralmente, o "De rusticis Brasiliae rebus", deu-lhe a denominação de "Geórgica Brasileira" (não no frontispício, onde a versão literal é "Cantos sôbre as cousas rústicas do Brasil"), tanto na dedicatória a D. Pedro I, quanto na explicação "Ao leitor". E alterou a colocação dos carmes, passando para antes dos de José Rodrigues de Melo, e apenas depois do "Canto genetliaco" da autoria dêste, o poemeto de Prudêncio do Amaral consagrado à indústria açucareira, o qual apparecera no fim, como

apêndice que era, da edição romana de 1781.

Essa ordem foi conservada na publicação devida à Academia Brasileira de Letras, a qual tão somente pôs no plural o título poético acima referido.

Mas é ainda preciso ouvir-se, a respeito de tudo isso, a opinião de D. Regina Pirajá da Silva, que assim sensatamente ponderou, em nota à pág. 129: — "**Ufano de haver encetado a luz da vida** nesse paraíso terreal que é o Brasil, recebe o ilustre tradutor, como **ditoso acaso**, encontrar o poema do açúcar, e se sente feliz em poder anexá-lo à obra de José Rodrigues de Melo, **coordenando a presente Geórgica Brasileira**. Isto nos faz pensar que Gualberto não conheceu a edição **princeps** de 1781, onde pela primeira vez appareceram juntas as duas obras, e, é provável, tenha se servido, para sua tradução, de alguma cópia manuscrita. Deu também aos cantos uma ordem diferente da que se encontra no original latino, colocando o poeta patricio em primeiro lugar".

Seja como fôr, dois intellectuais baianos, ambos conversados das musas, um vestindo a roupeta da Companhia de Jesus e outro o pobre indumento de mestre-escola mal remunerado, insculpiram perpétuamente seus nomes nas letras pátrias, tributando alcandorada homenagem à nossa grande riqueza canavi-eiro: o Padre Prudêncio do Amaral e o con-digno tradutor de seu formoso carme, João Gualberto Ferreira dos Santos Reis.

"A economia dirigida na indústria açucareira"

Dr. O. W. Willcox

(Tradução de Teodoro Cabral)

Preço Cr\$ 12,00

Pelo Correio Cr\$ 13,00

À venda nas livrarias e no I. A. A.

OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

Alberto Lamego

XIII

DR. MANUEL RODRIGUES PEIXOTO

Foi sem dúvida o mais ilustrado fazendeiro de Campos. Quando em 1847 foi vendido pelo Visconde de Asseca o seu morgado, que constava de muitas fazendas e que fôra instituído na antiga capitania da Paraíba do Sul, pelo General Salvador Correia de Sá e Benevides, foi adquirido pelos Barões da Lagoa Dourada e Abadia e genros dêste, Domingos Pereira Pinto e Dr. Joaquim Manhães Barreto.

Na partilha das terras do morgado, coube a êste último a **fazenda do Cupim**, onde existia uma fábrica de açúcar que foi reformada.

Falecendo o Dr. Joaquim Manhães Barreto, que era casado com D. Antônia Gusmão de Miranda e que deixara dois filhos, Cel. Manuel Manhães Barreto e Maria Isabel de Miranda, que esposou o Dr. Manuel Rodrigues Peixoto, a sua viúva, filho e genro resolveram substituir a antiga fábrica por um Engenho Central.

Assim surgiu em Campos o **Engenho Central do Cupim**, que inaugurado em 8 de julho de 1881, foi o primeiro iluminado a electricidade. Mais tarde passou a ser propriedade do Dr. Manuel Rodrigues Peixoto e de seu filho Dr. Vlademiro Peixoto, que envolvidos nas malhas da grande crise da indústria açucareira, que atingiu o município de Campos, foram obrigados a vendê-lo, sendo adquirente a "Société de Sucreries Brésiliennes", que fêz radical reforma na Usina e Distilaria. O limite da produção do açúcar é de 146.049 sacos. A maquinaria foi importada da Casa Mariolle Frères, e colocada pelos seus mecânicos Theodulo Brochelton e Billion.

Era um estabelecimento modelar e de fabricação aperfeiçoada.

Temos dado notícia da aparelhagem de que dispunham outros Engenhos Centrais, para se aquilatar a evolução da indústria açucareira até nossos dias.

Insistimos no nosso propósito, servindo-nos de guia o citado almanaque.

A produção do vapor era feita por 3 caldeiras semitubulares, totalizando 300 metros de superfície de aquecimento, sendo duas aquecidas por fornos de Godillot e a terccira por outro de Billion, queimando todo o bagaço saído das moendas.

Um cavalo alimentar (burrinho) aspirava e injetava os produtos da condensação do vapor, utilizado com adição d'água.

Para moagem, fôra assentada uma máquina horizontal a alta pressão, de 25 cavalos, transmissão dupla, bomba monta-caldo e moendas de 1100 x 700, com condutores de cana e de bagaço.

Para defecação, existiam 4 defecadores a serpentina, da capacidade de 40 hectolitros cada um, aquecidos a vapor direto.

A clarificação era executada por 2 clarificadores ou eliminadores de 20 hectolitros.

Um tríplice-efeito diferencial, realizando, inteiramente, 296 metros de superfície de aquecimento, era empregado para evaporação.

O cozimento era ultimado por duas caldeiras, operando no vácuo, de capacidade de 45 hectolitros cada uma. Possuía cristalizadores metálicos para todos os jatos.

Um **malaxeur** mecânico, tirado pela máquina das turbinas, amassava a massa cristalizada.

O açúcar era fabricado em seis turbinas à ação direta de 500 de diâmetro.

O secador era do sistema Billion.

Além da máquina das moendas, do alimentador, do tríplice-efeito que era de 18 cavalos, das duas dos aparelhos a vácuo, de 10 cavalos, cada uma, e da que movia as turbinas, havia outra de 8 cavalos, assentada à margem do rio Ururá, para o fornecimento d'água ao Engenho.

A pesagem das canas era efetuada em uma balança com capacidade para pesar 12.000 quilos.

As canas dos proprietários eram transportadas em carros de bois e por via férrea,

sistema Decauville, na extensão de 6 quilômetros.

O seu interior era disposto em 3 planos, sendo o primeiro ocupado pelas máquinas a vapor, o segundo pela evaporação, cozimento etc. e o último pela defecação.

A iluminação de todos os compartimentos fazia-se com luz elétrica, com aparelho de Gramme, para 500 velas.

Em edifício separado funcionava a distilaria, montada com alambique contínuo, construído nas oficinas de Mariolle Frères.

*
* *

O Dr. Manuel Rodrigues Peixoto faleceu em 29 de setembro de 1919 e sua esposa em 26 de janeiro de 1872.

Exerceu diversos cargos de eleição e nomeação no Império e na República. Foi chefe do Partido Liberal, 1.º Prefeito do Município de Campos e deputado federal, agindo sempre com grande brilho.

Relator na Câmara dos Deputados, de diversas comissões, sempre defendeu os interesses da lavoura.

Quando se deu uma nova orientação ao Ministério da Agricultura, lhe foi confiada uma das principais diretorias daquele departamento da Administração Federal onde "emprestou as luzes do seu fecundo talento e de sua longa experiência".

Dedicando-se de corpo e alma à indústria do açúcar, estudou com afinco esse ramo da riqueza de Campos e quicá do Brasil, em diversas "Memórias" que gozaram do benefício da impressão.

Entre estas mencionaremos:

A Lavoura de Campos e a baixa do açúcar — Campos — 1874.

Colonização — Rio de Janeiro — 1886 (Série de artigos publicados no "Monitor Campista" e "Gazeta de Notícias", nos quais condenava a imigração asiática).

Crise do açúcar e transformação do trabalho — Rio — 1885.

Estudos sobre a indústria açucarcira, sua origem e meios de abreviá-la.

Notícia sobre Campos e sua lavoura.

Empréstimos por letras hipotecárias.

Indústria açucarcira.

A crise do açúcar — Conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura.

Orçamento do Ministério da Agricultura — Discurso pronunciado na sessão de 9 de maio de 1884.

Interpelação ao Ministro da Agricultura — Discurso pronunciado na sessão de 22 de março de 1888.

FAZENDEIROS, USINEIROS!

COMPREM diretamente da produtora

ÁCIDO SULFÚRICO

ÁCIDO CLORÍDRICO

e

ÓLEO DE RÍCINO

OFERECAM diretamente à consumidora

A SUA PRODUÇÃO

DE ÓLEO FUSEL

Dirijam-se à

CIA. QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA

Caixa Postal 1329

S. PAULO

■

AGÊNCIAS :

S. Paulo — Rua Benjamim Constant, 55

Rio — Rua Buenos Aires, 100-100 A

Recife — Rua da Assembléia, 1

Pôrto Alegre - Rua Chaves Barcelos, 167

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

Jerônimo de Viveiros

XV

No triênio de 1856 a 1858 acentuou-se de modo assustador o enfraquecimento do poder sacarino da cana caiana, que era a preferida pela lavoura do país. Transplantada de há muito tempo para as terras brasileiras, aí mantida sem os cuidados que requer uma técnica científica, pois era entregue a escravos incultos e desidiosos, a espécie degenerou-se. A primeira Província atingida foi Santa Catarina, seguindo-se o Município de Campos. Caía a produção açucareira dos engenhos e os lavradores alarmavam-se. Reconhecida a causa do mal nada indicava que escapassem as plantações da Bahia e Pernambuco. Não tinha dado resultado o alvitre sugerido pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de que se reformasse completamente a plantação brasileira, importando-se para isso novas mudas da Guiana Francesa, onde o vegetal estava em plena força de produção sacarina. Fracassara tão sensata sugestão por não haver o governo querido avaliar a magnitude do problema.

De fato ordens foram dadas ao nosso Consulado em Caiena para que nos fôsem enviadas as desejadas mudas, mas estas tendo transbôrdado no pôrto de Belém, (não havia então uma linha de barcos entre o Rio e Caiena), ali ficavam longos dias a espera de transporte e iam perdendo o seu poder germinativo. Assim, quase que improdutivos chegavam ao Rio. Com êstes elementos, certo, não se faria a transformação dos nossos canaviais.

Era esta a situação da nossa indústria açucareira, quando a Sociedade Auxiliadora recebeu da ilha da Madeira, enviadas por José Bartolomeu Correia, sementes de uma planta do gênero *holcus*, conhecida pelo nome de **Cana de Imphée**.

Dizia Correia na carta de oferecimento das sementes que se tratava de uma cana doce, nova, e que se semeando o pêso de quatro onças das ditas sementes em um alqueire de terreno ou vinte e cinco varas de vinte e

cinco palmos quadrados, produziam (no lapso de três a quatro meses) de duzentos a duzentos-e-quarenta almudes de caldo, do qual se extraía excelente açúcar.

Era simplesmente maravilhoso, naquele momento de sérias apreensões para a lavoura de cana da nação, aparecer uma nova espécie que substituiria com extraordinárias vantagens a caiana degenerada.

Interessada no assunto, a Auxiliadora nomeou uma Comissão, composta de Vilanova Machado, Augusto Colin e Pereira de Sá, para estudá-lo.

Trabalho consciencioso foi o relatório apresentado por esta Comissão.

Depois de mostrar não ser a **Imphée** uma espécie nova do gênero **arundo saccharifera** ou **saccharum** e sim uma das espécies do gênero **holcus**, passa o relatório a provar haver sido ilaqueada a boa fé do informante.

Ouçamos a Comissão nesta parte :

"Dizendo o Sr. Bartolomeu Correia que um alqueire de terra produz no fim de três ou quatro meses, 200 ou 240 almudes de caldo, segue-se que aquela área plantada de **Imphée** dará na pior hipótese, 24,929 arrobas de açúcar.

Chegamos a esta conclusão por meio deste raciocínio: Para favorecer as experiências feitas por aquêlê Senhor, tomemos o mínimo de produção, isto é 200 almudes, que na ilha da Madeira são equivalentes a 3,544 metros cúbicos, pois cada almude desta ilha é igual a 17,72 litros e supondo-se que se trata do mais pobre caldo de matéria sacarina, temos :

Densidade do caldo 1,033 ou 1 metro cúbico com o pêso de 1,033 kg. Os 3.544 metros cúbicos do caldo de cana **Imphée** pesarão 3,660,952 kg, os quais dão 249,29 arrobas. Dêste pêso do caldo tomemos a décima parte para o açúcar nêle contido, o que é um cálculo baixo e encontraremos 24,929 arrobas de açúcar.

Não é possível que 6,25 braças quadradas de terra, mesmo das mais pingues e favorecidas pelas mais benignas condições climatológicas, possam produzir quase 25 arro-

bas de açúcar e isto repetido três ou quatro vezes ao ano.

Ou houve engano de dimensões na área a que o Sr. Correia chama alqueire ou a sua boa fé foi ilaqueada”.

Dissuadidos de que a **Imphée** resolvesse o problema, voltaram os homens daqueles tempos à solução antiga, isto é, à importação de novas mudas da cana caiana.

Recomeçou-se a propaganda, que desta vez se tornou intensa. Afinal o Ministério decidiu-se a intervir no caso. O número de abril de 1858 do “O Auxiliador da Indústria Nacional” publicava com o título **A expedição às ilhas Maurícia e Bourbon**, a seguinte notícia :

“O público está informado de que o governo imperial tendo notícia do estado de degeneração em que ia progressivamente caindo a cana de **Otaiti**, conhecida com o nome de caiana, enviou um agente a essas duas ilhas, que tendo sofrido o mesmo mal, haviam mandado buscar mudas de diversas espécies às ilhas do Pacífico, a Java e a Ásia”. “O fim principal da expedição era, portanto, buscar novas plantas para substituir a espécie degenerada cultivada no país”.

“A expedição acaba de chegar a este porto com 40 dias de viagem, e mais de 60 a contar do embarque dos objetos. Tendo de fretar-se um navio, e desejando-se trazer para o país a maior quantidade possível de cana, estas vieram como lastro do navio, estratificadas em areia. Este meio era aconselhado pela experiência, e por assim dizer, forçado pela necessidade de importar o maior número possível de plantas de cana”.

“A demora da viagem fez arruinar a maior parte das plantas, e, para salvar o resto, foi indispensável plantá-las imediatamente. O governo determinou que isto se fizesse na chácara da rua da Lapa n.º 88 e no Jardim Botânico”.

“Concebe-se bem que esta deliberação salvará o que mais importa salvar no interesse da agricultura e de uma das principais indústrias do país, tornando-se seguro o objeto da expedição porque a cana sendo um vegetal que se pode cortar no fim de 6 ou 7 meses, a distribuição se poderá fazer no fim desse tempo sem risco de perder o que tanto custou a adquirir. Vieram talvez 20.000 pés

de cana; basta que se saírem 600 a 800 para fornecer muitas mil mudas”.

“As canas importadas são des três espécies :

Cana Penang (verde) ;

Cana Roxa ;

Cana Diard (côr de rosa)”.

“A primeira espécie é analoga à da caiana e produz excelente açúcar; a cana Diard, de Java, dá também bom açúcar, porém é pouco fértil; a cana roxa produz açúcar de qualidade inferior, porém é tão fértil que em ambas as ilhas preferem geralmente a sua cultura à das duas primeiras espécies”.

“A respeito da cultura da cana e da fabricação do açúcar o agente, o Sr. Herman Herbst, informou-se minuciosamente, e logo que tiver coordenado as suas notas, “O Auxiliador” comunicará aos seus leitores essas interessantes informações, das quais os nossos lavradores e fabricantes de açúcar colherão sem dúvida muita utilidade”.

Um ano depois, em ofício dirigido ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, informava o Secretário da Sociedade haver sido feita, em maio de 59, a última distribuição das referidas mudas. E ajuntava : “Se a Sociedade se deixar guiar pelos resultados que apresentaram as canas no fim de um ano de cultivo, só tem de que se lisonjear por ter feito a proposta de que acima falei; e oxalá os agricultores, por quem se fizeram as distribuições, aproveitem e tirem resultados correspondentes aos sacrifícios que para isso fez o governo”.

Linhas abaixo, lê-se no citado ofício esta importante advertência: “Plantada como vem sendo feita nas Antilhas e no Brasil, a cana **Otaiti**, como qualquer outra, degenera num período de 50 a 60 anos”. “A continuarem, pois, os agricultores com o mesmo sistema que até aqui, a cana roxa, a **penang**, a **diard**, e qualquer outra que porventura se mande vir, terão o mesmo destino que a crioula e a otaiti, provavelmente em menor período”.

“Cumprido, portanto, concentrar esforços e despendê-los com prudência e perseverança, para remover a ruína certa que de futuro e de presente ameaça a indústria do açúcar”.

“As medidas a propor são complexas; dependem de tempo e não poderão talvez ser todas realizadas simultaneamente”.

Estudando tais medidas, achava a Sociedade, pela pena do seu Secretário, que a de mais fácil praticabilidade era a da publicação de Manuais práticos da cultura da cana e fabrico do açúcar.

E informava :

“No intuito de derramar os conhecimentos sobre agricultura, tão necessários aos fazendeiros, a Sociedade encarregou ao redator do seu periódico, o ilustrado Dr. Frederico César Burlamaqui, de redigir manuais agrícolas adequados às circunstâncias da nossa agricultura e ao grau de instrução do comum dos nossos lavradores. No número desses manuais está um sobre a cana, o qual foi redigido de acordo com as melhores obras sobre a matéria”.

De fato, não demorou em sair à luz da publicidade o primeiro Manual, que versava sobre os agentes fertilizadores e compunha-se de 252 páginas.

No prefácio dizia o seu autor :

“O termo Manual, aplicado a um livro sobre indústria, não significa — livro portátil — livro que se pode trazer comodamente na mão; quer dizer livro que devem trazer sempre em mão aqueles que exercem a indústria de que trata esse livro. Um tal livro deve, portanto, para produzir toda a utilidade desejável, ser um verdadeiro e completo tratado sobre o assunto, escrito em estilo claro e conciso”.

E assim foram os Manuais que a prestimosa Sociedade publicou. Num ponto, porém, e este era o principal, a “Auxiliadora” enganava-se.

Era supor que as mudas de canas, importadas das ilhas Maurícia e Bourbon, tinham resolvido o problema.

Sem solução, continuou êle a desafiar a energia dos governos e a paciência dos lavradores por mais um decênio.

ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES E LAVRADORES DE CANA DE SERTÃOZINHO

— Transcorreu festiva a 26 de agosto do corrente ano a cerimônia da posse da primeira diretoria da Associação dos Fornecedores e Lavradores de Cana de Sertãozinho, em São Paulo.

Ao ato, estiveram presentes autoridades municipais, representantes das autoridades estaduais, os Srs. Cassiano Maciel, da Comissão Executiva do

I. A. A. e Aureliano Dias, Procurador Regional em São Paulo, além de numerosos elementos ligados à agricultura e à indústria naquele município paulista.

Discursou o Sr. Aureliano Dias, que acentuou os benefícios do Estatuto da Lavoura Canavieira, proporcionando maior confiança aos fornecedores e lavradores, que procuram agora congregarem-se e formar uma classe coesa e forte. E acrescentou: “Dois anos decorreram; temos agora cinco órgãos da classe dos lavradores de cana; outras Associações estão por vir e cresce vertiginosamente o número dos agricultores que entregam matéria prima às Usinas para o fabrico de açúcar. E no corrente mês, vale referir, quatro Distilarias autônomas, que vão fabricar açúcar, apresentaram ao Instituto a considerável parcela de uma centena de novos fornecedores!”

Sem dúvida alguma, tudo consequência da criação do Estatuto da Lavoura Canavieira, lei oportuna e sábia, que regula as atividades da lavoura da cana e suas relações com a indústria do açúcar.

Lei básica, fundamental, da reforma agrária iniciada no Brasil no governo, sem nenhum favor illustre, do Presidente Vargas.

Lei vigorosa e rígida, mas equânime e justa, compondo o tradicional litígio entre fornecedores e recebedores, em bem elaborados dispositivos que urge sejam estendidos a outras lavouras.

O fundo agrícola, instituído no título quinto, artigo 91, do Estatuto da Lavoura Canavieira, representa uma das maiores conquistas do Estado Moderno, ou seja a intervenção do Estado para garantir a terra ao homem que a cultiva, garantia de que necessita não só o lavrador da cana, mas também todos aqueles que mourejam na agricultura; principalmente os que trabalham em terra alheia”.

Após o discurso do Procurador do I. A. A., ainda usaram da palavra outros oradores, encerrando-se, pouco depois, a solenidade.

Tecnologia da Fabricação do Álcool

Dr. Baeta Neves

PREÇO. Cr\$ 50,00

PELO CORREIO. Cr\$ 51,00

À venda no Instituto do Açúcar
e do Álcool

SEISA

Soc. EXPANSÃO INDUSTRIAL SUL AMERICANA LTDA

Rua da Candelaria, 9

RIO DE JANEIRO - BRASIL

9º andar — Salas: 902/4

CAPITAL Cr\$ 2.000.000,00

Telegramas:
"RIOSEISA"
Fones: 23-6241 e 43-1809

ASSOCIADOS À

THE O'BRIEN MACHINERY CO.

Filadélfia U. S. A.

REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES NO BRASIL, DE:

A. B. FARQUAR CO.
New York, U. S. A.
ASHWORTH & PARKER LTD.
Reverside Works, Bury, England
CAMPBELL & MCKEE CO. LTD.
Canadá
COOPER BESSEMER CORP., the
Grove City, Pa. U. S. A.
COOPUS ENGINEERING CORP.
Worcester, Mass., U. S. A.
FACTORY SALES & ENGINEERING, INC.
New Orleans, U. S. A.
FAWCETT-PRESTON & CO. LTD.
Dock Road, Bromberough, Cheshire, England
FOSTER INTERNATIONAL CORP.
New York, U. S. A.
GULF STATES SULPHUR CO., INC.
Gretna Pa. U. S. A.
H. R. SHEPPARD
Hanover, Pa., U. S. A.
HOWE SCALE CO., the
Rutland, Vermont, U. S. A.
JOHN KING & CO. (LEEDS) LTD.
London, Leeds, Glasgow, England.
LESTER-PHOENIX, INC.
Cleveland, Ohio, U. S. A.
MONOPUMPS LIMITED
London, England.
NASH ENGINEERING CO.
South Norwalk, Conn., U. S. A.
NEW YORK BELTING & PACKING CO.
(UNITED STATES RUBBER EXPORT CO. LTD.)
New York, U. S. A.
ORELAND EQUIPMENT COMPANY
Oreland, Penn. U. S. A.
SIGMUND PUMPS (GREAT BRITAIN) LTD.
Team Valley, Cateshead, England.
THE FURNIVAL STEEL CO.,
Sheffield, England
UNION CHAIN & MFG. CO., The
Sandusky, Ohio U. S. A.
UNION IRON WORKS.
Erie, Penn., U. S. A.
UNION STANDARD EQUIPMENT COMPANY
New York, U. S. A.
WELDON TOOL COMPANY, The
Cleveland, Ohio, U. S. A.
WESTERN STATES MACHINE CO., The
Hamilton, Ohio, U. S. A.

Prensas hidráulicas, equipamento agrícola, transportadores, locomóveis.
Máquinas a vapor verticais e grupos termo-elétricos.

Agentes de compras no Canadá.

Motores Diesel estacionários e marítimos e grupos eletrogenos até 2000 HP.

Turbinas a vapor, queimadores de óleo, sopradores, ventiladores, filtros de ar.

Engenheiros consultores, material para Usinas.

Moendas e equipamento para Usinas de Açúcar.

Trilhos, material ferroviário.

Enxôfre.

Motores Diesel, estacionários e marítimos, grupos eletrogenos até 50 HP.

Balanças de todos os tipos.

Especialidades para minas — usinas de minério.

Máquinas para moldagem de plásticos e ligas metálicas.

Bombas.

Bombas de vácuo rotativas.

Gaxetas, papelões, hidráulicos, especialidades de borracha.

Material p/Usinas químicas (recondicionado).

Bombas centrífugas, instalações hidráulicas, equipamento contra fogo.

Aços em geral.

Correntes e esteiras transportadoras.

Caldeiras a vapor para todos os tipos.

Máquinas para fábricas de chocolate e bombons (recondicionadas).
Ferramentas.

Centrifugas "ROBERTS" para Usinas de Açúcar.

CONSULTAS e INFORMAÇÕES DETALHADAS com

SEISA

Soc. Expansão Industrial Sul Americana Ltda.

RUA DA CANDELÁRIA, 9 — 9.º andar — Salas 902-4

TELEFONES: 23-6241 e 43-1809 — RIO DE JANEIRO

Agente em São Paulo:

COMÉRCIO BRASILEIRO DE MÁQUINAS "COMBRAL" LTDA.

Rua Florêncio de Abreu, 364 — São Paulo

End Teleg. Combrali — Tel. 3 - 5600

BRASIL AÇUCAREIRO

NOVEMBRO, 1945 — Pág. 71

FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

O fabulário — Características das fábulas: o fundo moral e o zoomorfismo — O fabulário das regiões canavieiras — Os bichos na poesia regional — O vício da cachaça e a fábula do "porco embriagado".

XXV

Outro aspecto bem interessante do folclore é o que diz respeito ao fabulário.

Todos os povos têm as suas fábulas.

E' um gênero, de nítidas raízes populares, que, através dos tempos, tem resistido a todos os desgastes.

Apesar de suas origens remotas, as fábulas mantêm duas características fundamentais.

De um lado, é uma forma poética de moralismo. Tôda fábula tem sempre indiscutível conteúdo moral. Não há peça dêsse gênero que não tenha, no seu significado, uma moralidade clara ou subentendida.

Êsse caráter ético dá ao fabulário extraordinária fôrça de conservação. Os princípios morais tanto quanto os princípios e dogmas religiosos possuem essa curiosa virtude de resistirem à ação predatória do tempo.

As fábulas usufruem, portanto, dêsse prestígio tradicional, que o seu conteúdo ético lhes transmite.

E' uma característica que nunca falta às fábulas de todo mundo.

Outro elemento fundamental, de regra, constante na maioria das fábulas, é o que chamamos "zoomorfismo".

Os personagens do fabulário quase sempre são animais.

Os bichos são aproveitados, nas suas características instintivas, para parodiar as fraquezas, os vícios e os crimes dos homens.

Essa feição **zoomórfica** nunca falta nas fábulas eminentemente populares, embora, por vêzes, não apareça em algumas peças literárias dêsse sugestivo gênero.

A bicharia servia não só para dar um sabor mais pitoresco à composição como, sobretudo, para encobrir alusões aos poderosos, sujeitos às críticas contidas nas fábulas.

Com êsse sentido moralizador e com essa feição **zoomórfica**, o fabulário brasileiro apenas reflete a feição de suas origens culturais.

Os diversos elos de nosso tradicionalismo assim o confirmam.

O elo **greco-romano**, que vem de Esopo, não tem outra fisionomia.

O mesmo se observa com o liame **arábico**, através das fábulas de Pilpay e de Lokman.

Igualmente se observa, de modo esparsos, com a tradição **hebraica** da Bíblia.

E, mais distante ainda, essas características fundamentais estão presentes no Pantchantra, que marca o elo **ariano** vetusto e remoto.

Não há disparidade nos elementos típicos das fábulas **ameríndias**, como as do ciclo do jaboti, registrado por Couto de Magalhães em "O selvagem", e das fábulas **negro-africanas**, como as registradas por Heli Chatelain em "Folk-tales of Angola".

Por aí se vê que essas características apontadas não são apenas recursos literários dos fabulistas de alto coturno como La Fontaine em França, Johnson na Inglaterra, Lessing na Alemanha, Pignotti na Itália ou Krilov na Rússia.

Ao contrário, nas fábulas eminentemente populares, tradicionais, anônimas, todos êsses elementos surgem como traços essenciais.

Não é possível contestação. A fábula é por excelência uma composição, ao mesmo tempo ética e com feição zoomórfica.

Em geral são composições concisas, mas o tamanho positivamente não é uma condição fundamental. A brevidade é antes qualidade literária do que pròpriamente popular.

O fabulário brasileiro, perfeitamente identificado com as origens étnicas de nosso tradicionalismo, mantêm essa feição já discriminada. Haja vista, por exemplo, as que foram recolhidas por Sílvia Romero nos "Contos populares do Brasil".

Por vêzes a identidade é profunda entre o documento popular e a fonte literária. A fábula "A raposa e a cegonha", registrada

por Sílvio Romero, mereceu o seguinte comentário de João Ribeiro :

“E’ curioso notar a semelhança que há entre esta versão da fábula e a do primeiro Esopo português, que foi impresso, de Manuel Mendez da Vidigueira, em 1684 (excluo, já se vê, o **Isopete** manuscrito da **Hofbibliotek** de Viena, achado e impresso por J. Leite de Vasconcelos, 1906”.

(Autores contemporâneos, p. 65/66).

O que nos interessa, entretanto, é indagar se nas regiões canavieiras encontramos fábulas, que revelem algo do meio regional.

Já sabemos quais os elementos da fábula e é fácil, pois, verificar, nos textos populares, se há exemplos sugestivos.

Uma observação, facilmente visível, é o zoomorfismo na poesia popular.

Pereira da Costa no “Folklore pernambucano” cita uma quadra bem curiosa em que os personagens do “engenho de açúcar” aparecem **zoomorfizados** :

Macaco é senhor de engenho
E guariba lavrador
O rato é quem bate o mel
E o morcego é purgador.

(Obra citada, pág. 629).

Documentos análogos encontram-se fartamente na poesia popular. Entretanto, nada disso tem valor de fábula. O **zoomorfismo** não é elemento suficiente para caracterizá-la.

Falta o conteúdo moral.

Ora, sem esse elemento, a fábula não está formada.

Vejamos, agora, se existe, em nosso populário, alguma fábula típica das regiões canavieiras.

Nesse meio, o vício mais fácil e mais censurável é a embriaguez. Onde há cana, há cachaça e onde há cachaça há “pau-d’água”.

E’ claro, pois, que a fábula típica da região canavieira deve verberar, antes de tudo, o vício da embriaguez.

Justamente esse é o tema da fábula “O porco embriagado”, do folklóre nordestino. Encontramo-la no livro “Violeiros do Norte”, de Leonardo Mota. Diz este folclorista que **apurou** ser tal composição da autoria do cantador Firmino Teixeira Amaral, mas a ouviu dos lábios do cego José Tenório, morador no

Morro do Moínho (Ceará). E’ uma peça algo longa, mas nem por isso perde a feição de fábula. Além do título “O porco embriagado”, é também conhecida por “A festa dos bichos”.

O conteúdo ético é condenar o vício da cachaça. Quanto ao zoomorfismo, além da bicharia vulgar, aparecem o leão, a girafa, o elefante, o camelo, etc.

TEXTO

Quando **bode** era doutor
E **cachorro** advogado,
Andava tudo direito,
O mundo bem governado,
A justiça muito reta :
Ninguém vivia enganado !

O **leão** sempre foi rei
Casado com uma **leoa**
Jacaré seu secretário
Onça era uma grande pessoa,
Mestre **sapo** professor
Na beira de uma lagoa.

Coelho chefe do mato,
Peru era viajante,
O **galo** por ser tenor
Regia um café-cantante,
Macaco bicho do rei
E **urso** rapaz amante.

O **porco** era vagabundo
Passava o dia a beber,
Por isso dêle ninguém
Amigo queria ser,
De toda festa que havia
Porco queria saber.

Um dia, mestre **coelho**
Fêz uma festa no mato,
Foi **cachorro** e **jacaré**,
Gente de mais aparato,
Finalmente todo bicho :
Menos **porco** e mestre **gato**.

Rato tocava na flauta,
Piriquito no rabecão,
Caitetu no contrabaixo
Cururu no violão,
Mucuím no clarinete
E **tatu** no bombardão.

O **pinto** ia com os pratos,
O **carneiro** com o tambor,

Mosquito numa rabeca
Era quase professor,
Mestre **sapo**, como chefe,
Ia feito regedor.

Quando o **porco** soube disso,
Ficou muito injuriado,
Disse ao **gato**: "Vamos lá,
que eu garanto, por meu lado,
ou nós entramos na festa
ou o baile está terminado".

O **gato** disse: "Eu não vou
porque acabo apanhando".
O **porco** lhe respondeu:
"Você bem que está mostrando
Ser um **gato** sem coragem,
pois fique, que eu vou andando".

O **porco**, chegando lá,
Queria o baile invadir,
Jacaré veio e falou,
Mandou o **porco** sair...
Como não obedeceu
Foi preciso **onça** intervir.

O **urso** logo zangou-se,
Por a sua namorada,
Que era uma **anta** bonita
E estava ali bem trajada,
Por um **porco** vagabundo,
Ser assim desrespeitada.

Botaram **porco** prá rua
Mas êle tornou a entrar...
Aí, já era demais,
Impossível se aturar:
Coelho puxou revólver
Para no **porco** atirar.

O **porco** sacou da faca
para matar ou morrer,
Cotia teve um ataque,
Paca queria correr,
Galinha caiu sem fala,
Durinha, sem se mexer.

Raposa quase que morre,
Mucura quebrou o braço,
Lagartixa foi pisada,
Quase ficou em pedaço,
A **cabra** apanhou de pau,
Se não corre, era bagaço.

Barata correu prum canto
Não quis a vida perder.
Preguiça estava num pau
Disse: "Foi bom não descer".
Canguru disse: "Ó diabo,
Quem não trata de correr..."

Girafa, como era grande
Estava tudo apreciando,
Quando viu na sua costa
Arara estava trepando...
Ema disse: "Eu vou me embora",
Coruja saiu voando.

Borboleta, há muito tempo
Já tinha se escapulado.
Mosca fêz sua viagem,
Levou **pium**, seu marido.
Garça disse: "Vocês briguem,
mas, não me suje o vestido..."

Aranha estava tremendo
E **lesma** morta de rir.
Macaco olhou para um galho,
tratou logo de subir
Dizendo: "**Porco** não trepa,
Aqui nunca pode vir".

Catraia gritava tanto
que gritava à luz da lua,
Minhoca não acertava
Para que lado era a rua,
Curica ficou sem pena,
Siricora quase nua.

Finalmente, a muito custo,
Botaram **porco** prá fora...
Já tinha dado e apanhado
Por isso disse: "E' ágora,
Antes que chegue a polícia,
vou tratando de ir-me embora".

Com pouco veio o **Elefante**
Que era, então, o delegado,
com **camelo**, seu colega,
oficial reformado,
E logo atrás o **cavalo**
No seu papel de soldado.

Coelho aí contou tudo
Quanto tinha acontecido.
Além disso, como ruim
O **porco** era conhecido,
De forma que o **elefante**
Deu tudo por resolvido.

Levou a queixa ao **Leão**,
 Tal qual haviam lhe dado.
 Aí foi expressa a ordem
 De **porco** ser procurado,
 Mas por onde andava êle
 Era o caso **ignorado**.

.....
 Andaram por mais de um mês,
 Sem saber-lhe o paradeiro,
 Até que, um dia, o acharam
 bêbado, num atoleiro,
 Querendo dar no **Mucuim**
 Por não ser seu companheiro

.....
 Formou o leão um "júri"
 Para o **porco** ser julgado,
 Foi quando êste conheceu
 Que o caldo estava entornado;
 A prova é que a seu favor
 Nem **porca** tinha votado.

Todos queriam que **porco**
 Sofresse pena ruim...
 Depois de tudo apurado
 A contenda teve fim
 Lavrou-se logo a sentença
 Que foi dêste jeito assim:

"Com justiça de rei,
 sua majestade, o **leão**,
 manda fazer avisado
 que o **porco**, por valentão,
 foi prêso e está condenado
 a trinta anos de prisão".

(Obra citada, págs 101/108).

Essas sextilhas, embora prolixas têm a estrutura típica de uma fábula: o **porco**, por ser beberrão e desordeiro, acaba prêso e condenado.

O fabulista roceiro revela certa agudeza. A própria escolha da figura do **porco** para simbolizar o **bêbado** não deixa de ser feliz. Há mesmo certos detalhes bem sugestivos,

como a passagem em que, no meio da briga dos bichos, a garça está preocupada com o "vestido" ou ainda quando pinta a "lesma morta de rir", sem dúvida, imagem pitoresca e de veras sugestiva.

O tema da "festa dos bichos" é popularizado em inúmeros folklores. O próprio Sílvio Romero registra um dêsses tipos de contos populares.

Por sua vez, na tradição, o **porco** é animal desprezível e já na Bíblia está êsse opróbio reconhecido.

Sem embargo dessas ligações com o passado, a fábula parece ter sido elaborada na zona canavieira do Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Sílvio Romero, Contos populares do Brasil; João Ribeiro, Autores contemporâneos; Pereira da Costa. Folklore pernambucano; Leonardo Mota, Viçeiros do Norte; Couto de Magalhães, O selvagem; Heli Chatelain, Folk-tales of Angola; Pantchatantra; Tables de Lokman; Gui-Mon, La Fontaine et tous les fabulistes; Leon Levrault, La fable (Evolution du genre).

E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar,
 Manganês

e outros produtos nacionais

Importadores de tecidos e mercadorias
 em geral

Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.º andar

TELEFONES: { 22 - 5535
 22 - 5849
 22 - 8058
 42 - 3302

CAIXA POSTAL 3

Telegramas A FONTES - RIO

Rio de Janeiro

PEQUENA CONTRIBUIÇÃO AO FOLCLORE DA CANA

Raimundo Estrêla

Trazendo uma modesta e pequena contribuição ao folclore da cana de açúcar, pretendemos salientar aspectos interessantes da indústria e do consumo da aguardente no médio São Francisco, onde uma lavoura canavieira relativamente bastane movimentada vai aos poucos se expandindo à custa da popularidade que ali desfrutam a plebéia rapadura e a popularíssima **januária**, ambas abundantemente apetecidas das populações ribeirinhas.

Como se sabe, é vastíssima a sinonímia da aguardente. Em toda a parte a gíria se encarrega de inventar um novo termo, mais um nome bizarro para batizar a cachaça. E, ao que parece, como acinte ou em sinal de protesto contra os higienistas que combatem os males do alcoolismo, criaram estes dois sinônimos a mais: "juízo" e "vergonha"... Na zona são-franciscana conhecem-se muitas denominações geralmente usuais em outras terras, porém, existe uma originada na zona, portanto regional, que já se está tornando conhecida fora e que já vem sendo mencionada em alguns glosários nacionais: **januária**.

O município de Januária, ao norte do Estado de Minas Gerais, um dos mais importantes do vale do São Francisco, foi talvez o primeiro, ou dos primeiros, a cultivar a cana de açúcar, lavoura esta que se adaptou muito bem a seus terrenos feracíssimos. A prova disso está nos produtos industriais encontrados no comércio, sempre reputados como de primeira qualidade, seja a saborosa rapadura do Salgado, que foi objeto de um artigo que escrevemos em número anterior desta revista, seja a cachaça **januária** — fabricada a preceito, com características especiais, inconfundíveis. A afamada aguardente herdou o nome da sua cidade e introduziu no vocabulário mais um sinônimo seu, conquistou o mercado, dada a preferência que lhe deram os bebedores e é um dos gêneros de exportação do grande Vale. Com aquela tonalidade amarelada, aquêlo cheiro característico e aquêlo sabor "sui generis" que lhe confere a madeira da umburana usada na sua fabricação, dizem os seus apreciadores que não existe outra igual, está acima de todas. Afirmou-nos pessoa que residiu durante algum tempo nas margens do São Francisco que nunca mais esqueceu o odor e o gosto da **januária**, embora afastado de lá há muitos anos. O seu prestígio é incontestável, ao contrário da cachaça feita no Icatu, antiga localidade situada entre Barra e Xique-Xique, que caiu no descrédito, ficou desvalorizada, é **cachaça ruim**. "Isto é lá januária... é Icatu da braba!", afirma logo um remeiro com perfeito conhecimento do assunto. Ninguém melhor do que êle sabe fazer a distinção. Também soube ressaltar êsse caráter depreciativo da aguardente do Icatu o poeta do povo que compôs aquêles versos tão conhecidos, alusivos às cidades e povoações são-franciscanas, mencionados em livros e romances regionais, e até em obras de psicologia social, como "Aculturação Negra no Brasil" de Artur Ramos.

Juazeiro da lordeza
 Casa Nova da carestia
 Sento Sé da nobreza
 Remanso da valentia
 Pilão Arcado da desgraça
 Xique-Xique dos Bundão
 Icatu **cachaça ruim**
 Barra só dá barão.
 Morpará casa de palha
 Bom Jardim da rica flor
 Urubu da Santa Cruz
 Triste do povo da Lapa
 Se não fôsse o Bom Jesus.
 Carinhonha é bonitinha
 Malhada também é
 Passa Manga e Morrinho
 Paga impôsto em Jacaré.
 Januária carreira inteira
 Corrente meia carreira
 Santa Rita bate o prego
 Suja mole na Barreira.
 São Francisco da arrelia
 São Romão dos feiticeiros
 Extrema dos Cabeludo
 Pirapora da poeira.

Estes versos têm sofrido modificações e alguns nomes de povoados não se conservam mais. Transcrevemo-los para frizar que o folclorista mordaz só encontrou como elemento representativo do Icatu, a **cachaça ruim**, não se tendo, porém, referido à de boa qualidade preparada em Januária. Mas há outras de tipo inferior e que não são do Icatu...

Principal centro produtor e exportador da melhor aguardente do São Francisco, a cidade de Januária é comercialmente bem desenvolvida. Várias firmas se encarregam da distribuição do produto; daí a concorrência séria que existe entre elas, pelo que lançam mão da propaganda, apregoando as virtudes do tipo que vendem, quando, na realidade, nenhuma diferença patente se nota. O Sr. Claudionor Carneiro, por exemplo, um dos distribuidores da januária, tem feito uma propaganda inteligente, de sorte que a sua "Claudionor" parece ser mais conhecida. Correm o Brasil inteiro as paródias que compôs ou mandou compor enaltecendo as qualidades da sua cachaça. Vejamos as tais paródias das marchas carnavalescas "Aurora" e "No passo do Canguru", respectivamente:

Se você fôsse fraquinha
 Ô Ô Ô Ô cachaça...
 Não seria da caninha
 Ô Ô Ô Ô cachaça...

Cachaça só é boa
 Quando é Claudionor
 Ou em caso contrário
 Preparada com rigor

Evite confusões
 Não beba imitações
 Pois ela é a tal...

* * *

Eu nesse passo vou beber Claudionor o ó o...
 Ô Ô Ô Ô... devagar...
 Lá no meu clube só se bebe dessa marca
 Das dez às três sem parar...

Parece uísque
 Coquetel
 Bom conhaque
 Espumante
 Vinho fino
 E até fortificante
 Na minha casa
 Tôda a gente bebe dela
 Bebe o pobre e o granfino
 Bebe o moço e o menino.

O caboclo do São Francisco, como acontece com todo o trabalhador rural brasileiro, não sabe dançar seus batuques, seus sambas, suas rodas de São Gonçalo, não sabe organizar suas "funções", seus "brinquedos", seus festejos em louvor dos Santos de sua devoção, sem o animador auxílio da cachaça, a bebida do pobre. Mas concluir-se daí, como o têm feito observadores apressados, que o nosso rurícola vive constantemente embriagado, é bebedor inveterado, constitui uma afirmação falsa, sem nenhum fundamento. Excetuando-se aqueles que se entregam inteiramente ao vício da embriaguez e que por isso se imbecilizam, tornando-se delinquentes avolumando o grosso contingente de desajustados sociais e transformando-se em alvo preferido das chacotas dos seus semelhantes, afóra essa minoria, felizmente que se vê mais nas cidades e vilas, a maior parte dos nossos sertanejos bebe nas horas de folga do trabalho, nos dias de festa, nos dias de **branco**, ou para **matar o bicho**, **abrir o buraco** ou por outro pretexto qualquer, até para evitar e combater as moléstias, sem, contudo, encharcar-se na lama do vício. Esta é que é a verdade. O Sr. Cavalcanti Proença, autor do livro interessante e bem documentado "Ribeira do São Francisco", diz que um fato singular chamou a sua atenção em Januária. E' que, sendo a cidade produtora da melhor cachaça da região, lá não viu bêbados. Observação curiosa para quem imaginava de modo contrário.

Muito corrente no grande Vale é o uso da aguardente para fins terapêuticos. Terapêutica profilática e curativa. Zona palúdica, para evitar o paludismo, usam a cachaça com um vegetal amargo em maceração, como casca de quina, ramos de losna ou de arruda. A propósito, convém lembrar aqui um episódio interessante narrado por Teodoro Sampaio em sua notável obra sobre o São Francisco. Num encontro que teve com o Bação de Cotegipe, a comissão de estudos da bacia são-franciscana, da qual fazia parte Teodoro Sampaio, o grande estadista do Império deu o seguinte conselho: "Meninos, façam como eu e como todos os que vivem naquela terra em que nasci; tragam sempre à cabeça a sua garrafinha de aguardente e, pelo amanhecer, não ponham pé em terra, sem primeiro tomarem o seu gole; aquilo é um tiro às maleitas... As velhas, continuava o velho Barão

em tom pilhérico e familiar, costumavam oferecer-no-la com um leve ressóbio de quina, por preventivo, diziam elas, quando as águas do rio davam de descer; mas preferia-a sempre, como estou certo que vosmecês todos a preferirão... pura; tomem... tomem seu copito pela manhã e me digam depois se a receita do velho serviu ou não para alguma coisa..."

Teodoro Sampaio não disse se aceitaram ou não os conselho do velho Barão e se a sua receita serviu para alguma coisa... O certo é que, ainda hoje, ignorando as causas das moléstias, muita gente adota a receita preventiva contra a malária e outras doenças.

4.º CAMPEONATO DE CORTADORES DE CANA DE PIRACICABA

Obteve grande êxito, este ano, o 4.º Campeonato de Cortadores de Cana da região açucareira de Piracicaba, realizado a 30 de setembro e que é um certame destinado a estimular a habilidade profissional, com a instituição de prêmios em dinheiro e conquista de um troféu.

A competição contou com representações das usinas Piracicaba, Santa Bárbara, Tamoio, Raffard, Pôrto Feliz, Costa Pinto, São Francisco do Quilombo e Monte Alegre, tendo ocorrido ao local dos cortes cerca de cinco mil pessoas, além das torcidas uniformizadas das fábricas concorrentes, que, com dísticos, bandeiras e bandas de música, animando seus favoritos, deram uma nota de acentuado pitoresco ao espetáculo.

As festividades tiveram início com uma missa campal, seguindo-se a competição, que teve como vencedores, nas respectivas categorias, os seguintes operários: Virgílio Prévies, Angelina Kuppi, José da Silva, Lucila Minetto, João Batista Franco, Maria Zcm e Cesário Carletti.

O prêmio "Perfeição" foi conferido a Rosa Spanlucci e João Batista Franco. A classificação final por usina coube à Usina Monte Alegre, seguindo-se a Usina Tamoio e Santa Bárbara. Cerca de 14 mil cruzeiros foram distribuídos em prêmios, de acordo com o critério de pontos conquistados, tendo o I. A. A. contribuído com metade daquela importância.

Com a vitória conquistada, ficou a equipe de cortadores da Usina Monte Alegre detentora definitiva da "Taça Adriano Morganti".

Finda a competição, foi servido um churrasco, no pátio da Usina Monte Alegre, a cerca de três mil pessoas.

Realizaram-se ainda à tarde do mesmo dia outras provas desportivas, como partidas de futebol, volibol, cabo de guerra, etc., com grande animação e cordialidade. O casal Lino Morganti ofereceu um almôço às autoridades e industriais presentes.

Em meio ao entusiasmo da assistência, o Sr. Lino Morganti anunciou o resultado final do cortejo, congratulando-se com os vencedores e agradecendo às usinas representadas e ao I. A. A. o apoio e colaboração dados ao certame.

O Sr. Nilo Leão, Delegado Regional do I. A. A., também discursou, procedendo depois à entrega dos prêmios, e encerrando os festejos do "Dia do Cortador de Cana".

DR. MIGUEL ARRAIS

Teve lugar, em 24 de setembro último, no Grande Hotel, no Recife, o almôço que os plantadores e fornecedores de cana e os industriais de açúcar em Pernambuco ofereceram ao Sr. Miguel Arrais, Delegado do Instituto do Açúcar e do Alcool naquele Estado e que ora está exercendo o cargo de Assistente da Presidência desta autarquia.

Oferecendo a homenagem discursou o Sr. Gil Maranhão, Diretor-Gerente da Cooperativa dos Usineiros, que pronunciou o seguinte discurso:

“Meus Senhores, Dr. Miguel Arrais: Entre os que mais de perto acompanharam a vossa atuação à frente da Delegacia Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool em Pernambuco, aqui estamos reunidos muitos dos vossos amigos e admiradores a fim de prestar-vos esta homenagem quase íntima da família açucareira pernambucana a que tão cedo e tão moço vos ligastes ao iniciar vossa carreira no quadro dos funcionários do Instituto.

Esta reunião equivale, um pouco ampliada, a uma daquelas sessões semanais do Conselho da Cooperativa dos Usineiros, a que comparecíamos para o trato dos negócios dependentes de solução comum, e em que, apesar da aspereza dos problemas, não faltava o intercuro amável de idéias, a permuta de impressões sobre tantos aspectos menos materiais da vida.

A mesa agora é mais larga; é maior o número de convivas, mas persiste o espírito fraternal das reuniões anteriores, agora intensificado pela iminência da separação.

Um grande banquete, uma homenagem ruidosa seria chocante para o vosso feitio. Mas não podíamos deixar de vos prestar o preito de que nos consideramos devedores, nem calar o que a consciência nos estava ditando.

Não somos nós os julgadores do vosso merecimento funcional, pois, acima do nosso juízo, está o da própria entidade a que servis, — o Instituto do Açúcar e do Alcool, que por todos os seus chefes é unânime em vos considerar um funcionário padrão; bem o sei, pois, eu próprio o ouvi, muitas vezes. O que nos cabe dizer a propósito é que, apesar da vossa simplicidade, da vossa modéstia, do vosso silêncio, características de uma personalidade bem definida de sertanejo que se fez Doutor sem abafar a voz da terra nem a voz do sangue; o que nos cabe proclamar a vosso respeito, é que surpreendemos, aqui e ali, numa ou noutra ocasião, que uma alma palpitava nobre, serena, rígida dentro de um corpo como que fechado, por fortes rezas, contra todas as tentações da vaidade e do personalismo.

À frente da Delegacia, sempre atento a todas as solicitações, quando não as podíeis atender favoravelmente, nunca vos furtáveis a encaminhá-las, ao pressentíeis a possibilidade de uma solução favorável da sede do Instituto. E muitas vezes evitando ilusões, sem animar as partes com falsas promessas, tomáveis a iniciativa de informar e explicar favoravelmente, quando justas vos pareciam suas pretensões, ou, a encaminhar as razões apresentadas, quando os dados para um juízo bem for-

mado, se encontravam fora de vosso alcance. E o fazeis com uma discreção, a ponto de ignorarem os interessados vosso pensamento e suporem as soluções satisfatórias exclusivamente do Instituto, e em nada pertencêrem ao Delegado ou à Delegacia.

Foi naturalmente essa identificação com a entidade a que servis, esse congênito impessoalismo, ao lado do vosso dinamismo silencioso, da vossa linha imperturbável de conduta, que vos credenciou para ocupar o cargo sobremodo elevado de Assistente Técnico da Presidência do Instituto, para cujo exercício os atributos de discreção e de caráter, o tirocinio e a confiança, se colocam no mesmo plano e se completam.

Ides, entretanto, assumir novas funções sem perder as prerrogativas do cargo de Delegado Regional e, nessa circunstância, queremos não só enxergar um pensamento mais demorado do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, vosso chefe e nosso amigo, para os problemas açucareiros de Pernambuco, como nutrir a esperança de que, tão bem informado como vos encontráreis sobre as nossas necessidades presentes, ireis ser um colaborador eficiente na satisfação de nossas justas aspirações.

Temos a impressão de que, por vosso intermédio, ficaremos mais próximos do Instituto e que vossa atuação ser-nos-á sempre benéfica, pois vossa influência no estudo dos nossos casos não será meramente informativa como até agora, porém de natureza opinativa e, em muitos setores, decisória.

Entre as tarefas permanentes atribuídas ao vosso novo cargo está a distribuição de açúcar, o problema mais grave e mais difícil do atual momento da política açucareira, na previsão de um deficit de mais de dois milhões de sacos de açúcar de usina, entre a produção estimada e as solicitações de consumo. Distribuir o que está faltando, eis uma dura tarefa. E, ao partirdes para realizá-la, ireis, naturalmente bem lembrado de que, daquele deficit, cinquenta por cento cabem a Pernambuco.

A política de equilíbrio estatístico encontrase de há muito superada em nossa economia. Foi para realisar o *dumping* do açúcar de Pernambuco e Alagoas que surgiu a defesa açucareira, e se levantou o majestoso edifício administrativo do Instituto do Açúcar e do Alcool. Suportando o sacrificio de exportar a preços irrisórios, o norte foi o ponto de apoio em que o Instituto se firmou para elevar os preços ao nível justo, saneando o mercado e salvando a indústria açucareira em todo o país. Em seguida, coube, novamente ao norte, com auxilio de Campos, manter a quota de sacrificio para o suprimento do privilegiado consumidor carioca, a qual, embora atenuada, continua exigindo de Pernambuco cinco milhões de cruzeiros por ano, e da arrecadação do Instituto, cerca de nove milhões anuais que poderiam ser empregados num maior estímulo à produção. Afóra essa sangria anual, o Instituto é solicitado por empreendimentos industriais, na ampliação do seu parque alcooleiro, ou para a montagem de pequenas usinas em lugares onde o capital privado pode afluír pressurosamente sem amparo oficial, sob o mero estímulo dos preços altamente

compensadores, ou em locais em que somente usinas de grande rendimento industrial podem olhar para o futuro com alguma tranqüilidade.

Enquanto isso, por falta de recurso suficiente, nós de Pernambuco, que tanto excesso de produção já tivemos, nos sentimos impossibilitados de atingir as quotas autorizadas, que deviam constituir agora, em face da solicitação do consumo e da liberdade de produção, o nosso limite mínimo.

Êsses contrastes, Dr. Arrais, nos desolam profundamente, e estamos certos de que já feriram a vossa sensibilidade. Enorme seria o serviço prestado a Pernambuco se pudésseis interferir para que o Instituto patrocinasse em nosso Estado uma campanha de mais um milhão de sacos, para o qual temos terras e temos máquinas.

A primeira dificuldade a vencer é, naturalmente, a de crédito. Não há operação financeira mais garantida hoje no país, do que o mútuo às usinas, através de suas Cooperativas no qual o mutuante se mune, antes de desembolsar o numerário, de uma ordem de pagamento, às vezes equivalente a um cheque visado.

Entretanto, excluindo o Banco do Brasil, são pobres os nossos financiadores, e estão minguando em vez de avolumarem os seus recursos reservados para o açúcar. Foi com o financiamento aos usineiros que o Banco do Brasil, depois de 1930, iniciou as suas operações de crédito agrícola. Vêm elas se desenvolvendo, beneficiando a todos os setores da produção nacional, atingindo a bilhões de cruzeiros. Mas, o financiamento da agro-indústria açucareira, pelo nosso instituto oficial de crédito, não tem acompanhado êsse ritmo, e, sob alguns aspectos, vem decaindo. Em face das formalidades exigidas e das taxas elevadas, os interessados procuram outros Bancos locais, daí resultando um desfalque de numerário à disposição da nossa economia açucareira, visto não operar o Banco do Brasil com os usineiros sobre outras modalidades que compensem o desvio dos seus recursos não aplicados no financiamento agrícola. Por outro lado, agindo como Banco central, o Banco do Brasil retém, sem juros, uma percentagem apreciável de capital, reservas e depósitos dos Bancos médios e pequenos que operavam normalmente com as usinas sob modalidades diferentes das suas, diminuindo, assim, a capacidade de financiamento dos Bancos locais e encarecendo o seu dinheiro.

Em neste momento, surgem novos fatores de depressão. Com o após-guerra e a conseqüente normalização dos estoques, os recursos se distribuem entre todas as espécies de mercadorias, reduzindo por êsse outro modo as disponibilidades para o nosso financiamento. Já na entre-safra dêste ano agravou-se essa deficiência, impedindo a escassez de crédito que o plantio e a adubação fôsem tão amplos quanto as boas condições do inverno o recomendavam.

Seria de grande utilidade que se estimulasse a ampliação das operações do financiamento agrícola do Banco do Brasil à produção açucareira, mediante a redução das taxas de juros, para o que o Instituto poderia talvez contribuir. E por que também não ampliar o prazo dêsse financiamento que se liquida em menos de um ano, quando o ciclo vegetativo da cana é de dezoito meses? Por que não

se estimular novas operações a prazo médio para adubação, com a qual os resultados se colhem através de mais de uma safra à semelhança do que o próprio Instituto ensaiou com a abertura do crédito de dez milhões de cruzeiros?

Enfim, Dr. Arrais, estamos certos de que êsse, como outros problemas de nossa economia, vos impressionaram devidamente; que sentistes, como nós, que a defesa açucareira no sul se encontra naturalmente consumada em face dos preços mais remunerados; que os problemas da defesa açucareira estão aqui, e êles se resumem no estímulo à produção, maior e mais barata.

Estamos apreensivos mas não desesperados, porquanto, Dr. Arrais, vos pedimos para levar juntamente com os nossos apelos, o nosso voto de confiança na orientação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em que vemos um alto tribunal de justiça econômica.

Meus Senhores bebamos à saúde do Dr. Miguel Arrais, desejando-lhe tôda sorte de felicidades e o máximo êxito no exercício do novo cargo; e o façamos com a efusão de quem brinda a um homem de bem, de estôfo invulgar, e a um mensageiro das nossas aspirações".

Em resposta, o Sr. Miguel Arrais disse o seguinte:

"Deixo Pernambuco justamente na época em que a indústria do açúcar deve entrar numa fase de desenvolvimento que só encontrará paralelo se recuarmos muito atrás, e se voltarmos à época em que o problema dos excessos não ameaçava arruinar a economia do Estado e em que os preços bastavam ou sobravam para garantir a continuidade da produção.

Com o término da guerra, as possibilidades de reequipamento, racionalização da lavoura e da introdução de novos métodos capazes de baratear a produção, se tornaram não só possíveis, mas necessárias, porque alcançamos, depois de longos anos, o equilíbrio entre a produção e o consumo nacionais.

Êste equilíbrio, entretanto, longe de servir para estabilizar a produção, deve, ao contrário, marcar o início daquela nova fase. Não só as necessidades dos mercados tendem a subir, como também o consumo "per capita", no Brasil, está longe de atingir o nível de outros países, o que indica que grandes camadas da nossa população, especialmente as de baixo poder aquisitivo, têm possibilidades de consumir um produto de qualidade superior.

O problema da racionalização da produção não deve ser visto apenas do ponto de vista do consumidor mas, especialmente, pelas vantagens que trará, sem dúvida, aos que trabalham na lavoura canavieira. O nosso homem do campo, salvo os que já gozam dos benefícios que lhes proporcionam produtores mais progressistas, constituem uma espécie à parte dos seres humanos, dadas as condições de higiene e saúde e de educação em que vivem.

A racionalização da produção não significará para o produtor apenas a possibilidade de maiores lucros; deverá servir, antes de tudo para lhes dar meios de elevar o nível de vida daqueles que, constituindo os "braços e os pés do engenho", no dizer

de Antonil, ainda não gozam os benefícios da civilização.

O segredo da vida é a eterna mudança e sem essa mudança nos homens, nas coisas, nos métodos de produção e de vida seria impossível o progresso.

Os senhores de ontem, aquêles que dirigiam a indústria açucareira de Pernambuco, na sua fase de formação há quatro séculos divergem fundamentalmente dos senhores de hoje.

Os senhores de amanhã, firmados no trabalho até aqui realizado, à custa de sacrifícios imensos, serão, certamente, dirigentes de homens livres e conscientes com a satisfação de haverem concluído a obra de elevação do trabalhador escravo, à dignidade de pessoa humana.

Antes da política de defesa, que deu estabilidade à indústria, que lhes assegurou meios compensadores, que eliminou as crises periódicas, o produtor, entregue à sua própria sorte, precisava cuidar antes de tudo da sobrevivência de sua fábrica, muitas vezes ameaçada pela concorrência, pela falta de crédito, e sobretudo pela ausência de horizontes que lhes permitissem divisar o futuro com maior segurança.

O auxílio que o Instituto vem prestando há 12 anos permitiu que se abrissem êsses horizontes. O financiamento das safras, a garantia da colocação do produto e a fixação de preços compensadores, além de outras medidas já em prática ou que se anunciam para breve formam um ambiente de confiança indispensável à solução dos problemas de caráter social para que muitos produtores se têm voltado com dedicação e interesse.

Lamento vos deixar justamente quando essas possibilidades de reforma se tornaram possíveis, mas, como o destino parece sempre querer me ligar a Pernambuco, tenho a esperança de poder retornar para observar de perto a obra que já iniciastes e as transformações que o vosso esforço construtivo certamente realizará.

Ao agradecer não só esta homenagem, mas as finezas e a cooperação recebidas dos produtores, quero destacar o auxílio que nos prestaram durante os dois anos de nossa permanência em Pernambuco, os presidentes das Cooperativas dos Usineiros e dos Banguizeiros, Srs. Luís Dubeux e Neto Campelo.

Aceitar essa homenagem seria querer ressaltar os méritos de um funcionário, a quem coube apenas, durante êstes dois anos, executar os planos e as determinações traçadas pela sua alta administração. Pediria, assim, que fôsse ela dirigida ao Instituto, na pessoa do seu Presidente, a quem ergo a minha taça".

Compareceram ao almoço as seguintes pessoas: Luís Dubeux Júnior, Neto Campelo Júnior, Manuel Caetano de Brito, Humberto Oliveira, Jaime Carneiro de Albuquerque, Humberto da Costa Pinto, Guilherme Martins de Albuquerque, Antônio Dourado Neto, João Azevedo, Cid Feijó Sampaio, Francisco Vera, Paulo Cabral de Melo, Anibal R. Matos, Romero Costa, Leôncio G. Araújo, Gilvando Soares, Plácido Gouveia de Melo, José do Carmo de Albuquerque, Otávio Moraes, Cleófas de Oliveira, Sílvio Selva, Mário Jovino, Gil Maranhão, Frederico Júlio Maranhão, Rui Pinto da Rocha, Osvaldo

Machado Brandão, Arnaldo Albuquerque, Antônio Cisneiros Cavalcanti, Arlindo de Almeida, J. Luís, Luís Guimarães, Tomás Vila-Nova, Lourival Tôrres, Antônio Tenório Valença, João Cícero Valença, Onildo Ramos, Jaime Maynard, Aroldo Fonseca Lima, José Fernandes Filho, O. Santos e Manuel Ferreira Gomes.

CALDO DESIDRATADO

Infermam de Nova York a descoberta de um processo de produção de caldo desidratado, capaz de conservar todos os elementos minerais e tôdas as vitaminas originais. A cocção, neste processo, é bastante reduzida. A cristalização se obtém mediante métodos parecidos aos aplicados na desidratação do plasma sanguíneo. Dizem que o novo processo permite obter quase que o dôbro de açúcar comercial, com um mesmo volume de caldo cru. "Cuba Económica y Financiera", de onde tiramos esta informação, lembra aos fabricantes de refrescos o emprêgo do caldo como matéria-prima para a elaboração de bebidas refrigerantes não alcoólicas.

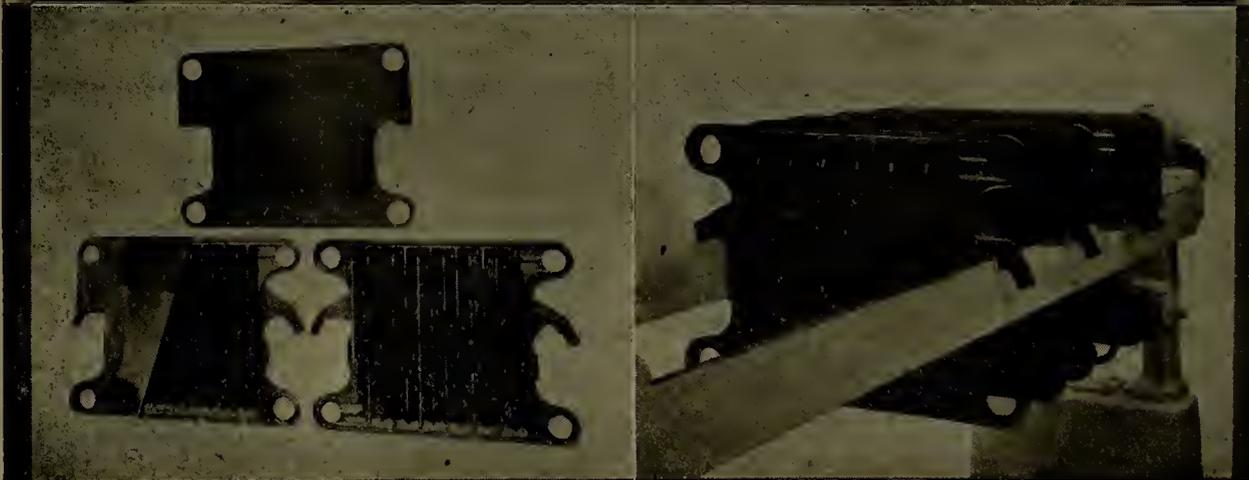
"Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. Cr\$ 12,00
Pelo Correio. Cr\$ 13,00

À venda nas Livrarias

APV



Aparelhos de placas tipo HER para Pasteurização de Caldo de cana, com
seções de Recuperação e de Vapor de baixa pressão

LANDMANN, FILHOS & CIA. LTDA.

AVENIDA IPIRANGA, 484—SÃO PAULO

Agentes

THE ALUMINIUM PLANT AND VESSEL COMPANY, LTD.

— London, S. W. 18 —

A ANCAP E O I. A. A.

Achando-se nesta capital, em dias de setembro último, uma delegação de comerciantes e industriais de açúcar e álcool no Uruguai, aproveitou a direção do I. A. A. a oportunidade para oferecer àqueles ilustres visitantes um almôço, no restaurante da autarquia, com a presença de altos funcionários da mesma e elementos ligados ao setor açucareiro em nosso país.

Ao ágape, efetuado no dia 13 daquele mês compareceram os Srs. Ricardo A Ruiz, Presidente da ANCAP, do Uruguai, Oscar Caneza, Hipólito Gallival, Diretor do Departamento do Alcool no vizinho país, Tochetti Leopade, Secretário Geral da ANCAP, aos quais o Sr. Barbosa Lima Sobrinho saudou com as seguintes palavras:

“Nós, os brasileiros, nunca nos impressionamos com a extensão territorial do Uruguai, nem nos habituamos a julgá-lo através dos quilômetros de sua superfície. Sabemos que, se a terra é pequena, esmerou-se, entretanto, no desenvolvimento de um povo forte e de uma gente capaz e valorosa. E, quando falamos desta maneira, não nos move nenhuma preocupação de ordem sentimental, que, no caso, tão justificada seria. Ao nos voltarmos para o nosso passado, observamos a vinculação perfeita dos nossos acontecimentos históricos, em que, de um lado e de outro, os fatos e feitos eram os mesmos, como as mesmas eram as idéias e quase as mesmas eram as bandeiras sob que lutávamos.

O que sempre admiramos no Uruguai é a sua capacidade realizadora no domínio político, porque o Uruguai tem avançado nesse terreno com uma tal decisão, com uma energia tão segura que, por muitos e muitos anos, se vem antecipando aos passos de todos os seus irmãos do Continente, para não levar mais longe a comparação, pois que, mesmo estendida a outros povos e outros continentes, ainda seria justa e verdadeira a antecipação desses extraordinários vanguardeiros.

O socialismo do Estado, tão falado, há muito tempo, tem tido, no Uruguai, não um discípulo, mas, realmente, um mestre. O que se discutia, o que parecia arriscado e problemático para os doutrinadores, foi experimentado no Uruguai e, com tal êxito e com tal segurança, que outros países puderam seguir-lhe o exemplo, sem nenhuma dúvida quanto aos resultados finais, porque a experiência estava feita e seus frutos assegurados.

Temos, diante de nós, uma dessas organizações modelares: — a ANCAP. De fato, pelas suas iniciativas e pelas suas realizações, é um exemplo e é um modelo, onde todos temos o que aprender, e não pouco, graças ao acerto de seus dirigentes e ao patriotismo com que se batem pela solução dos seus problemas, visando, nesse domínio como em todos os outros da aplicação do socialismo do Estado, o interesse público e o bem de uma Pátria que, por todos esses aspectos, é uma das maiores das Américas.

Considero, por isso, uma honra para o Instituto ter aqui, neste momento, tão conspícua delegação da ANCAP e recorro, a propósito, outra fi-

gura uruguaia, que tem nesta casa uma tradição de afeto — o Dr. Surraco Cantera — tantas vezes lembrado pela palavra dos Srs. Delegados da ANCAP e por nossas próprias recordações.

Agradecendo esta honrosa visita, quero, em nome do Instituto do Açúcar e do Alcool, em nome dos produtores empenhados neste trabalho e aqui representados, ter a honra de erguer a minha taça pela prosperidade crescente da ANCAP e pela felicidade pessoal de seus diretores”.

O Sr. Ricardo Ruiz, em nome dos seus companheiros, proferiu o seguinte discurso de agradecimento:

“Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Dr. Barbosa Lima, meus Senhores: A missão oficial, para cuja presidência fui distinguido, pelo governo do meu país e pela Diretoria da ANCAP, e eu próprio, apreciamos devidamente e agradecemos a alta honra que nos é dispensada ao compartilharmos deste lugar e da mesa de trabalhos, onde a ilustrada Comissão Executiva, a que V. S.^a tão brilhantemente preside, considera e resolve com elevada inspiração e elogiável acerto, assuntos de grande importância para os interesses do país, de suas classes produtoras e industriais e da própria população.

A esta nova gentileza, somam-se as que este prestigioso Instituto e seus dirigentes tiveram com outras delegações de nosso governo, os quais aqui chegaram buscando soluções para certas necessidades ou simplesmente com o fim de robustecer vínculos e sentimentos, e com esta, que tenho a honra de presidir, a que o Sr. Presidente prometeu — e apreciamos como cumpriu a promessa — o ambiente mais cordial para tratar de assuntos que nos interessam, sempre, é claro, dentro dos razoáveis limites que não estabeleçam interferências com outros interesses nacionais ou do Instituto.

Por tudo isso, são-nos profundamente gratos os encargos que nos foram cometidos e que determinam nossa presença entre vós.

Gratos, porque nos proporciona conhecer este formoso país, no qual as belezas que a natureza lhe concedeu — tão bem aproveitadas pela inteligência construtiva dos homens — oferecem-se em harmonioso paralelismo com a riqueza e o poderio que caracterizam uma nação admirável e com a fidalguia, cavalheirismo e cordialidade, com que tanto se distinguem os brasileiros, merecendo, de maneira especial, nosso reconhecimento.

Gratos, porque nos põe em contato com ilustres personalidades como as que integram a direção do Instituto e seu pessoal graduado, e permitenos apreciar quão grande é a competência e brilhantismo dos homens em cujas mãos estão colocados setores tão importantes da economia do país.

Gratos, porque além dos privilégios assinalados e por si sós justificariam têmos vindo até aqui, estamos ainda servindo nosso país, ao conhecer e estudar de perto o Instituto, suas instalações industriais, a produção da matéria-prima, etc.; ao

tentar aliviar, no Uruguai, a situação difícil que se instalaria, caso não fosse possível obter do Instituto a renovação dos abastecimentos de açúcar, o que com tão boa vontade se acordou nesta mesma sala, em outubro de 1942, acôrdo êsse que se estendeu até os princípios do ano em curso.

Conhecendo o I. A. A., aumentaremos nossas possibilidades de facilitar o desenvolvimento da ANCAP, tendo presente o que já se conseguiu numa instituição, como esta presidida por V. S.^a, Dr. Barbosa Lima, e que pode ser considerada como um exemplo a imitar.

E com a nossa tentativa para que o Instituto prossiga fornecendo açúcar ao Uruguai — cometimento que nosso govêrno nos confiou com especial interêsse e pelo qual continuam as gestões iniciadas por intermédio da Comissão de Subsistência — estamos procurando deter para nossa população um produto de vital importância e tal pedido fazemos precisamente a dirigentes de um país irmão, a que estamos estreitamente ligados por sentimentos que não afloram somente nas palavras senão também que estão concentrados nos fatos, constituindo a inspiração permanente de tôdas as decisões.

Sabemos que para nossos desejos, em matéria de conhecimentos, não encontraremos obstáculos. Sabemos, também, que para obter a renovação do convênio, podem não existir as mesmas facilidades mas contamos que o Instituto, seus dirigentes, e seu Presidente envidarão os maiores esforços para resolver o sério problema que a falta de açúcar representaria para nosso povo, pelo que desde já nos confessamos gratos e prometemos reciprocidade. Não nos pesa confessar nossas necessidades nem pedir a solução de algumas delas pelos nossos irmãos brasileiros. Isso é devido à confiança e simpatia infinitas que esta terra e os seus homens, particularmente os dirigentes do I. A. A., nos inspiram.

Não faz muito, neste mesmo local, num ato importante, o ilustre Sr. Dr. Barbosa Lima Sobrinho dizia que não é objetivo do Instituto somente a aproximação das classes de plantadores de cana e de industriais do açúcar do Brasil, mas que procura igualmente estabelecer, entre as diversas regiões, vínculos de entendimento recíproco. Pois bem; êste pensamento e êste propósito — enunciado modestamente para fundar uma louvável política entre regiões do Brasil — sob o amparo da grandeza do Instituto — pode estender-se a serviço de iguais entendimentos entre países. Tal é o caso presente das necessidades do Uruguai em matéria de açúcar e do papel fundamental que, em sua feliz atenção, possa desempenhar o Instituto.

Assim como ocorreu em 1942, pode voltar a acontecer agora, e se internamente o Instituto merece o aplauso da nação por ter resolvido os difíceis problemas que em certos momentos surgiram em tôrno da produção açucareira e sua industrialização, conseguindo, apesar dos efeitos da guerra que fêz cair a produção em quase todos os países, um ajuste feliz sem afetar seu crescente desenvolvimento — como o prova o fato de ter a produção passado das 650 mil toneladas, antes da criação do Instituto, para as atuais 900.000 — pode também êsse organismo estender sua influência benéfica à política internacional do Brasil, em aspectos tão

importantes como os que implicam em refôrço da gratidão de outros países (no caso presente, o Uruguai) ao receberem produtos vitais às respectivas populações.

Ao pedir ao Instituto que prossiga em tal política, experimentamos prazer pelo vínculo fraternal que une a ambas as nações. Há povos que se irmanam através de seu desenvolvimento histórico com laços indestrutíveis e que se destacam no conceito do mundo.

Como exemplo excepcional de pátrias sem fronteiras para os sentimentos generosos e fraternos de seus povoadores todos de boa vontade, destaca-se precisamente o das nossas, Brasil e Uruguai.

Até o destino parece ter querido, na própria configuração de ambos os países, assinalar desde a origem tal identificação: é um cerrado, um rio, uma rua, o que sob o ponto de vista geográfico pretende estabelecer um limite, mas bem sabemos, uruguaios e brasileiros, que, através desses elementos, — rio, rua, etc. — os sentimentos, costumes e inspirações se confundem harmônicamente, regidos todos por corações idênticos, uns, de homens do Brasil, país poderoso que oculta sua importância atrás de um afeto e um carinho emocionantes, outros, do Uruguai, pequeno e modesto em sua significação, grande, porém, para praticar os princípios de colaboração e gratidão. Isto é bem sabido em minha terra e daí qualquer uruguaio não ter a impressão de estar em lugar estranho, quando no Brasil. E' que lá se aprende a querer bem ao Brasil, simples e espontaneamente como se fôra a própria terra.

Sabe-se que nesta terra de promessa, vive um povo que trabalha e se engrandece incessantemente, generoso, de sentimentos sãos, amigo de sua liberdade e respeitador dos seus semelhantes, um povo que, consciente de sua grandeza e de seu alto destino histórico, canta e ri proclamando sua felicidade nas festas populares, mas que se levanta orgulhoso e altaneiro e oferece o sangue de seus filhos — que se cobrem de glória na campanha da Itália — pelas causas, que em plagas distantes encarnam os sagrados direitos dos homens que querem viver em paz e terminar com a opressão de outros, que extraviados ou mal orientados parecem haver esquecido que o mundo deve ser de todos que vivem em paz, em harmonia e trabalhando; um povo cuja grandeza e poderio não inspira temores nem receios porque sua força excepcional está a serviço da justiça, da liberdade e do respeito, que são, na verdade, as características magníficas da grandeza de uma nação.

Por tudo isso e muito mais, o Brasil é admirado no Uruguai. Nêle deposita-se uma fé extraordinária, no papel que desempenhará nos acontecimentos presentes e futuros vividos pelo mundo e cuja gravidade é indisfarçável.

A organização social, política e econômica do mundo, que entra em seu período culminante ao terminar a guerra, contará, estamos certos, em qualquer tempo, com o Brasil como um dos seus elementos primordiais, que, grande e sofredor nos instantes da guerra, será maior ainda para assegurar a paz e dar por findo o conflito que enlutou milhões de almas.

Sr. Presidente, meus Senhores: peço-lhes perdão por haver abandonado a enunciação concreta

dos motivos que trouxe ao Brasil a missão a que presido. A razão de haver-me excedido nos limites precisos em que deveria enquadrar minhas palavras é a mesma que faz com que nossos territórios não tenham fronteiras e que os homens daqui e do Uruguai não estabeleçam limites em suas relações e em seus melhores sentimentos.

Ao assinalar outra vez o agradecimento da delegação a que presido, ante o tratamento cordial e afetuoso e as distinções de que nos estais fazendo alvo, formulo votos pela prosperidade permanente do Instituto, pelo êxito da gestão de todos os seus diretores e altos funcionários e pela vossa felicidade pessoal e dos demais participantes deste ato, bem como respectivas famílias”.

HOMENAGEM AO I. A. A.

No dia 26 de setembro, o I. A. A., através do seu Presidente, elementos da Comissão Executiva, e altos funcionários, foi homenageado pela delegação uruguaia, transcorrendo o almôço no restaurante do Aero-Pôrto “Santos Dumont” numa atmosfera de cordialidade, trocando-se expressivos brindes entre os presentes, pela prosperidade e permanente entendimento do Brasil com o Uruguai.

Saudando o Sr. Barbosa Lina Sobrinho, falou o Sr. Oscar Caneza, que proferiu o seguinte discurso:

“No momento em que nos despedimos, devemos, agradecer calorosamente, tôdas as demonstrações de simpatia que recebemos do Instituto do Açúcar e do Alcool, não só durante a nossa permanência no Rio de Janeiro, como durante tôdas essas contas de rosário que constituíram nossa viagem a Campos, onde o Delegado desta autarquia nos agasalhou como sabem fazê-lo os brasileiros e onde o que chamamos de nosso protetor, Dr. Jaques Richer, aqui presente, nos distinguiu como amigos prediletos e velhos companheiros de uma longa vida. Mais uma vez nos foi dado conhecer a magnanimidade dêste povo do Brasil e ao nos apertarmos efusivamente as mãos, a nossa volta, desejamos testemunhar-lhes os sentimento nobres e puros que enchem nossos corações.

Vosso Presidente, em passagem do discurso no almôço que nos ofereceu no Instituto, em nome da Comissão Executiva, referiu-se elogiosamente às leis sociais do Uruguai. Devo dizer que, depois dêste convívio de vários dias, depreendemos que só a modéstia tão inata em S. Ex.^a, poderia levá-lo a essa referência, porque — forçoso é reconhecer — o Brasil, nas últimas décadas, evoluiu socialmente de maneira idêntica. A própria conformação e os próprios cometimentos do Instituto o demonstram palpavelmente. Ao mesmo tempo que defende os interesses nacionais, dedica-se ao amparo dos produtores, não só usineiros, como todos aquêles que se acham ligados aos problemas do açúcar. E’ a prova eloqüente de que o Governo do Brasil também evoluiu, compreendendo que não cabe ao poder público apenas representar seu povo ou a função policial e fiscal, mas também considerar e resolver todos os seus problemas. E’ assim que o

Instituto cuida do açúcar, desde a matéria-prima até o preço para o consumidor — fatores essenciais sobre os quais opina e decide soberanamente. Essa é, aliás, a integração do próprio Instituto, onde se acham representados os produtores, desde o lavrador de cana, até o industrial, que são as verdadeiras forças dêste setor de economia.

E’ que, Senhores, nossos povos tiveram como orientadores e como guias homens que souberam lançar em solo fértil as noções generosas do romantismo e do idealismo. Não nos esqueçamos do primeiro homem, romântico e generoso, que deu a vida em holocausto de uma idéia. Não foi em vão seu sacrifício pessoal: — lançou a semente de uma nacionalidade forte, que se mostra digna daqueles ideais. Conhecemo-lo pelo nome popular de Tiradentes — Silva Xavier — figura proeminente da história do Continente americano, como aquêles nosso compatriota, que defendeu os mesmos ideais, lutou igualmente pelas idéias românticas e generosas e se votou ao próprio ostracismo para o bem de seu povo. Foi essa também a nossa figura máxima — D. Juan Artigas.

Há, porém, um ponto de contato maior ainda em nossa colaboração, o qual deve ser destacado neste momento. Quando aquele célebre cidadão da América, aquele homem hoje considerado como um vulto do mundo que passará à posteridade e que se chamou Franklin Delano Roosevelt, propôs, para o melhor entendimento entre as nações dêste continente, a fórmula da Boa-Vizinhança, o Brasil e o Uruguai já a praticavam na totalidade do conceito e das palavras.

Como exemplo dêste pensamento, recordarei apenas que o Brasil e o Uruguai, dois povos fronteiriços, separados por uma rua ou por um marco, souberam, em tôdas as suas realizações, em Santana do Livramento como em Rivera, formar um conjunto harmônico, trabalhando juntos, fundindo duas nacionalidades, chorando os mesmos pezarcs e desfrutando as mesmas glórias e os mesmos triunfos.

Temos aí a demonstração de que a generosa influência dos nossos próceres formou multidões idealistas, que se compreendem e se amam, como os povos do Brasil e do Uruguai.

Para terminar, direi ainda que dois problemas nos trouxeram ao Brasil. Um relacionava-se com a aparelhagem de cultivo da cana e da industrialização do açúcar. Desejávamos conhecê-lo e realizámos nosso objetivo, graças ao prezado companheiro a que me referi de início.

O outro era o do abastecimento do açúcar ao nosso país. Acentuarei que, no momento, não nos interessa tanto o resultado material de nossa missão, mas, muito particularmente, a boa acolhida que nos destes, Sr. Presidente e Senhores membros da Comissão Executiva, demonstrando-nos todo o carinho e mesmo entusiasmo na solução satisfatória do nosso caso, apesar das circunstâncias que devem ser ponderadas em tão complexo problema.

Permitam-me levantar minha taça para brindar pela prosperidade dêste formoso país, pelo progresso do Instituto do Açúcar e do Alcool e pela felicidade pessoal de todos os componentes dêste almôço”.

Falou, agradecendo, o Presidente do I. A. A., cujo discurso foi o seguinte:

“Na distância em que vivemos do Uruguai, acostumamo-nos, através da leitura freqüente das notícias, a ver naquele país um modelo de democracia, em todos os aspectos com que se apresenta êsse regime: — na liberdade das polêmicas jornalísticas, na agitação parlamentar e até mesmo numa certa capacidade de luta que, não cabendo mais nos jornais e no parlamento, atinge a uma singular manifestação em tôda a América, como há pouco recordava o Dr. Ricardo Ruiz, a manifestação dos duelos, símbolo da combatividade extrema e rara do povo uruguaio, mas também da sinceridade de seus gestos, do valor de seus embates partidários, da força de suas idéias.

Entretanto, meus Senhores, com esta impressão do Uruguai, causa-nos certa surpresa notar que os homens que vêm dêsse país ao Brasil não se singularizam tanto por aquilo que nos habituamos a atribuir à democracia, mas, antes, ao contrário, pelo que se poderia chamar com os melhores intuitos, de suas virtudes aristocráticas. São homens de educação requintada, medidos na palavra e no gesto, homens que conquistam pela gentileza e pela polidez.

Quando assim colocamos em confronto êsse país democrático e êsses homens aristocráticos, chegamos quase à definição de que o Uruguai é uma democracia dirigida por uma elite política de aristocratas, mas de aristocratas que sabem colocar acima de tudo o interesse da comunhão, porque a verdadeira aristocracia está exatamente em saber servir.

Eis porque, neste momento que já se definiu como de despedida, devo dizer, em nome de todos os meus companheiros do Instituto, que não poderemos esquecer êstes dias de convivência amável, como não poderemos esquecer estas personalidades ilustres que tanto se impuseram à nossa estima e à nossa admiração pela maneira por que se conduziram em todos os momentos vividos sob a proteção dos céus brasileiros.

Disse muito bem o Dr. Oscar Caneza que já temos feito alguma coisa, no Brasil, no sentido de uma política social. Mas, na realidade, as realizações brasileiras não poderiam nunca fazer esquecer o que se deve ao Uruguai, como vanguardeiro. Foi o que proclamei no almôço do Instituto. Temos apenas que seguir os exemplos dêsse grande país, que nos adaptar às suas normas, para podermos realizar, no Brasil, o que faz a felicidade do Uruguai — uma democracia que já deixou longe o sentido político, para se tornar, essencialmente, uma democracia econômica.

Estas são as inspirações do momento que passa. Não adianta mais falar nas velhas palavras que nos habituamos a repetir desde que tomamos como modelo de tôdas as perfeições os ideais da Revolução Francesa. Já marchamos muito nestes últimos 30 ou 40 anos, para que ainda nos possamos iludir com o sentido, a projeção ou o alcance de ideologias políticas de algum modo esgotadas, para que, em lugar delas se possa realizar a felicidade do povo, pela valorização de uma democracia econômica.

Nós, que nos achamos no Instituto, não poderemos esquecer o empenho com que viestes ao Brasil. E eu vos posso assegurar, em nome de tôda a Comissão Executiva, e estou certo de que em nome de todos os brasileiros, que os maiores esforços serão dispendidos para que, no momento oportuno, se possa fazer, em benefício da nação uruguaia, o máximo que as nossas realidades e possibilidades nos permitam. Não esqueceremos que viestes resolver problemas, não só de uma delegação ilustre e amiga, como, sobretudo, de um povo formado de pessoas a quem eu poderia chamar **hermanos**, para, usando a expressão castelhana, dizer de maneira mais profunda o que significam para todos nós.

Permita-me, pois, com êsse compromisso assumido de coração, erguer a minha taça pela felicidade dêsse povo amigo e pela felicidade dos componentes de sua brilhante delegação”.

AÇÚCAR LÍQUIDO

Quando um produto apresenta vantagens econômicas tanto para o comprador como para o vendedor, é natural que o seu consumo se expanda. E' o que se está verificando com o açúcar líquido.

Em Nova York, o açúcar líquido é um produto já firmado no comércio e largamente consumido. A firma B. Dyer & Company prevê nos próximos dez anos uma ampliação do emprêgo industrial do açúcar líquido, em um livro recente. Diz a referida firma que a tendência no sentido do emprêgo do açúcar líquido se vem desenvolvendo gradualmente e já se aproxima o momento em que os industriais que utilizam o açúcar compreenderão as vantagens dêsse produto na forma líquida.

“**Álcool Absoluto**”

Dr. Anibal R. de Matos

Preço Cr\$ 6,00

Pelo Correio Cr\$ 7,00

**À venda no Instituto do
Açúcar e do Álcool**

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção

**“ANUARIO AZUCARERO DE CUBA 1945”,
compilado e editado pela revista “Cuba Eco-
nômica y Financiera” — Havana, Cuba.**

Aproveitando a suspensão da proibição oficial de divulgar determinados dados estatísticos os editores reiniciaram a publicação deste apreciado anuário. A presente edição aparece enriquecida de diversas novas seções e matérias de interesse da economia açucareira, inclusive várias delas por sugestão dos leitores.

O índice da matéria incluída no Anuário contém relação de usinas com dados referêntes à situação, propriedade, data da fundação, características de produção e rendimento, etc. Há, também, informes sobre terras, colônias, dias de moagem, mapas das chuvas, preços e valor das safras, etc. Na parte referente à economia açucareira estrangeira, o Anuário informa sobre a produção dos Estados Unidos, importação dos diversos países produtores, influência da guerra na produção, procura, distribuição, quotas, consumo, transportes, etc.

DIVERSOS

BRASIL — Principais Deficiências Nutritivas de Crianças em Idade Escolar no Rio de Janeiro, pelo Dr. Dante Costa, publicado pelo S. A. P. S.; Boletim Técnico do Instituto Agrônômico do Norte, n. 4; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 110 e 112; Boletim Geográfico, ns. 22 e 23; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 49; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 6; Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, n. 2; Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Pernambuco, n. 2; Boletim Econômico, n. 8; Boletim do Serviço de Economia Rural, ns. 3 e 4; Boletim Agrônômico, Pôrto Alegre, ns. 103 e 104, Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 58; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 219; Boletim da S. O. S., n. 126; Boletim do Ministério da Agricultura, ns. de maio e junho de 1944; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, n. 451; Ciência Política, fascículos 2 e 3; Conselho Federal de Comércio Exterior, Série “Estudos Econômicos”, n. 3; O Campo, n. de setembro de 1945; Digesto Econômico, n. 11; O Economista, ns. 305 a 307; Economia, n. 76; Imprensa Médica, n. 378; Imposto de Consumo, n. 77; Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, publicação n. 150; Mundo Automobilístico, n. 9; O Ministério da Agricultura no Governo Getúlio Vargas; Nação Armada, n. 70; O Observador Econômico e Financeiro, n. 116; Revista de Química Industrial, n. 159; Revista Bancária Brasileira, n. 153; Revista Duperial do Brasil, n. 26; Revista do Serviço Público, ns. 3 e 1; Revista do D. A. C.

n. 9; Revista Industrial de São Paulo, n. 9; Revista da Associação Comercial do Maranhão, ns. 238 a 240; Revista do IRB, n. 33; Revista Comercial de Minas Gerais, n. 84; Revista de Ciências Econômicas, ns. 3 a 5; Revista Brasileira de Química, n. 116; Riquezas de Nossa Terra, n. 20; Saps, ns. 11 e 12; São Paulo de Ontem, de Hoje e de Amanhã, n. 19; Vitória, ns. 618 e 620.

ESTRANGEIRO — Sugar is the Foundation of All Life, de William J. Robbins; The Australian Sugar Journal, ns. 3 e 4; Boletim Bibliográfico, ns. de julho-dezembro de 1944 e janeiro-fevereiro de 1945; Boletim Mensual de la Oficina Comercial del Gobierno del Brasil, Buenos Aires, ns. 7 e 8; Boletim de la Secretaria de Industria y Comercio, Buenos Aires, ns. 7 e 8; Boletim Americano, ns. 452 a 455; Boletim Estadístico, n. 576; Boletim del Consorcio de Centros Agrícolas de Manabi, n. 42; Cuba Económica y Financiera n. 232; Cadernos Mensais de Estatística e informações do Instituto do Vinho do Pôrto, ns. 65 e 67; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, n. 359; Estación Experimental Agrícola de Tucuman, boletim ns. 52 e 53 e circulares, ns. 131 a 133; Guia de Importadores de Industrias Americanas, ns. 7 e 8; Gaceta Algodonera, n. 259; La Industria Azucarera, n. 622; The International Sugar Journal, n. 560; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 34 a 39; Monsanto Magazine, n. 4; Noticias, ns. 219 a 223; Noticias de Mexico, n. 109; Producción, ns. 19 e 20; Planificación Económica, n. 30; Revista Industrial, ns. 9 e 10; El Rotariano Argentino, n. 222; Révue Internationale des Industries Agricoles, ns. 6 e 7; Revista Industrial y Agrícola de Tucuman, ns. 7-12; Revista del Comercio Exterior, ns. 4 e 5; Relation of Production and Marketing of Sugar; Revista de la Unión Industrial Uruguaya, n. 3; Revista de Agricultura y Ganaderia, n. 12; Revista de Estadística, n. 8; Sugar, n. 9; Suíça Técnica, n. 1; El Trimestre Económico, n. 2; Vini-Avicultura, n. 4; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 33 a 39.

**Alcoometria, estereometria
e análise do álcool**

Dr. Anibal R. de Matos

Preço Cr\$ 15,00
Pelo Correio. Cr\$ 17,00

Na Seção de Publicidade do

Instituto do Açúcar e do Alcool

COMPAGNIE DE FIVES - LILLE

SOCIEDADE ANÔNIMA

CAPITAL: 200.000.000 Frs.

Sede social e Administração — 7, RUE MONTALIVET, 7 — Paris

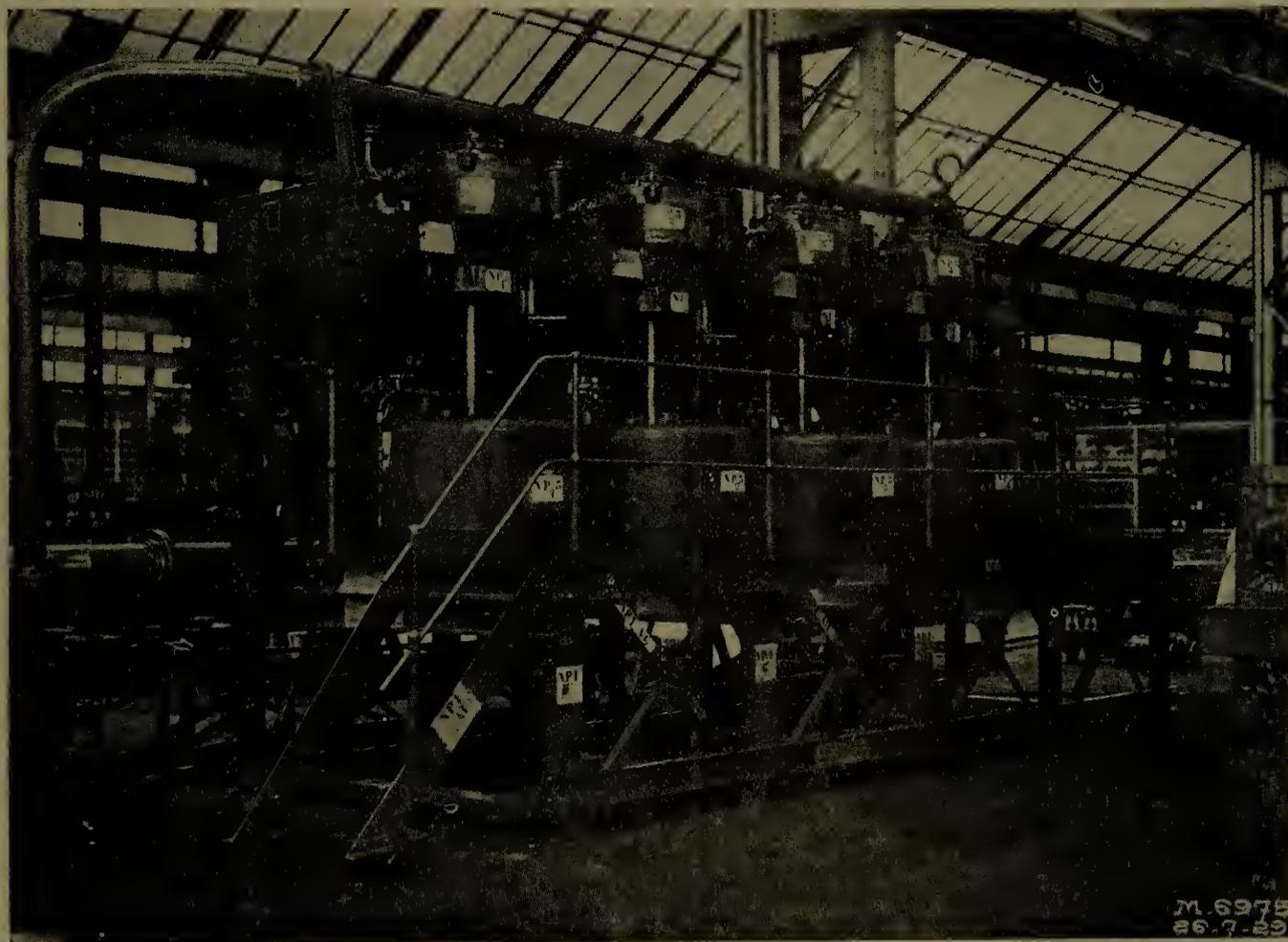
Usinas do Norte Em Fives-Lille
Fresnes Sur
Escaut & Lille

Usina do Centro
Em Givors
Rhône

TÔDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA USINAS DE
AÇÚCAR E REFINARIAS

INSTALAÇÕES COMPLETAS PARA FABRICAÇÃO DE ALCÓOL

DISTILAÇÃO — RETIFICAÇÃO — DESIDRATAÇÃO



INSTALAÇÃO DE 4 CENTRIFUGAS DE 36'' x 18''

Representante para o Brasil :
SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES HENOT LTDA.
Edifício Castelo — Avenida Nilo Peçanha, 151 - Sala 110
RIO DE JANEIRO
Agentes em Campos: MACHADO VIANNA & CIA.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

BALANCETE EM 30 DE SETEMBRO DE 1945

A T I V O

Inversões	Cr\$	Cr\$
Biblioteca do Instituto.....	177.266,10	
Construção de Distilarias Centrais.....	26.887.590,70	
Distilarias Centrais — Custo de Instalação.....	69.474.602,50	
Imóveis	4.711.679,90	
Laboratórios	130.192,30	
Móveis e Utensílios.....	2.923.334,10	
SAM/Material Permanente	97.945,00	
SAM/Tanques, Maq. Bombas, Aces. e Instalações	2.751.798,33	
SAM/Terrenos e Edificações.....	230.065,60	
SAM/Vagões-Tanques	500.000,00	
SAM/Vasilhames e Tambores.....	1.168.220,18	
SAM/Veículos	695.050,06	
Títulos e Ações.....	10.707.000,00	120.454.744,77
Operações de Crédito e Financiamento		
Caixa de Empréstimos a Funcionários.....	392.885,00	
Empréstimos Diversos	50.378.263,50	
Empréstimos a Produtores de Açúcar.....	12.357,80	
Empréstimos a Refinarias.....	6.055.798,30	
Financiamento a Distilarias Particulares.....	19.276.492,25	
SAM/Adiantamento para Compras de Álcool.....	2.194.544,53	78.310.341,38
Contas de Regularização		
Açúcar c/Despesas	3.228.541,20	
Aluguéis	563.200,90	
Anuário Açucareiro.	1.215,00	
Bonificações	40.918.025,90	
Comissões	841.207,50	
Contas a Classificar (Saldo Devedores)	11.330.719,00	
Despesas de Viagem	817.091,50	
Despesas do Edifício Taquara.....	319.937,80	
Despesas Gerais	2.264.709,70	
Diárias	632.219,00	
Distilarias Centrais — Despesas de Fabricação.....	5.373.067,90	
Distilarias Centrais — Mão de Obra.....	658.926,90	
Estampilhas	13.485,30	
Gratificações	1.503.394,40	
Instituto Nacional de Tecnologia C/Subvenção	66.666,00	
Instituto Tecnológico do E. de Pernambuco. C/Subvenção	120.000,00	
Portes e Telegramas	279.399,90	
Prêmios e Demais Despesas de Seguro.....	21.060,80	
Revista Brasil Açucareiro.....	110.609,60	
Salário Família	222.550,00	
SAM/Despesas do Álcool-Motor.	1.640.249,60	
SAM/Despesas s/Álcool Anidro.....	3.233.305,30	
Vencimentos	4.998.587,70	79.158.170,90
A transportar		
		277.923.257,05

Transporte		277.923.257,05
Material de Consumo e de Transformação		
Distilarias Centrais — Almoxarifado.....	2.204.927,58	
Distilarias Centrais — Matéria Prima.....	2.810.380,45	
Material de Escritório.....	669.749,40	5.685.557,43
Valores Realizáveis		
Compras de Açúcar C/Reversão.....	13.773.466,50	
Distilarias Centrais — Produtos Elaborados.....	256.201,12	
Livros e Boletins Estatísticos.....	1.058.587,20	
SAM/Álcool Anidro C/Depósito Geral	23.126,40	
SAM/Álcool-Motor C/ Fabrico	8.548.983,20	
SAM/Compras de Alcool.....	1.592.390,00	
SAM/Compras de Gasolina	1.517,00	25.254.271,42
Créditos Diversos		
Contas Correntes (Saldos Devedores).....	9.394.586,40	
Distilarias Centrais — Contas Correntes (Idem)	781.859,00	
Letras a Receber	53.063,00	
SAM/Contas Correntes (Saldos Devedores).....	11.637.680,94	21.867.189,34
Disponibilidades		
Banco do Brasil — C/Arrecadação.....	96.024.511,50	
Banco do Brasil — Créditos à Disp. da Seção de Câmbio	8.134,60	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Movimento	3.636.773,90	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Taxas S/Açúcar de Engenhos.	9.389.701,10	
Caixa	123.180,30	
Delegacias Regionais C/Suprimentos.....	14.323.968,80	
Distilarias Centrais C/Suprimentos.....	4.451.112,30	127.957.382,50
Contas de Compensação		
Açúcar Depositado em Penhor.....	6.000.000,00	
Banco do Brasil — C/Créditos	30.000.000,00	
Depositários de Títulos e Valores.....	2.001,00	
Títulos Depositados em Garantia.....	300.000,00	
Títulos e Valores Apenhados.....	1.003.000,00	
Valores Cauçionados	455.834,00	
Valores em Hipoteca	30.544.012,80	118.304.847,80
Fundos Especiais		
Fundos para Propaganda		1.068.548,83
TOTAL	Cr\$	578.061.054,37

PASSIVO

	Cr\$	Cr\$
Patrimônio		
Reserva Patrimonial Geral.....	80.976.478,40	
Reservas Patrimoniais Especiais:		
Distilarias Centrais — Reservas p/Substituições.....	3.679.173,50	
Reserva p/Substituições	11.599,90	34.667.251,20
Reservas		
Reservas p/Depreciações	1.201.798,70	
SAM/Locação de Vagões-Tanques.....	250.000,00	
SAM/Reserva do Alcool-Motor	9.636.094,91	
SAM/Reserva p/Depreciações	1.717.711,90	12.805.605,51
Fundos Especiais		
Fundo de Assist. às Associações e Plantadores de Cana.....	21.080,40	
Fundo de Assistência Financeira.....	966.157,00	
Fundo de Assistência Social.....	1.714.786,10	
Fundo de Bonificações	18.516.672,20	
Fundo de Donativos.....	1.480.380,45	22.699.976,15
Reserva de Previsão		
Reserva de Previsão		152.772.422,15
Exigibilidades		
Contas Correntes (Saldos Credores).....	3.552.840,90	
Depósitos de Engenhos.....	110.800,00	
Depósitos Especiais	7.192.721,84	
Distilarias Centrais - Contas Corr. (Saldos Credores).....	608.847,30	
Distilarias Centrais — Depósitos Especiais.....	860.475,20	
Ordens de Pagamento.....	7.898.890,80	
SAM/Contas Correntes (Saldos Credores).....	1.803.375,41	
SAM/Vales Emitidos S/Alcool Motor.....	1.447.027,80	
SAM/Vales Emitidos S/Alcool Motor (Em Liquidação).....	2.909,96	23.477.889,21
Contas de Regularização		
Arrecadações Diversas	32.764.013,00	
Contas a Classificar (Saldos Credores).....	8.178.030,70	
Distilarias Centrais — Alcool Aldeído	1.000,00	
Distilarias Centrais — Alcool Anidro.....	5.656.404,60	
Distilarias Centrais — Alcool Industrial.....	1.340.105,00	
Distilarias Centrais — Óleo de Fuzel.....	13.830,00	
Juros	2.695.045,50	
Livros e Boletins Estatísticos—Recebimentos Diversos.....	41.521,60	
Multas	32.270,00	
Rendas do Edifício Taquara.....	570.537,40	
Revista Brasil Açucareiro — Recebimentos Diversos.....	51.623,80	
SAM/Alcool-Motor- — Filtragem	31.219,10	
SAM/Sobras e Vazamentos	3.190,50	
SAM/Vendas de Alcool-Motor	7.702.174,95	
SAM/Vendas de Alcool S/Mistura	561.739,50	
Taxa de Açúcar de Engenhos.....	2.105.139,90	
Taxa de Açúcar de Usinas.....	50.019.488,40	
Taxa de Estatística.....	44.612,60	
Taxa S/Aguardente	1.004.181,70	
Taxa S/Alcool	45.678.542,40	
Taxa S/Fornecimento de Cana.....	4.839.291,70	163.333.962,35
Contas de Compensação		
Créditos à N/Disposição.....	80.000.000,00	
Depositantes de Títulos e Valores.....	455.834,00	
Depósitos de Títulos em Garantia.....	300.000,00	
Outorgantes de Hipoteca.....	30.544.012,80	
Penhor Mercantil	7.003.000,00	
Títulos e Valores Depositados.....	2.001,00	118.304.847,80
TOTAL	Cr\$	578.061.054,37

RIO, 30/9/945.

LUCIDIO LEITE — Contador Geral.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

ORÇAMENTO PARA 1945

POSIÇÃO EM 30 DE SETEMBRO DE 1945

V E R B A S	DESPESAS ADMINISTRATIVAS					DESPESAS ESTATUTÁRIAS				
	ADMINISTRAÇÕES: CENTRAL E REGIONAIS					FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA				
	Despesa mês: SETEMBRO	Total Despesas	Crédito Anual	Saldo Crédito Anual	Despesas mês: SETEMBRO	Total Despesas	Crédito Anual	Saldo Crédito Anual		
VERBA 1. ^a — PESSOAL	679.499,50	5.617.943,30	11.601.600,00	5.983.656,70	294.202,90	1.830.834,80	3.892.474,00	2.601.639,20		
VERBA 2. ^a — MATERIAL	64.869,90	487.549,30	1.057.800,00	570.250,70	162,00	356.869,00	79.500,00	277.369,00		
VERBA 3. ^a — SERVIÇOS DE TERCEIROS	184.511,70	1.817.091,60	3.236.440,00	1.419.348,40	86.112,70	535.712,10	900.000,00	364.287,90		
VERBA 4. ^a — ENCARGOS DIVERSOS .	155.601,80	818.279,30	1.896.200,00	1.077.920,70	2.120,30	19.993,30	36.500,00	16.506,70		
T O T A I S Cr\$	1.084.482,90	8.740.863,50	17.792.040,00	9.051.176,50	382.597,90	2.743.409,20	4.908.474,00	2.165.064,80		

RIO, 15/10/45.

LUCÍDIO LEITE — Contador Geral.

PUBLICAÇÕES DO I. A. A.

	Preço do exemplar
	Cr\$
BARBOSA LIMA SOBRINHO — “Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira”	12,00
— “Os fundamentos nacionais da política do açúcar”	5,00
LEONARDO TRUDA — “A Defesa da Produção Açucareira”	12,00
EDMUNDO O. VON LIPPMANN — “História do Açúcar” (2 Vols.)	40,00
ANIBAL R. DE MATOS — “Álcool — Alcoometria, Este- reometria e análise”	15,00
— “Álcool Absoluto”	6,00
— “Problemas da indústria do álcool”	10,00
— “Uniformização dos métodos de análise nas usinas de açúcar”	20,00
— “A questão das caldas de destilaria em Pernambuco”	5,00
EDUARDO SABINO DE OLIVEIRA — “Álcool-motor e mo- tores a explosão”	20,00
O. W. WILLCOX — “A economia dirigida na indústria açucareira”	8,00
TEODORO CABRAL — “Léxico açucareiro Inglês - Por- tuguês”	12,00
— “Dicionário comercial Inglês - Português”	20,00
JOAQUIM DE MELO — “A política do álcool-motor no Brasil”	10,00
— “Um decênio de defesa do açúcar”	5,00
AFONSO VÁRZEA — “Geografia do Açúcar, no Leste do Brasil”	50,00
VASCONCELOS TORRES — “Condições de vida do traba- lhador na agro-indústria do açúcar”	15,00

BANCO DO BRASIL

O maior estabelecimento de crédito do País

Agências e sub-agências em tôdas as capitais e principais cidades do Brasil,
Correspondentes nas demais e em todos os países do mundo.

Condições para as contas de depósitos:

<u>SEM LIMITE</u>	2% a. a. (retiradas livres)
<u>POPULARES</u> (limite de Cr\$ 10.000,00)	4% a. a. (" ")
<u>LIMITADOS</u> (limite de Cr\$ 50.000,00)	3% a. a. (" ")
<u>PRAZO FIXO</u> — de 6 meses.	4% a. a.
— de 12 meses.	5% a. a.

Prazo fixo com renda mensal:

— de 6 meses.	3, 1/2 % a. a.
— de 12 meses.	4, 1/2 % a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente**,
por meio de cheques.

DE AVISO — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante
aviso prévio :

— de 30 dias.	3, 1/2 % a. a.
— de 60 dias	4% a. a.
— de 90 dias.	4, 1/2 % a. a.

————— :: —————

Letras a prêmio - (sujeitas a sêlo proporcional)

— de 6 meses.	4% a. a.
— de 12 meses.	5% a. a.

————— :: —————

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIA CENTRAL :

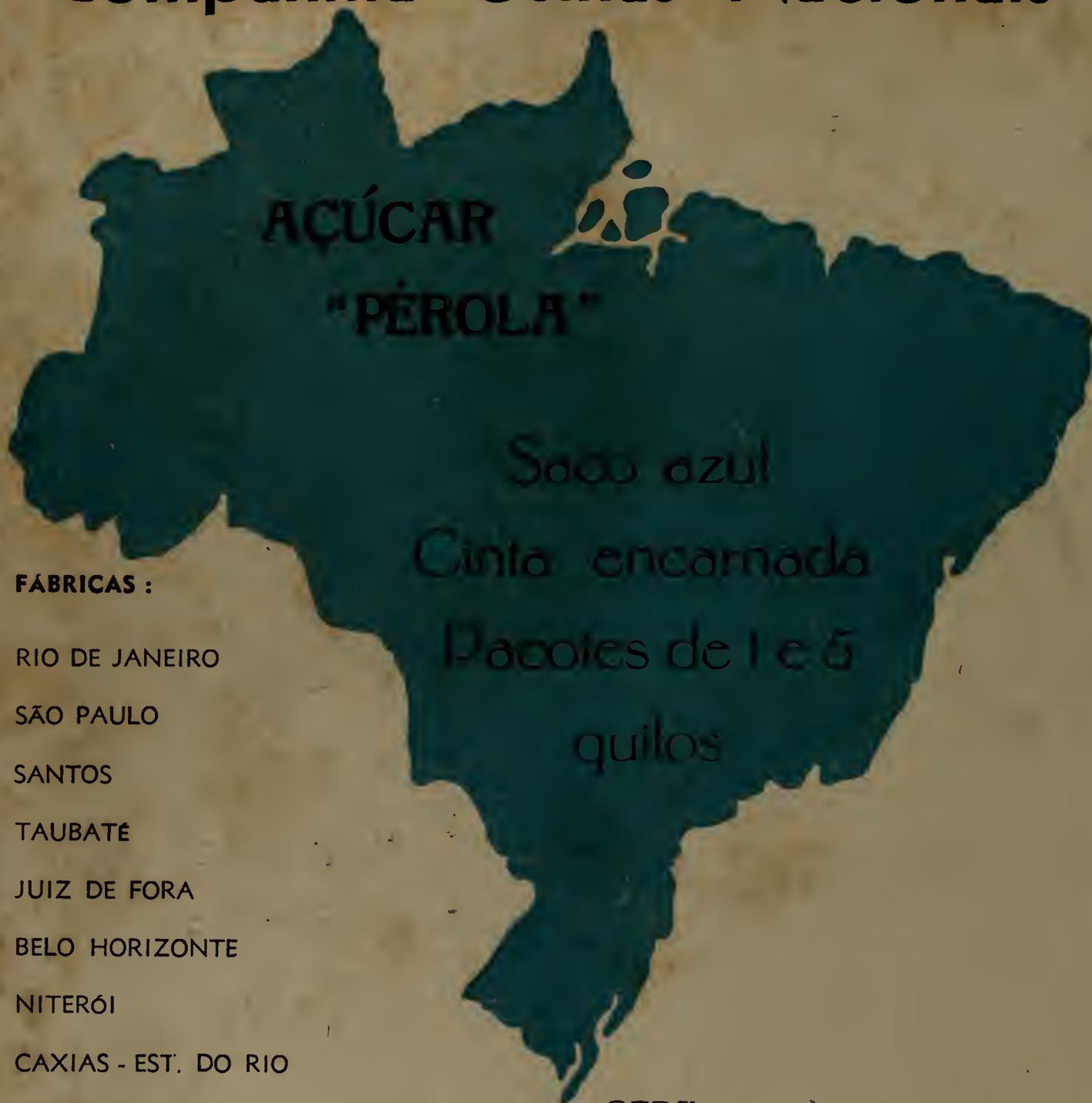
66 - RUA 1.º DE MARÇO - 66

RIO DE JANEIRO

AGÊNCIAS METROPOLITANAS :

GLÓRIA - Pça. Duque de Caxias (Edf. Rosa)	MADUREIRA - R. Carvalho de Sousa, 299
BANDEIRA - Rua do Matoso, 12	MEYER - Av. Amaro Cavalcanti, 27
TIRADENTES — Rua Visconde do Rio Branco, 52	
CAMPO GRANDE — Rua Campo Grande, 100	
RAMOS — Rua Leopoldina Rêgo, 78	SAÚDE — Rua do Livramento, 63

Companhia Usinas Nacionais



FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

SEDE :

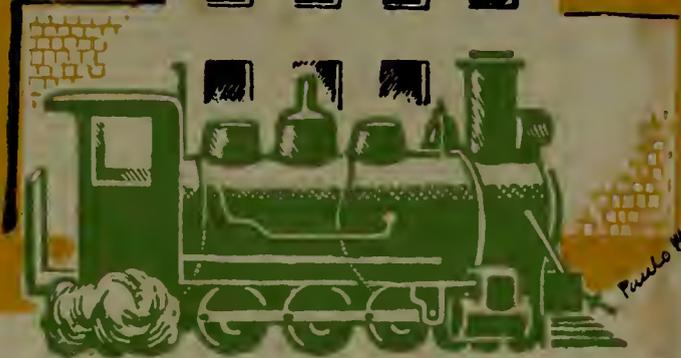
RUA PEDRO ALVES, 319

TELEGRAMAS "USINAS"

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



Paulo Werneck

BRASIL

AÇUCAREIRO

ANO XIV — VOL. XXVI DEZEMBRO — 1945 N.º 6